



SEGUROS

# Relatório e Contas 2014



## ÍNDICE

Relatório do Conselho de Administração .....	4
Demonstrações Financeiras.....	22
Anexos às Demonstrações Financeiras .....	29
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal .....	101
Certificação Legal de Contas .....	104
Relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário .....	107
Política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.....	118

Relatório  
Do  
Conselho de Administração

**Exmos. Senhores,**

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A., respeitantes ao exercício de 2014.

## **Envolvente macroeconómica**

### **Economia Internacional**

A economia mundial, em 2014, manteve o ritmo de crescimento do ano anterior, assim não confirmando as expectativas iniciais de uma aceleração. Isso resultou especialmente da progressiva revisão em baixa das projeções de crescimento para as economias emergentes e em desenvolvimento, já que as economias desenvolvidas assumiram o papel de motor da economia mundial.

Contudo, mesmo o crescimento neste bloco não foi homogéneo, com os Estados Unidos a acelerarem, enquanto a zona euro, apesar de sair de uma situação recessiva, voltou a atrasar-se, afetada pelo aumento do risco geoestratégico, na sequência das tensões políticas entre a Ucrânia e a Rússia. Já no final do ano, os dados de crescimento apontaram para uma recuperação moderada da atividade económica.

#### **Crescimento Económico Mundial**

	2013	2014	2015
<b>Mundo</b>	<b>3,3</b>	<b>3,3</b>	<b>3,5</b>
<b>Países Avançados</b>	<b>1,3</b>	<b>1,8</b>	<b>2,4</b>
EUA	2,2	2,4	3,6
UEM	-0,5	0,8	1,2
Reino Unido	1,7	2,6	2,7
Japão	1,6	0,1	0,6
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>4,7</b>	<b>4,4</b>	<b>4,3</b>
África	5,2	4,8	4,9
Ásia	6,6	6,5	6,4
China	7,8	7,4	6,8
Europa de Leste	2,8	2,7	2,9
Médio Oriente	2,2	2,8	3,3
América Latina	2,8	1,2	1,3
Brasil	2,5	0,1	0,3

Fonte: FMI (Janeiro de 2015)

Nos EUA, a atividade económica contraiu inesperadamente no primeiro trimestre, ainda que muito influenciada por condições climatéricas particularmente adversas, que afetaram não só o investimento, através da atividade no sector de construção, como também a despesa de consumo das famílias. Este efeito foi já revertido no segundo trimestre, com uma reaceleração do PIB, uma tendência que se manteria nos restantes trimestres, o que resultou em que o FMI revisse em alta as projeções de crescimento, não só para o ano de 2014, como também para 2015.

O mercado laboral norte-americano continuou bastante dinâmico, com uma criação média mensal de 260 mil postos de trabalho em 2014, mas que excedeu os 300 mil no final do ano, o que permitiu uma mais rápida descida da taxa de desemprego, para 5,6% em Dezembro.

Fruto desta evolução, a Reserva Federal dos EUA foi reduzindo gradualmente o volume de aquisição de ativos financeiros (“tapering”) em 10 mil milhões de dólares por mês, tendo terminado o programa de “quantitative easing” em Novembro.

No final de 2013 e início de 2014, a discussão sobre o início deste processo de “tapering” e a sua execução teve um impacto relevante sobre os mercados emergentes, que tinham beneficiado, nos últimos anos, da liquidez gerada pela intervenção dos bancos centrais. Assistiu-se a uma saída massiva de fundos destes mercados, causando perturbações cambiais e obrigando a intervenções, pelas autoridades, incluindo subidas das taxas de juro de referência. África do Sul, Turquia e mesmo o Brasil, já este ano, adotaram medidas, como a subida acentuada das taxas de juro de referência, para travar a depreciação cambial que as suas divisas estavam a registar.

Em simultâneo com o “tapering”, os governadores da Reserva Federal iniciaram o debate interno quanto ao momento do início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, que os investidores antecipam<sup>1</sup> poder ocorrer durante o Verão de 2015, mas que avaliam igualmente, fruto das declarações dos responsáveis norte-americanos, ser implementado de forma gradual, com as principais taxas de juro de referência a permanecerem ainda em níveis reduzidos.

No Reino Unido, e apesar de uma revisão em baixa dos dados de crescimento relativos aos três primeiros trimestres do ano, a economia terá crescido 2,6%, uma aceleração face ao ano transato, baseada quase exclusivamente na procura interna. A forte descida da taxa de desemprego, para 5,7%, permitiu uma aceleração do consumo privado. Já o investimento foi igualmente forte, duplicando a taxa de crescimento relativamente ao ano de 2013. Apesar disso, o Banco de Inglaterra manteve a sua política expansionista, deixando uma eventual alteração das taxas de juro de referência dependente de uma melhoria mais pronunciada da atividade económica, já que durante o ano de 2014 a inflação desacelerou e permaneceu abaixo do objetivo do Banco de Inglaterra.

No Japão, a atividade económica estagnou em 2014, contrariamente às expectativas de uma recuperação mais sustentada, na medida em que o Banco Central está a implementar um agressivo programa de “quantitative easing”. A adoção de medidas destinadas a reverter a tendências de deterioração dos agregados orçamentais, num quadro de fraca procura interna e de estagnação dos rendimentos pesou sobre o sentimento dos agentes económicos. O adiamento de algumas medidas orçamentais (novas subidas dos impostos) para o ano de 2017, em vez de 2015, podem auxiliar ao fortalecimento da atividade.

Na China, a atividade económica começou a desacelerar, em reação ao abrandamento do mercado imobiliário residencial, mas a atuação das autoridades, com um conjunto de medidas de estímulo, como sejam a descida das taxas de juro de referência, permitiram amenizar o ritmo de desaceleração.

	PIB	Inflação
<b>UEM</b>	<b>0,8</b>	<b>0,4</b>
Alemanha	1,5	0,8
França	0,4	0,6
Espanha	1,4	-0,2
Itália	-0,5	0,2

Fonte: CE (Fevereiro de 2015)

Na zona euro, o ano de 2014 iniciou-se com um maior dinamismo face ao esperado, com a generalidade dos indicadores de atividade a revelarem, de forma generalizada, uma aceleração da atividade e subsequente revisão em alta das perspetivas de crescimento. Contudo, durante o segundo trimestre, e também em reação ao aumento da tensão geopolítica

<sup>1</sup> De acordo com as taxas de juro e consenso coligido pela agência Bloomberg no final de Janeiro de 2015.

na Europa, a conjuntura reverteu e em alguns países houve mesmo uma contração do PIB, aumentando a heterogeneidade dos ritmos de crescimento entre os membros da zona euro, em especial entre a Alemanha e demais países. Já só no quarto trimestre surgiram sinais de uma reaceleração da atividade económica, apoiada, por um lado, pela descida do preço do petróleo (que tem um efeito positivo ao nível do rendimento disponível das famílias, além de reduzir os custos energéticos para as empresas) e, por outro lado, pela depreciação do euro, que caiu para mínimos de 2003 face ao dólar norte-americano, em redor de 1,13 dólares.

A melhoria observada no final do ano abre perspectivas mais otimistas para o ano de 2015, como resulta da revisão em alta das projeções de crescimento pela Comissão Europeia. No entanto, e apesar de uma ligeira redução da divergência de crescimento entre países, a zona euro deve continuar a crescer abaixo da tendência de médio prazo.

Este quadro de crescimento abaixo do potencial, mas em especial de uma maior desaceleração da inflação que, em Dezembro, se situou em -0,2%, levou o Banco Central Europeu, em Junho, a descer as principais taxas de juro de referência e a anunciar um conjunto alargado de medidas destinado a relançar o crédito bancário e, por esta via, apoiar o crescimento económico e uma reaceleração da inflação.

A taxa das operações de refinanciamento baixou para o mínimo histórico de 0,05%, enquanto a taxa da facilidade de depósito junto do BCE passou a ser negativa (-0,2%). Com esta medida, o BCE procura que o sector financeiro reduza o volume de depósitos que detém junto do BCE (mas que já se reduziu significativamente desde os máximos de 2012) e os canalize para a economia real. Em simultâneo, o BCE anunciou que manterá a cedência ilimitada de liquidez até ao final de 2016.

O segundo pacote de medidas anunciado consiste num conjunto de operações de refinanciamento de prazo alargado direccionadas (TLTRO, na sigla em inglês), através das quais o BCE cede liquidez: (i) numa primeira fase, num montante até 7% da carteira de crédito a empresas e famílias (excluindo hipotecas); e (ii) numa segunda fase, até 3 vezes a variação líquida do crédito, relativamente a uma referência, definida como a variação do crédito acumulada nos 12 meses até Abril de 2014. Estas operações, com a duração máxima de 4 anos, têm uma taxa de juro fixa, equivalente à taxa refi do momento da tomada de fundos (adicionada de 0,1pp para os dois TLTRO de 2014, e sem *spread* nas operações de 2015). Na primeira fase, o montante de liquidez adicional elegível estava estimado em cerca de 400 mil milhões de euros, dos quais foram utilizados 213 mil milhões.

Um terceiro conjunto de medidas inclui dois programas de aquisição de ativos financeiros: o primeiro, de obrigações hipotecárias (ao abrigo do qual, até final de 2014, tinham sido adquiridos cerca de 31 mil milhões de euros); e o segundo de securitizações de créditos (ABS) a empresas e ao consumo (ao abrigo do qual, no mesmo período, foram adquiridos cerca de 1,7 mil milhões de euros).

Já em Janeiro de 2015, o BCE anunciou mais um conjunto de medidas, destinadas a apoiar a recuperação económica e combater eventuais pressões desinflacionistas. Destaca-se o reforço do seu programa de aquisição de ativos financeiros, que é alargado a dívida pública, de agências e de entidades supranacionais (como o Mecanismo Europeu de Estabilidade, o BEI ou a própria União Europeia), num montante que, incluindo as obrigações hipotecárias e ABS, será de cerca de 60 mil milhões de euros por mês (ou seja, o novo programa ronda os 50 mil milhões de euros de dívida por mês). A repartição dos montantes por país será efetuada de acordo com a subscrição de capital do BCE (Portugal tem uma quota ajustada de aproximadamente 2,5%<sup>2</sup>).

O risco não será partilhado plenamente por todo o Eurosistema, já que as aquisições de dívida pública ficarão a cargo dos bancos centrais nacionais. O BCE assumirá o risco resultante da aquisição de dívida de instituições europeias e 8% das demais compras de ativos. No entanto,

---

<sup>2</sup> Quota ajustada considerando apenas os países membros da União Monetária.

há uma mutualização indireta, através dos fluxos financeiros que ocorrem através do TARGET2.

Espanha e Irlanda, que em 2013, concluíram os seus programas de ajustamento foram as duas economias mais dinâmicas da zona euro, com crescimentos de 1,4% e 4,8%, respetivamente.

No final do ano, houve um novo aumento da incerteza, fruto da convocação de eleições antecipadas na Grécia, que se realizaram já em Janeiro de 2015. O novo Governo, liderado pela Coligação Radical de Esquerda SYRIZA pediu uma extensão do atual programa de ajustamento, até ao final de Junho de 2015, estando presentemente a negociar as medidas de condicionalidade que lhe permitirão receber a última *tranche* do programa, de cerca de 7 mil milhões de euros. Os dados de contas públicas relativos ao início de 2015 revelam uma deterioração dos indicadores orçamentais, com uma quebra mais pronunciada da receita fiscal, que coloca em causa os objetivos de saldo primário para o ano.

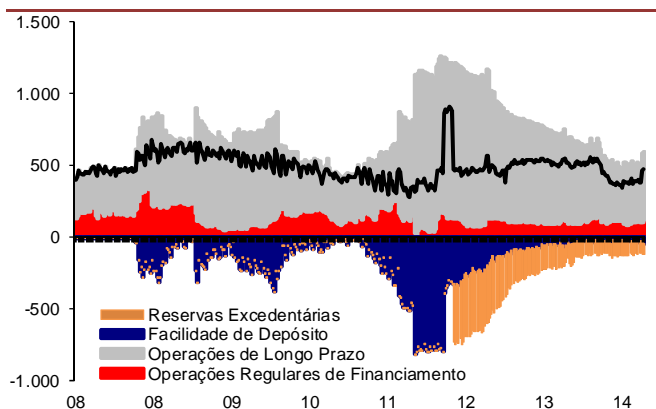
Não se observou um contágio da situação grega aos demais países europeus, com a generalidade das taxas de juro de médio e longo prazo a descerem para mínimos históricos absolutos, e com uma redução dos *spreads* de crédito face à Alemanha, também devido às expectativas quanto ao novo programa do BCE.

Em 2014, concretizou-se um dos passos para a criação da União Bancária<sup>3</sup>. Em Novembro, o BCE assumiu a responsabilidade pela supervisão bancária, sendo agora o supervisor direto de mais de uma centena dos maiores bancos europeus, e ficando os demais sob supervisão conjunta do BCE com os bancos centrais nacionais.

Em antecipação a esta assunção da supervisão, o sector bancário europeu foi alvo de uma avaliação completa (“comprehensive assessment”), ao abrigo da qual foi realizado um processo de avaliação da qualidade dos ativos, assim como um exercício de testes de esforço. Ao longo do ano, os bancos foram realizando operações de reforço dos capitais regulatórios, assim como constituindo provisões para fazer face aos novos requisitos impostos pelas autoridades europeias. Apenas 10 instituições tiveram que apresentar planos de reforço dos capitais, num montante total de 10 mil milhões de euros.

Apesar das medidas do BCE destinadas a manter elevada a liquidez total cedida à economia, a liquidez excedentária reduziu-se, durante grande parte do ano, já que é penalizada pela taxa de depósito negativa. No final do ano, contudo, a liquidez aumentou, com a realização dos dois primeiros TLTROs.

**Cedência de liquidez pelo BCE  
(€ bn)**



Fonte: BCE

<sup>3</sup> A União Bancária pressupõe a quebra da relação entre o risco bancário e o risco soberano, através da criação de três mecanismos, simultâneos: (i) mecanismo único de supervisão, atribuído ao BCE; (ii) mecanismo único de resolução bancária; e (iii) fundo de garantia de depósitos comum. 8

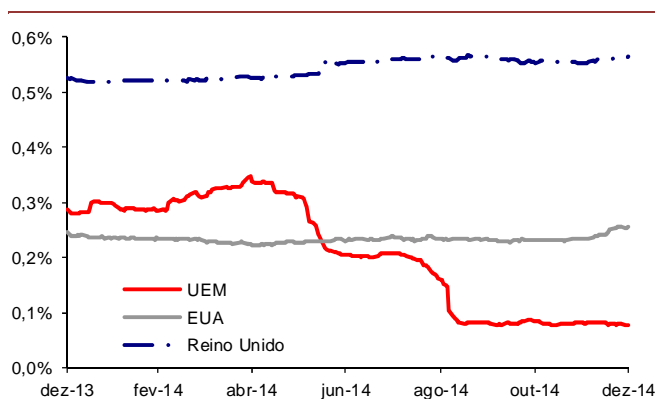


A dinâmica da taxa de juro Eonia, que reflete a taxa média das operações do *overnight* realizadas no mercado interbancário europeu, refletiu as expectativas de evolução da liquidez total na zona euro, registando uma descida, em especial na segunda metade do ano, após o BCE ter descido a taxa refi e comunicado a nova estratégia de cedência de liquidez e de aquisição de ativos financeiros. No final do ano, a taxa Eonia entrou em terreno negativo.

A taxa Euribor 3 meses, que iniciou o ano com uma ligeira tendência de subida, também em linha com os dados económicos mais fortes, iniciou posteriormente uma tendência de descida, acentuada pelos dois momentos em que o BCE desceu a respetiva taxa de juro de referência. Os prazos inferiores a um mês acompanharam a evolução da taxa Eonia, convergindo também para níveis negativos.

Nos EUA, as taxas de juro apesar do fim do programa de aquisição de ativos financeiros e do debate em torno do eventual início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, as taxas de juro de curto prazo permaneceram relativamente inalteradas, verificando-se uma subida apenas no final do ano, após a melhoria dos dados económicos, em especial a criação de emprego.

#### Taxas de Juro 3 Meses

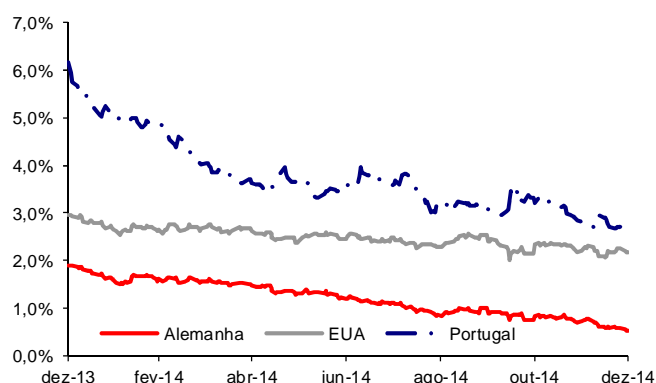


Fonte: Bloomberg

As taxas de juro de longo prazo, na zona euro, mantiveram uma tendência de descida sustentada durante todo o ano, apoiadas, quer pela evolução positiva das variáveis orçamentais, quer pelas expectativas de que o BCE iniciasse o programa de aquisição de ativos financeiros, como veio a ser decidido na segunda metade do ano. As *yields* de longo prazo caíram, assim, para mínimos históricos absolutos, de forma generalizada entre os países da zona euro. Na Alemanha, a *yield* dos 10 anos fechou o ano em 0,5%, enquanto em Portugal se reduziu para 2,65%.

Nos EUA, apesar do fim do programa de “quantitative easing” e do debate sobre a mudança de ciclo monetário, a *yield* dos 10 anos desceu, desde aproximadamente 3% até cerca de 2,15% no final do ano.

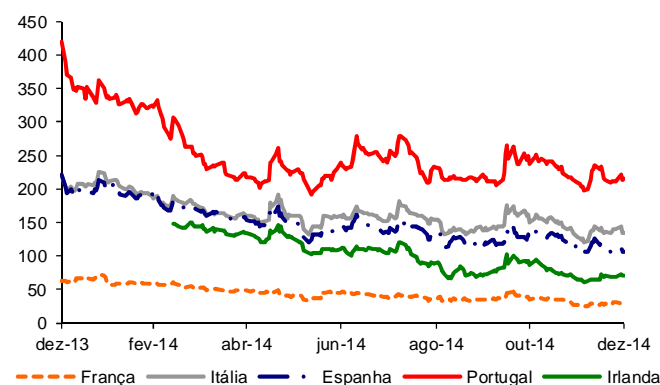
### Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

Os *spreads* de crédito soberanos, contudo, tiveram uma dinâmica diferenciada. No primeiro semestre, a tendência foi de estreitamento, sendo que no caso português os *spreads* se reduziram de cerca de 450pb para 250pb. No segundo semestre, a volatilidade foi mais elevada, e a dinâmica de estreitamento dos *spreads* foi mais moderada. Neste período, a Irlanda foi o país que mais beneficiou de uma redução de *spreads*, fruto do anunciado reembolso antecipado dos empréstimos ao FMI e da revisão em alta do rating soberano para o nível de “A”. A trajetória de descida foi retomada já no ano de 2015.

### Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

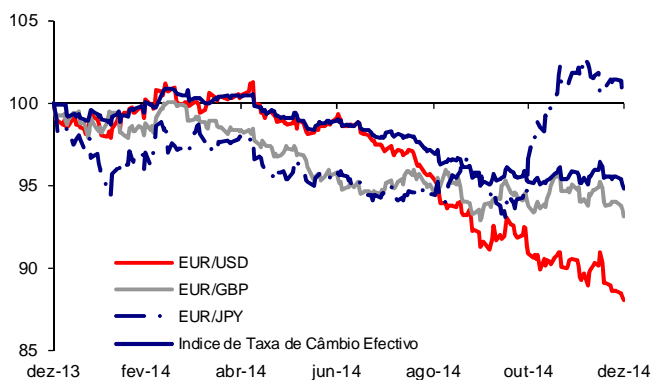
No mercado cambial, o euro registou uma mais pronunciada depreciação, que o conduziu para mínimos históricos face à generalidade das divisas. Esta dinâmica foi mais marcada no segundo semestre do ano, quando o BCE iniciou a nova fase de política monetária expansionista, com a descida das taxas de juro de referência e a adoção de medidas não-convencionais.

Face ao dólar, o euro cotava a 1,2 dólares, no final do ano, partindo de níveis em redor de 1,37 no início do ano, e que se mantiveram até Junho. A antecipada atuação divergente dos bancos centrais dos EUA e do Reino Unido, por um lado, e da zona euro, pelo outro, a partir de Junho, conduziu à depreciação do euro, que se estende pelos primeiros meses de 2015, quando o euro atingiu mínimos de mais de 10 anos face ao dólar. Face à libra esterlina, o euro cota em mínimos desde 2008.

A taxa de câmbio efetivo do euro (que considera as divisas dos doze principais parceiros comerciais da zona euro) depreciou, em consonância, igualmente para mínimos desde 2002.

Já em 2015, o Banco Nacional da Suíça abandonou a ligação que mantinha entre o franco suíço e euro, no âmbito da qual intervinha no mercado para defender uma cotação em redor de 1,20 francos por euro. Num primeiro momento, o franco suíço apreciou até 0,85 face ao euro, para estabilizar posteriormente em redor de 1,07 francos por euro.

#### Principais Taxas de Câmbio (Dez-2013 = 100)

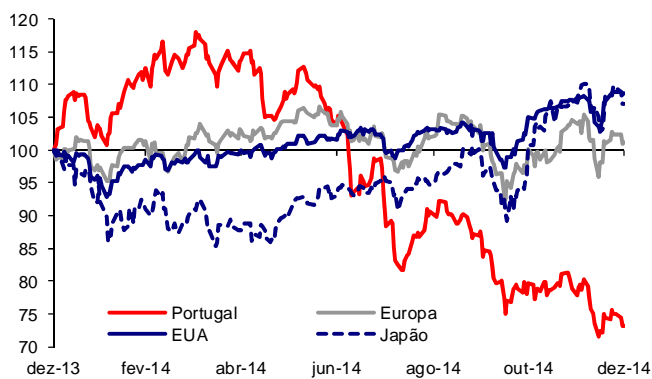


Fonte: BCE

Os mercados acionistas internacionais valorizaram cerca de 10% no conjunto do ano, mas num movimento que foi apenas perceptível já no final de 2014, quando os dados económicos, em especial nos EUA, mas também no Reino Unido, foram mais fortes do que o antecipado. Com efeito, ambos os mercados fecharam em máximos históricos absolutos.

Na zona euro, essa tendência foi menos pronunciada, mesmo apesar das perspectivas de que o BCE viesse, como veio, a adotar uma política de “quantitative easing”.

#### Mercados Accionistas (Dez-13 = 100)



Fonte: Bloomberg

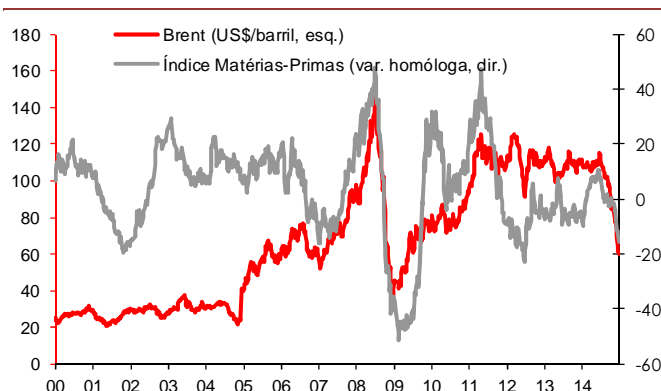
O mercado acionista português, contudo, terminou o ano de 2014 com uma depreciação acumulada de cerca de 30%, apesar de uma valorização de quase 20% – muito acima da dinâmica de outros mercados – no primeiro quadrimestre do ano. A resolução do BES no Novo Banco, em Julho, e os desenvolvimentos relacionados com a Portugal Telecom foram determinantes para esta tendência.

A evolução dos preços das matérias-primas foi diferenciada, quer entre produtos, quer entre diferentes momentos do tempo. No final do ano de 2014, contudo, a tendência foi de queda relativamente generalizada.

O petróleo oscilou em redor de 110 dólares durante grande parte do primeiro semestre, iniciando posteriormente um movimento de correção, fruto também da queda da procura, que conduziu o preço até cerca de 50 dólares por barril no final do ano.

Já o preço dos metais, preciosos e de base, assim como dos cereais, registou uma primeira tendência de valorização, que seria revertida também na segunda metade do ano. O ouro atingiu um máximo de cerca de 1,400 dólares por onça no final do primeiro trimestre, servindo como ativo de refúgio quando do aumento da instabilidade geopolítica na Europa, mas a dissipação dos riscos conduziu a uma depreciação, terminando o ano em 1,150 dólares.

**Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)**



Fonte: Bloomberg

## Economia Portuguesa

No final do primeiro semestre, Portugal concluiu o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado com as instituições internacionais em Abril de 2011, no âmbito do qual recebeu um montante de financiamento de cerca de 76 mil milhões de euros.

Portugal prescindiu da última *tranche* de financiamento, de cerca de três mil milhões de euros, devido à decisão de inconstitucionalidade, pelo Tribunal Constitucional, das novas regras de cortes salariais (que alargavam os cortes a salários a partir de 650 euros mensais). Para concluir a 12ª avaliação e receber a *tranche* final, Portugal teria de estender o prazo do programa e adotar, num reduzido período de tempo, medidas compensatórias. Na medida em que a República recuperou, ainda em 2013, o acesso aos mercados financeiros internacionais permitiu substituir as fontes de financiamento, sem perturbações.

### Dados Macroeconómicos

	2012	2013	2014
<b>PIB</b>	<b>-3,3</b>	<b>-1,4</b>	<b>0,9</b>
Consumo Privado	-5,2	-1,4	2,1
Consumo Público	-4,3	-1,9	-0,7
Investimento	-14,2	-6,5	5,2
Exportações	3,1	6,4	3,4
Importações	-6,6	3,6	6,2
Inflação média	2,8	0,3	-0,3
Desemprego	15,5	16,2	13,9
Saldo Orçamental (% do PIB)	-5,5	-4,8	-3,8
Dívida pública (% do PIB)	124,8	128,0	128,7
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,0	3,0	2,1

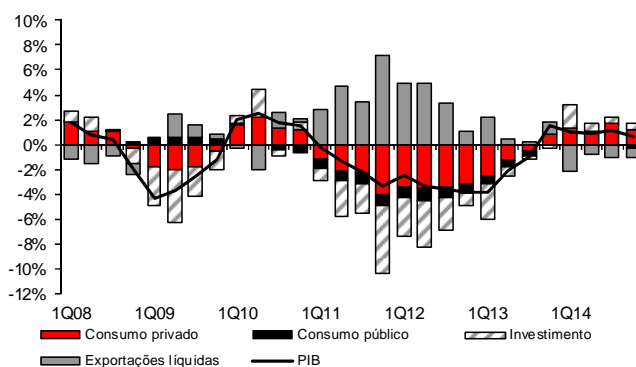
Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Santander Totta, FMI

No conjunto do ano, a economia cresceu 0,9%, a primeira taxa de crescimento positiva desde 2010, e que no final do ano ficou caracterizada por uma reaceleração do crescimento económico, mas cujos efeitos se poderão sentir de forma mais marcada em 2015.

Durante o primeiro semestre, o crescimento caracterizou-se por um abrandamento face ao final de 2013, tendo sido marcado por fatores pontuais, como seja o encerramento temporário da refinaria de Sines, para manutenção, o que se materializou também na redução das exportações de produtos energéticos, e consequente impacto sobre o crescimento. No primeiro trimestre de 2014, o PIB contraiu 0,6% em cadeia, devido em grande medida a este fator, mas recuperou nos trimestres seguintes, uma vez retomada a normal laboração pela refinaria.

As fontes de crescimento económico alteraram-se em 2014, com um domínio da procura interna, mas isso refletirá antes uma fase de transição no processo de transformação estrutural da economia.

#### Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)

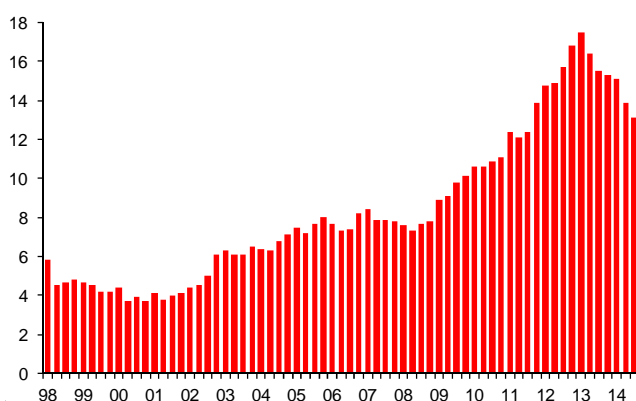


Fonte: INE

O consumo privado tem vindo a expandir moderadamente, à medida que as famílias começam a repor os níveis de despesa que tinham cortado durante os anos de 2011 e 2012. A despesa em bens duradouros, que tinha contraído fortemente nos últimos anos, aumentou, embora permaneça ainda em níveis abaixo dos verificados antes da crise.

A descida do desemprego, que caiu para 13,5% no quarto trimestre, recuperando os níveis de 2011, fruto de uma criação de emprego, contribuiu para a melhoria da confiança dos consumidores. Apesar de uma ligeira descida, a taxa de poupança permanece em níveis elevados, em redor de 10% do rendimento disponível.

#### Taxa de Desemprego



Fonte: INE

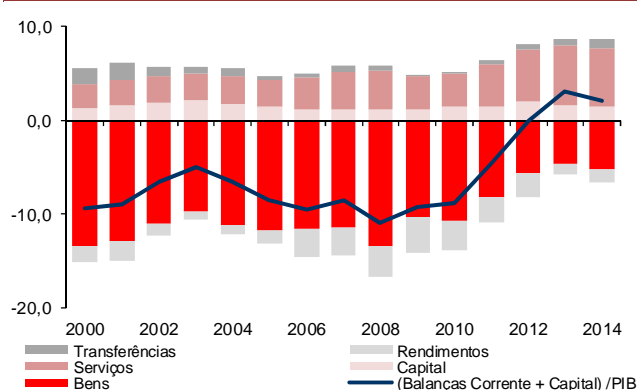
O investimento continuou a recuperar, apesar de ter havido a antecipação de alguns projetos para 2013, fruto de um incentivo fiscal à despesa de capital. Em 2014, o investimento cresceu 5,2%, embora também apoiado pela dinâmica da variação de existências, sem este efeito, a formação bruta de capital fixo cresceu 2,3%, a primeira expansão desde 2008. Este crescimento foi liderado pela despesa de capital em máquinas e equipamentos e material de transporte, sendo que o sector da construção continuou a subtrair ao investimento.

A procura externa líquida, ao contrário da tendência dos anos anteriores, teve um contributo negativo para o crescimento do PIB, mas que pode ser um efeito transitório. As exportações de bens e serviços cresceram 3,4% no conjunto do ano, desacelerando face ao ano transato, mas afetadas pelo mencionado encerramento da refinaria de Sines. Já no final do ano, assistiu-se a uma recuperação das vendas para o exterior, em linha com a melhoria da economia europeia, com um crescimento homólogo de 5,1% no 4T2014.

As importações cresceram 6,4% em 2014, quase duplicando o ritmo de crescimento de 2013, sendo visível um aumento das compras ao exterior de material de transporte (não só veículos ligeiros de passageiros, como também comerciais, ligeiros e pesados) e de outros bens de equipamento. As importações de bens de consumo cresceram de forma mais moderada.

A balança de bens e serviços, contudo, manteve uma situação excedentária, de 1,1% do PIB, ligeiramente abaixo do excedente observado no ano anterior. A balança corrente e de capital também se mantiveram excedentária, com um saldo de 2,1% do PIB.

#### Balança Corrente e de Capital (% PIB)

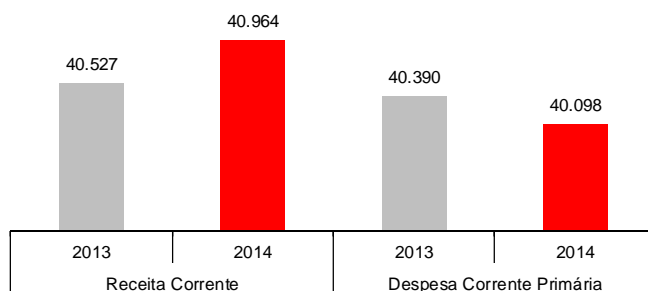


Fonte: Banco de Portugal, INE

Em resultado da progressiva melhoria das contas externas, a posição de investimento internacional melhorou, para uma situação negativa correspondente a 112,85 do PIB (-118,4% no final de 2013).

A execução orçamental de 2014, na ótica da contabilidade pública (caixa), evidencia uma melhoria do saldo orçamental face ao ano transato, situando-se inclusive abaixo da meta definida pelo Governo, fruto do maior crescimento da receita, em especial de IRS e IVA, enquanto a despesa corrente caiu, apesar do impacto sobre a despesa com pessoal decorrente da declaração de inconstitucionalidade dos cortes salariais constantes do OE2014.

#### Receita Corrente e Despesa Corrente Primária (€ mn)

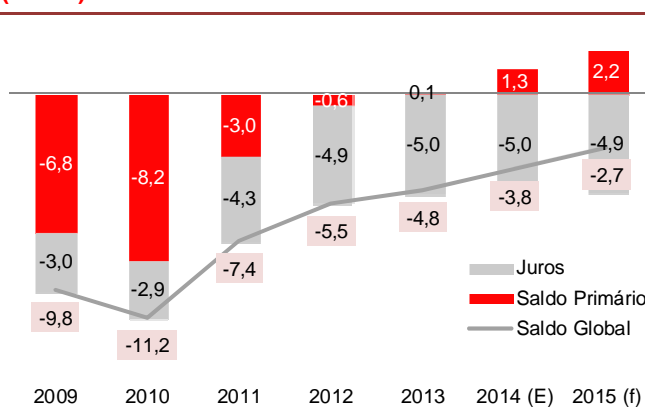


Fonte: Ministério das Finanças

Em contabilidade nacional, e de acordo com as projeções da UTAO e do Conselho de Finanças Públicas, o défice terá sido de 3,8% do PIB, quando corrigido de fatores pontuais (a assunção, pelo Estado, de financiamentos a empresas públicas do sector dos transportes). Incluindo estes efeitos, o défice terá sido de 4,8% do PIB. O Eurostat ainda não decidiu sobre o modo de contabilização do empréstimo que o Estado fez ao Fundo de Resolução, no montante de €3,9 mil milhões de euros (2,2pp do PIB), mas a ser registado no défice será um efeito não recorrente e sem implicações para a execução orçamental em 2015, nem para a dívida, uma vez que foram utilizados fundos que já estavam disponíveis no âmbito do fundo de recapitalização do sector bancário, criado dentro do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro.

Uma dinâmica de relevo na evolução dos agregados orçamentais é o facto de o saldo primário ter passado a registar um excedente, de cerca de 1,2pp do PIB (excluindo efeitos não-recorrentes), após dois anos em que o saldo já esteve próximo do equilíbrio.

#### Défice Orçamental (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

A notação de risco da República foi revisto em alta pela agência Moodys, para Ba1 (um nível abaixo do nível de *investment grade*), com *outlook* estável. As demais agências mantiveram o *rating*, mas reviram o *outlook* para estável.

Durante o ano, o Tesouro manteve o acesso aos mercados financeiros internacionais, com várias emissões de dívida de médio e longo prazo, a 5 e 10 anos, as quais foram realizadas com forte procura e com taxas de juro progressivamente mais baixas. Em Setembro, o Tesouro emitiu a 15 anos, à *yield* de 3,9% e já em 2015 o reforço da nova emissão a 10 anos, a OT2015, lançada em Janeiro com um cupão de 2,875%, foi realizado com uma *yield* de 2,04%. Em Julho de 2014, e pela primeira vez desde 2010, o Tesouro realizou uma emissão em dólares norte-americanos, à taxa de 5,23%.

Em 2015, o Governo obteve autorização das instituições internacionais para reembolsar parcialmente os empréstimos ao FMI, com o objetivo de amortizar, até ao final de 2017, cerca de 14 mil milhões de euros. Esta medida é justificada pelo facto de a República ter, presentemente, condições de financiamento em mercado mais favoráveis (em termos de taxas e de prazos de financiamento).

A situação no sector bancário foi marcada pelo processo de resolução do Banco Espírito Santo, na primeira aplicação a nível europeu dos novos mecanismos de resolução. Foi criado o “Novo Banco”, instituição de transição, e que manteve a generalidade dos ativos e a atividade bancária, com exceção de ativos problemáticos, na sua maioria a exposição ao Grupo Espírito Santo, que ficou na esfera do BES. A subscrição de capital foi realizada pelo Fundo de Resolução, com fundos cedidos pelos bancos participantes, assim como com um empréstimo do Estado português. O processo de venda do Novo Banco iniciou-se ainda em 2014.

Esta situação não teve efeitos de contágio ao sector financeiro, na sua totalidade, com o volume de depósitos a manter-se estável. Durante o ano, os bancos que tinham processos de reestruturação acordados com a DGComp avançaram para a sua conclusão, com a liquidação total ou parcial da recapitalização realizada pelo Estado português. Os bancos abrangidos pelo “comprehensive assessment” passaram nos critérios exigidos pelo BCE e pela EBA, com exceção de uma instituição, que apresentou medidas corretivas.

O crédito total às empresas continua a reduzir-se, refletindo, por um lado, a desalavancagem em curso na economia, e, por outro lado, fatores específicos, como a assunção do financiamento de algumas empresas pelo Estado Português e, já no final do ano, a reclassificação dos empréstimos a SGPS, em que as sociedades meramente instrumentais foram reclassificadas no sector de outras instituições financeiras não-monetárias. Estes dois efeitos justificam quase uma redução do crédito a empresas em cerca de 6 mil milhões de euros (numa variação total de cerca de -13 mil milhões de euros).

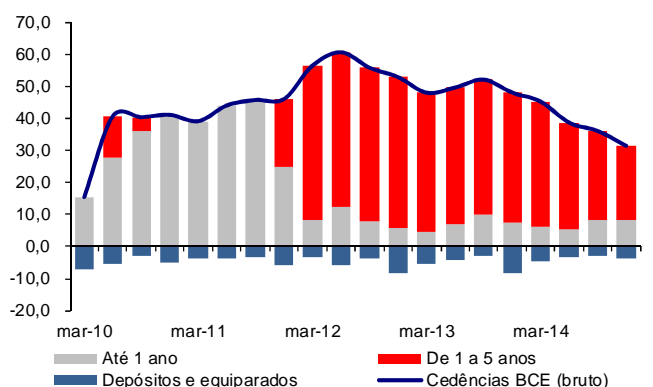
Os fluxos de novos créditos a empresas registaram uma redução, a partir de Julho, em simultâneo com a resolução do BES. No entanto, os dados relativos ao último trimestre já evidenciam uma recuperação da produção, o que ocorre também ao nível do crédito aos particulares, em especial hipotecário.

Esta dinâmica está em sintonia com a tendência constante do mais recente inquérito às condições no mercado de crédito, que sinalizam uma nova flexibilização das condições de concessão de crédito, assim como um aumento da procura de crédito.

A liquidez não é uma restrição à concessão de crédito, permanecendo abundante. Por um lado, o BCE mantém os seus programas de cedência de liquidez, mas o sector financeiro nacional tem vindo a reduzir paulatinamente a utilização destas facilidades, mesmo com os novos TLTRO, onde se assistiu antes a uma alteração das maturidades de financiamento, em favor dos prazos mais longos. No final do ano, os bancos nacionais estavam financiados em 31,4 mil milhões de euros (27,7 mil milhões quando ajustado dos depósitos junto do BCE, o que compara com 39,8 mil milhões no final de 2013).

Por outro lado, o volume de depósitos permaneceu bastante elevado, embora no final do ano, mas em especial no início de 2015, tenha havido uma redução, com as famílias a subscreverem produtos de aforro emitidos pelo Tesouro, com taxas de juro muito mais elevadas do que as praticadas pelo sector bancário, que desceram, em sintonia com as taxas de juro de mercado.

**Financiamento no BCE  
(€ bn)**



Fonte: Banco de Portugal



## A Evolução do Sector Segurador em Portugal

O mercado segurador em Portugal cresceu, em prémios emitidos, +9,1% em 2014 confirmando a tendência de crescimento verificada em 2013 (+20,4%), e contrastando com as quedas ocorridas em 2012 (-6,7%) e 2011 (-29,6%). Este crescimento foi sustentado na expansão de 12,9% do ramo Vida, com destaque no acréscimo de +60% verificado na procura de seguros de vida PPRE não ligados a fundos de investimento que em termos absolutos representa um crescimento de cerca de 901 milhões de euros.

Já o ramo Não Vida, verificou-se uma ligeira queda em 2014, na ordem dos -0,3%. A descida é mais significativa, em termos absolutos e percentuais, em Automóvel (-3%), com os ramos Doença e Responsabilidade Civil Geral a registar um aumento semelhante (+3%).

A estrutura que a produção apresenta em 2014 coloca o segmento Vida responsável por 74% da produção total do Sector e o segmento Não Vida responsável pelos restantes 26% o que compara com 71% e 29% respetivamente em 2013.

	Valor					Variação anual				
	2010	2011	2012	2013	2014	10/09	11/10	12/11	13/12	14/13
<b>PPRE</b>	3 252,5 €	1 304,6 €	1 121,0 €	1 547,9 €	2 449,0 €	3,33%	-59,89%	-14,07%	38,08%	58,22%
- Não Ligados a Fundos de Investimento	3 028,3 €	1 205,8 €	1 063,1 €	1 498,9 €	2 399,6 €	10,97%	-60,18%	-11,83%	40,99%	60,09%
- Ligados a Fundos de Investimento	224,2 €	98,8 €	57,9 €	49,0 €	49,5 €	-46,46%	-55,94%	-41,36%	-15,39%	0,92%
<b>Seguros Ligados a Fundos de Investimento (exclui PPR)</b>	2 348,1 €	1 923,9 €	2 043,6 €	1 881,6 €	1 981,7 €	-15,14%	-18,07%	6,22%	-7,93%	5,32%
<b>Outros</b>	6 572,8 €	4 250,5 €	3 704,3 €	5 762,2 €	5 949,7 €	45,66%	-35,33%	-12,85%	55,55%	3,25%
- Seguros de Risco e Mistos	945,6 €	924,2 €	905,9 €	910,4 €	905,4 €	3,02%	-2,26%	-1,99%	0,49%	-0,55%
- Seguros de Capitalização	5 627,2 €	3 326,2 €	2 798,4 €	4 851,8 €	5 044,3 €	56,56%	-40,89%	-15,87%	73,38%	3,97%
<b>Total Vida</b>	12 173,4 €	7 479,0 €	6 868,9 €	9 191,7 €	10 380,4 €	16,75%	-38,56%	-8,16%	33,82%	12,93%
<b>Total Não Vida</b>	4 168,5 €	4 032,7 €	3 871,7 €	3 738,8 €	3 728,0 €	0,89%	-3,26%	-3,99%	-3,43%	-0,29%
<b>Total</b>	<b>16 341,9 €</b>	<b>11 511,7 €</b>	<b>10 740,7 €</b>	<b>12 930,5 €</b>	<b>14 108,4 €</b>	<b>12,25%</b>	<b>-29,56%</b>	<b>-6,70%</b>	<b>20,39%</b>	<b>9,11%</b>

Valores em milhões de €

Fonte: APS

As Seguradoras, continuaram em 2014 o processo de implementação do novo regime de solvência das empresas de seguros (Solvência II), que entrará em vigor a partir de janeiro de 2016. Neste contexto, participaram no novo estudo de impacto quantitativo de requisitos de capital no contexto de Solvência II (QIS-2014) e no final de 2014 a Autoridade de Supervisão e Fundos de Pensões (ASF) publicou a Circular 05/2014 na qual solicitou às seguradoras o envio do Plano Director de Implementação de Solvência II.

## A Actividade da Santander Totta Seguros em 2014

À semelhança do ocorrido em Espanha no final de 2012, o Grupo Santander em Portugal assinou em 31 de Dezembro de 2014 uma parceria estratégica com o Grupo Aegon com o objetivo de reforçar a especialização em produtos de Seguros a qual, aliada à reconhecida capacidade de distribuição do Santander, permitirá reforçar de uma forma clara a franquia de Seguros na sua base de clientes.

A materialização desta aliança traduziu-se na criação de duas novas sociedades anónimas de direito português, criadas, na dependência da Santander Totta Seguros e, na consequente venda de uma participação de 51% nas mesmas à Aegon Spain Holding BV, assegurando o controlo conjunto nos acordos parassociais contratados.

No momento prévio à venda das referidas participações, a Santander Totta Seguros, procedeu à transferência da carteira de Vida Risco subscrita a partir de 1 de Julho de 2012<sup>4</sup> até 31 de

<sup>4</sup> Carteira subscrita pós realização da operação de resseguro extraordinária de 100% da carteira risco vida constituída até Junho 2012.

Dezembro de 2014 para a Aegon Santander Portugal Vida, Companhia de Seguros de Vida S.A. e, da totalidade da carteira de Seguros Não Vida (ramo de Acidentes Pessoais) para a Aegon Santander Portugal Não Vida, Companhia de Seguros, S.A.. Por sua vez o Banco Santander Totta alienou, a esta última, o direito sobre a carteira de seguros do ramo Lar (incêndios) atualmente detida pela Liberty Seguros, S.A..

As novas sociedades assinaram, também em 31 de Dezembro para os respetivos ramos<sup>5</sup>, contratos de distribuição a 25 anos com a rede do Banco Santander Totta.

Pela realização desta operação, registou a Santander Totta Seguros, nas suas contas individuais a 31 de Dezembro 2014 um resultado antes de impostos de 31,85 milhões de euros.

No que respeita à sua atividade recorrente, o ano 2014 voltou a ser muito positivo nas contribuições à linha de comissões pagas às Redes, comprovando-se a adequação da estratégia de colocação de produtos autónomos alinhados com as necessidades dos segmentos de clientes do Banco confirmando o incremento da procura destes produtos e o aumento da persistência das carteiras.

No âmbito dos seguros de vida risco comercializados de forma autónoma a crédito, é de realçar o contínuo crescimento face a 2013 e em particular nos produtos lançados em 2012. O “SafeCare”, mantém uma boa colocação, incrementando-se a carteira de apólices em 47% face ao fecho de 2013, somando no final de Dezembro de 2014 cerca de 75.400 pessoas seguras. O “Protecção Lar”, mantém uma elevada procura pelos nossos clientes, com colocações de quase 26.300 apólices em 2014.

Manteve-se igualmente o foco na comercialização de soluções para proteger o rendimento familiar em caso de morte ou desemprego - “Plano Protecção Família” e “Plano Protecção Ordenado” - tendo as vendas atingido cerca de 36.550 apólices no ano de 2014. O “Seguro Viva Mais”, atingiu colocações na ordem das 7.460 apólices.

Durante o 1º trimestre de 2014 deu-se início à comercialização do produto “LifeCorporate”, um produto destinado a empresas cuja preocupação visa a proteção do ponto de vista financeiro na ocorrência de eventos de morte ou invalidez de empregados que desempenhem funções chave na empresa. Desde o seu lançamento tem-se verificado, neste produto, uma procura acima do esperado, com colocações de cerca de 2.390 apólices até Dezembro de 2014.

Relativamente aos seguros de vida financeiros, é de destacar o lançamento dos produtos “Plano Financeiro”, sob a forma de seguros ICAE não normalizados (unit linked), que proporcionam um retorno mensal e trimestral pago sob a forma de resgate parcial, tendo o volume total comercializado ascendido a cerca de 286 milhões de euros em 2014, 36% inferior aos 390 milhões de euros comercializados durante o ano 2013, influenciado pelo enquadramento de reduzidas taxas de juro condicionando a rentabilidade da carteira e a capacidade de lançamento de novos produtos.

O valor dos prémios emitidos e contribuições para contratos de investimento alcançou o montante de 452,4 milhões de euros, uma diminuição de 17,2% relativamente a 2013. Nos seguros de risco e mistos o volume de prémios cifrou-se em 130,6 milhões de euros representando um aumento de 5,9% face aos prémios emitidos no período homólogo de 2013, sendo de registar um aumento de 17,2% nos prémios de seguros autónomos.

Relativamente ao ano homólogo, a margem técnica teve uma diminuição de -2,4% decorrente de menor margem nos seguros financeiros. O total de comissões de seguros distribuídos à rede ascendeu a 82,2 milhões de euros em 2014 significando uma diminuição de 1,1% relativamente ao ano transato.

---

<sup>5</sup> Em Não Vida, exclui os ramos de saúde e auto.

Por prudência, e por motivos puramente comerciais, a Companhia registou em 31 de Dezembro de 2014 a constituição de uma provisão genérica de 18,6 milhões de euros para a eventualidade de vir a assumir algum tipo de perdas no vencimento dos produtos financeiros, cujos ativos estiveram relacionados com perdas em investimentos específicos, sem recorrência, ocorridos em períodos de elevada perturbação nos mercados financeiros (a nível nacional e internacional).

A Santander Totta Seguros atingiu um resultado antes de impostos de 16,8 milhões de euros, representando um aumento de 87% relativamente ao ano anterior, essencialmente influenciado pela realização da parceria estratégica com o Grupo Aegon, tendo a contribuição para o Grupo, medida pelas comissões às redes e resultado antes de impostos, atingido 99 milhões de euros, um aumento de 7,5% relativamente ao ano anterior.

<i>Milhões de Euros</i>			
<b>Prémios emitidos</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Var.</b>
Contratos de Seguros			
Seguros de Vida excepto PPR/E	123,6	131,0	+ 6,0%
PPR/E	23,7	27,4	+15,9%
Acidentes Pessoais	1,3	1,0	- 21,7%
Contratos de Investimento			
Seguros de Poupança excluindo PPR/E	392,4	287,7	- 26,7%
PPR/E	5,3	5,2	- 1,8%
<b>Total</b>	<b>546,4</b>	<b>452,4</b>	<b>- 17,2%</b>

O ativo líquido da Santander Totta Seguros atingiu, em 31 de Dezembro de 2014, 4.116 milhões de euros, uma diminuição de 7,3% face ao ano anterior.

O volume total de ativos financeiros geridos atingiu 4.055 milhões de euros, uma diminuição de 6% face a 2013, mantendo a política de investimentos os critérios de dispersão, liquidez e segurança dos ativos. O valor de 2014 inclui 14,3 milhões de euros relativos à participação de 49% nas *joint ventures* Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida.

As provisões técnicas e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros totalizam 3.774 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2014 contra 4.032,6 milhões de euros em 2013.

A taxa de cobertura da margem de solvência cifrou-se em 162,3% em 31 de Dezembro de 2014, considerando a proposta de distribuição de lucros e a aplicação do filtro prudencial quanto ao tratamento da operação de resseguro extraordinária de 2012.

O resultado da conta técnica alcançou os 3,5 milhões de euros contra 7,0 milhões no ano anterior.

O número de colaboradores efetivos e com contrato a termo certo era de 49 a 31 de Dezembro de 2014.

Os principais indicadores de rentabilidade e eficiência apresentam os seguintes valores:

Indicadores	2010	2011	2012	2013	2014
Custos de funcionamento / margem técnica antes comissões	5,9%	7,1%	2,6%	8,4%	10,9%
Capitais Seguros Risco (10 <sup>6</sup> €) / Nº médio de Colaboradores	352	377	368	401	315
Resultado Líquido / Capital Próprio	17,4%	5,3%	79,2%	3,2%	5,8%
Resultado Líquido / Ativo Líquido	0,4%	0,1%	3,2%	0,1%	0,2%

Nota: os indicadores de 2012 (com exceção do indicador “capitais seguros risco/nº médio de colaboradores) estão influenciados pelo resultado não recorrente da operação de cedência de seguro.

### Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido de impostos da Santander Totta Seguros foi de 10.200.039,16€ (dez milhões, duzentos mil e trinta e nove euros e dezasseis cêntimos).

Propõe-se a seguinte aplicação:

- 1.020.003,92€ (um milhão e vinte mil e três euros e noventa e dois cêntimos) para reserva Legal;
- Distribuir dividendos no valor de 5.100.019,58€ (cinco milhões, cem mil e dezanove euros e cinquenta e oito cêntimos);
- 4.080.015,66€ (quatro milhões e oitenta mil e quinze euros e sessenta e seis cêntimos) para resultados transitados.

### Perspetivas para 2015

Para o ano de 2015, a Companhia perspetiva:

- Assegurar de forma eficiente e eficaz a implementação do regime Solvência II, dentro do calendário previsto;
- Prosseguir a orientação do modelo de negócio para maior foco nos clientes, oferecendo a cada segmento de clientes os produtos adaptados ao seu perfil e necessidades;
- Modelo de distribuição assente na sinergia entre canal tradicional e canais remotos;
- Optimização de processos e de estruturas, assente numa maior transformação comportamental subordinada à razão de ser da nossa actividade – o serviço a clientes e a sua satisfação;
- Melhoria do índice de satisfação dos clientes internos e externos, das taxas de retenção e das práticas de boas vendas.

## **Considerações Finais**

Gostaria o Conselho de Administração de manifestar o seu agradecimento a todas as entidades que apoiaram a nossa empresa no desenvolvimento da sua actividade, designadamente:

- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários pela forma como acompanharam e apoiaram o desenvolvimento da Companhia;
- À Associação Portuguesa de Seguradores, nomeadamente na defesa dos interesses da indústria e em matérias técnicas;
- Ao Senhor Provedor do Cliente, pelo seu apoio e contribuição;
- Ao Conselho Fiscal, pelo acompanhamento da actividade e contribuição;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu contributo na dinamização de “cross-selling” e resultados obtidos;
- Aos nossos Clientes, pela sua preferência;
- A todos os colaboradores que, com dedicação, contribuíram para os resultados obtidos.

Lisboa, 26 de Março de 2015

O Conselho de Administração,

José Manuel Alves Elias da Costa  
Presidente

Eduardo Alves da Silva  
Vogal

Armindo Alberto Escalda  
Vogal

Joaquim Manuel Oliveira Filipe  
Vogal

Oscar Villoslada Montpart  
Vogal

Demonstrações

Financeiras

## SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

## BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	ATIVO	31/12/2014			31/12/2013
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido	
4	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	102 464 049	-	102 464 049	77 369 501
5	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14 308 000	-	14 308 000	-
	Valorizados ao custo	14 308 000	-	14 308 000	-
	Valorizados ao justo valor	-	-	-	-
	Valorizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
	Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
	Investimentos em outras participadas e participantes	-	-	-	-
	Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	-	-
	Títulos de dívida	-	-	-	-
	Derivados	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
6	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	3 509 672 799	-	3 509 672 799	3 750 877 840
	Investimentos em outras participadas e participantes	254 146 528	-	254 146 528	390 504 983
	Instrumentos de capital e unidades de participação	7 968 497	-	7 968 497	8 023 781
	Títulos de dívida	2 090 457 857	-	2 090 457 857	2 010 201 539
	Outros	1 157 099 917	-	1 157 099 917	1 342 147 537
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
	Cobertura de justo valor	-	-	-	-
	Cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-
	Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	-	-	-	-
6	Ativos financeiros disponíveis para venda	371 705 805	-	371 705 805	411 094 735
	Investimentos em outras participadas e participantes	603 700	-	603 700	561 785
	Instrumentos de capital e unidades de participação	100 850 379	-	100 850 379	99 955 974
	Títulos de dívida	270 251 726	-	270 251 726	310 576 976
	Outros	-	-	-	-
6	Empréstimos concedidos e contas a receber	56 518 886	-	56 518 886	75 204 698
	Depósitos junto de empresas cedentes	-	-	-	-
	Outros depósitos	54 538 319	-	54 538 319	73 275 419
	Empréstimos concedidos	1 980 567	-	1 980 567	1 929 279
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Ativos financeiros a deter até à maturidade	-	-	-	-
	Investimentos em outras empresas participadas e participantes	-	-	-	-
	Títulos de dívida	-	-	-	-
	Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-
7	Outros ativos tangíveis	2 433 932	2 334 555	99 377	62 190
	Inventários	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-
8	Outros ativos intangíveis	6 531 566	3 984 957	2 546 609	2 657 084
11	Provisões técnicas de resseguro cedido	33 120 600	-	33 120 600	50 573 163
	Ramo Vida	33 118 088	-	33 118 088	50 554 299
	Provisão matemática	9 765 374	-	9 765 374	-
	Provisão para sinistros	19 441 613	-	19 441 613	12 418 938
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Provisão para prémios não adquiridos	3 911 101	-	3 911 101	38 135 361
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Ramos Não Vida	2 512	-	2 512	18 864
	Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	18 076
	Provisão para sinistros	2 512	-	2 512	788
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
24	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	14 774
9 e 16	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	18 834 935	30 509	18 804 426	19 387 071
	Contas a receber por operações de seguro direto	7 718 190	30 509	7 687 681	6 804 580
	Contas a receber por operações de resseguro	490 587	-	490 587	730 537
	Contas a receber por outras operações	10 626 158	-	10 626 158	11 851 954
15	Ativos por impostos e taxas	6 826 992	-	6 826 992	52 162 438
	Ativos por impostos (e taxas) correntes	-	-	-	49 283 920
	Ativos por impostos diferidos	6 826 992	-	6 826 992	2 878 518
10	Acréscimos e diferimentos	11 168	-	11 168	5 577
	Outros elementos do ativo	-	-	-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>4 122 428 732</b>	<b>6 350 021</b>	<b>4 116 078 711</b>	<b>4 439 409 071</b>

O Anexo faz parte integrante destes Balanços.

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	31/12/2014	31/12/2013
	<b>PASSIVO</b>		
11	Provisões técnicas	321 034 544	374 928 171
	Ramo Vida	321 030 001	374 859 757
	Provisão matemática	264 016 073	292 792 074
	Provisão para sinistros	29 455 760	21 032 249
	Provisão para participação nos resultados	23 656 959	10 976 549
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	23 556 335	10 290 379
	Provisão para participação nos resultados atribuída	100 624	686 170
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para prémios não adquiridos	3 901 209	50 058 885
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
	Ramos Não Vida	4 543	68 414
	Provisão para prémios não adquiridos	-	54 362
	Provisão para sinistros	4 543	14 052
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
12	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3 453 012 857	3 657 662 287
	Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	3 403 408 252	3 592 774 997
	Valorizados ao custo amortizado	49 604 605	64 887 290
13	Outros passivos financeiros	88 352 105	145 643 910
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	14 000 000	14 000 000
	Depósitos recebidos de resseguradores	1 651 443	12 206 933
	Outros	72 700 662	119 436 977
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-
14	Outros credores por operações de seguros e outras operações	36 722 696	78 757 017
	Contas a pagar por operações de seguro direto	21 816 308	63 077 170
	Contas a pagar por operações de resseguro	6 120 064	8 101 925
	Contas a pagar por outras operações	8 786 324	7 577 922
15	Passivos por impostos e taxas	13 619 297	-
	Passivos por impostos (e taxas) correntes	13 619 297	-
	Passivos por impostos diferidos	-	-
10	Acréscimos e diferimentos	3 541 442	2 952 454
16	Outras provisões	24 864 390	2 507 815
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>3 941 147 331</b>	<b>4 262 451 654</b>
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
17	Capital	47 250 000	47 250 000
	(Ações Próprias)	-	-
17	Outros instrumentos de capital	17 000 000	32 000 000
	Dividendos antecipados	-	-
18	Reservas de reavaliação	6 077 333	2 619 571
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	6 077 333	2 619 571
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
18	Reserva por impostos	(1 428 173)	(759 675)
18	Outras reservas	31 364 192	30 816 227
	Reserva legal	31 342 584	30 779 278
	Reserva estatutária	-	-
	Prémios de emissão	-	-
	Outras reservas	21 608	36 949
18	Resultados transitados	64 467 989	59 398 238
	Resultado líquido do período/exercício	10 200 039	5 633 056
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>174 931 380</b>	<b>176 957 471</b>
	<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>4 116 078 711</b>	<b>4 439 409 071</b>



**SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.**

**CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	Rubricas	2014				2013
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
19	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	75 024 852	671 974	-	75 696 826	49 488 672
	Prémios brutos emitidos	158 448 338	998 506	-	159 446 844	148 604 001
	Prémios de resseguro cedido	99 630 517	332 003	-	99 962 520	90 532 851
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(50 508 658)	(8 197)	-	(50 516 855)	(1 258 203)
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(34 301 627)	(2 726)	-	(34 304 353)	(9 840 681)
20	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	41 592 129	-	-	41 592 129	46 391 727
11	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	29 665 374	5 632	-	29 671 006	34 159 363
	Montantes pagos	28 264 537	16 864	-	28 281 401	35 003 262
	Montantes brutos	53 185 503	24 092	-	53 209 595	57 636 021
	Parte dos resseguradores	24 920 966	7 228	-	24 928 194	22 632 759
	Provisão para sinistros (variação)	1 400 837	(11 232)	-	1 389 605	(843 899)
	Montante bruto	8 423 512	(9 509)	-	8 414 003	361 074
	Parte dos resseguradores	7 022 675	1 723	-	7 024 398	1 204 973
11	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	32 663 625	-	-	32 663 625	1 236 741
	Montante bruto	62 373 893	-	-	62 373 893	1 236 572
	Parte dos resseguradores	29 710 268	-	-	29 710 268	(169)
11	Participação nos resultados, líquida de resseguro	58 029	-	-	58 029	661 692
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	-	-	-	-
21	Custos e gastos de exploração líquidos	55 110 269	113 679	-	55 223 948	57 878 705
	Custos de aquisição	87 500 807	215 746	-	87 716 553	86 803 246
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(5 291 327)	-	-	(5 291 327)	390 172
	Gastos administrativos	4 474 614	-	-	4 474 614	3 021 111
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	31 573 825	102 067	-	31 675 892	32 335 824
25	Rendimentos	159 086 663	869	1 101 928	160 189 460	186 845 041
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	9 969 850	869	656 903	10 627 622	16 552 913
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Outros	149 116 813	-	445 025	149 561 838	170 292 128
26	Gastos financeiros	10 915 661	-	1 296 603	12 212 264	14 125 364
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	5 560
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Outros	10 915 661	-	1 296 603	12 212 264	14 119 804
27	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(1 599 034)	-	34 847 562	33 248 528	(833 106)
	De ativos disponíveis para venda	74 195	-	-	74 195	1 180 281
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(1 673 229)	-	-	(1 673 229)	(2 013 387)
	De outros	-	-	34 847 562	34 847 562	-
27	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(143 718 464)	-	1 100 332	(142 618 132)	(158 249 972)
	De ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	(92 628)
	De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(143 718 464)	-	1 100 332	(142 618 132)	(158 157 344)
28	Diferenças de câmbio	1 135 379	-	-	1 135 379	(362 522)
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-
6	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-	6 966 761
	De ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	6 966 761
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-	-
29	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(201 014)	-	-	(201 014)	(255 389)
16	Outras provisões (variação)	-	-	22 356 576	22 356 576	(1 428 943)
30	Outros rendimentos/gastos	-	-	(47 171)	(47 171)	(433 356)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-
	<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>2 907 553</b>	<b>553 532</b>	<b>13 349 472</b>	<b>16 810 557</b>	<b>8 991 412</b>
15	Imposto sobre o rendimento do período - Impostos correntes	-	-	11 227 490	11 227 490	(431 386)
15	Imposto sobre o rendimento do período - Impostos diferidos	-	-	(4 616 972)	(4 616 972)	3 789 742
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>				<b>10 200 039</b>	<b>5 633 056</b>

O Anexo faz parte integrante destas Contas de Ganhos e Perdas.

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em euros)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado líquido do exercício	<u>10 200 039</u>	<u>5 633 056</u>
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variações da reserva de justo valor dos instrumentos financeiros disponíveis para venda		
Fundos de Investimento Mobiliário	894 405	9 322 186
Obrigações	<u>15 908 656</u>	<u>(348 212)</u>
	16 803 061	8 973 974
Variações na provisão para participação nos resultados a atribuir	<u>(13 345 299)</u>	<u>1 211 665</u>
	3 457 762	10 185 639
Impacto fiscal	<u>(668 498)</u>	<u>(3 005 094)</u>
	2 789 264	7 180 545
Itens que não serão reclassificados posteriormente para ganhos e perdas	-	-
Rendimento / (gasto) reconhecido diretamente no capital próprio	<u>2 789 264</u>	<u>7 180 545</u>
Rendimento integral do exercício	<u><u>12 989 303</u></u>	<u><u>12 813 601</u></u>

O Anexo faz parte integrante destas Demonstrações.

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital	Outros instrumentos de capital	Dividendos antecipados	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
					Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas			
	<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>47 250 000</b>	-	<b>(74 000 000)</b>	<b>(7 566 068)</b>	<b>2 245 419</b>	<b>14 771 064</b>	<b>48 406</b>	<b>59 342 312</b>	<b>160 082 141</b>	<b>202 173 274</b>
17 e 18	Realização de prestações acessórias	-	32 000 000	-	-	-	-	-	-	-	32 000 000
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	16 008 214	-	55 926	(16 064 140)	-
	Distribuição de lucros	-	-	74 000 000	-	-	-	-	-	(144 018 001)	(70 018 001)
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	(11 457)	-	-	(11 457)
	Resultado integral do exercício	-	-	-	10 185 639	(3 005 094)	-	-	-	5 633 056	12 813 601
	<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>47 250 000</b>	<b>32 000 000</b>	-	<b>2 619 571</b>	<b>(759 675)</b>	<b>30 779 278</b>	<b>36 949</b>	<b>59 398 238</b>	<b>5 633 056</b>	<b>176 957 417</b>
17 e 18	Reembolso de prestações acessórias	-	(15 000 000)	-	-	-	-	-	-	-	(15 000 000)
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	563 306	-	5 069 751	(5 633 056)	1
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	(15 341)	-	-	(15 341)
	Resultado integral do exercício	-	-	-	3 457 762	(668 498)	-	-	-	10 200 039	12 989 303
	<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>47 250 000</b>	<b>17 000 000</b>	-	<b>6 077 333</b>	<b>(1 428 173)</b>	<b>31 342 584</b>	<b>21 608</b>	<b>64 467 989</b>	<b>10 200 039</b>	<b>174 931 380</b>

O Anexo faz parte integrante destas Demonstrações.

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Montantes expressos em euros)

	2014	2013
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado líquido do exercício	10 200 039	5 633 056
Mais valias na alienação de investimentos em filiais	(27 608 000)	-
Mais valias na alienação de carteiras de seguros	(9 800 000)	-
Custos e proveitos operacionais que não representam fluxos de caixa:		
Amortizações do exercício	1 198 980	260 352
Variação em outras provisões	22 356 576	(1 428 943)
Variação nas provisões técnicas	(36 441 063)	(5 747 091)
Variação de passivos por contratos de investimento	(204 649 431)	(475 169 026)
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais:		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	(643 150)	475 488
Devedores por outras operações	1 240 569	616 216
Ativos por impostos	44 666 948	(45 494 178)
Outros ativos	(5 591)	54 357
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais:		
Credores por operações de seguro direto e resseguro	(53 798 213)	34 802 759
Credores por outras operações	1 208 402	(2 683 056)
Passivos por impostos	13 619 297	(88 648 764)
Incentivos de longo prazo	(15 341)	(11 457)
Outros passivos	588 989	(1 485 651)
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(237 880 989)</b>	<b>(578 825 938)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Variação nos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	194 468 726	398 749 012
Variação nos ativos financeiros disponíveis para venda	42 846 692	66 064 245
Variação nos empréstimos e contas a receber	18 685 812	85 525 267
Constituição de companhias filiais	(29 200 000)	-
Alienação de investimentos em filiais	42 500 000	-
Alienação de carteiras de seguros vida e não vida	9 800 000	-
Aquisições de outros ativos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(1 125 693)	(1 260 769)
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>277 975 537</b>	<b>549 077 755</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Realização / (reembolso) de prestações acessórias	(15 000 000)	32 000 000
Pagamento de dividendos	-	(70 018 001)
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(15 000 000)</b>	<b>(38 018 001)</b>
<b>Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<b>25 094 548</b>	<b>(67 766 184)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	77 369 501	145 135 685
Caixa e seus equivalentes no fim do período	102 464 049	77 369 501

O Anexo faz parte integrante destas Demonstrações.

Anexos às  
Demonstrações  
Financeiras

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia) foi constituída em 19 de março de 2001 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido, do ramo Vida, para a qual tem as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (anteriormente designada por Instituto de Seguros de Portugal ou ISP). Em 2007, a Companhia obteve autorização para operar no ramo não vida – acidentes pessoais.

Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte ou a sobrevivência da pessoa segura, bem como operações financeiras conducentes à captação de aforro.

Os seguros não vida (ramos reais) têm por objeto segurar danos em coisas, bens imateriais, créditos e quaisquer outros direitos patrimoniais. No caso concreto da Companhia os ramos reais referem-se a seguros de acidentes pessoais.

Em 27 de dezembro de 2001 foi registada a escritura de cessão, a favor da Companhia, da Sucursal Seguros Génesis, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (Seguros Génesis), bem como da carteira de seguros associada à mesma, tendo os correspondentes efeitos económicos sido reportados a 1 de janeiro de 2001.

Em setembro de 2002, a Companhia alterou a sua denominação inicial, Santander Central Hispano Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Posteriormente, em março de 2005, adotou a atual denominação.

Conforme indicado na Nota 17, a Companhia é detida pela Santander Totta - SGPS, S.A. e, consequentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere (Grupo Santander).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar nº 4/2007-R, de 27 de abril, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

## 2.2. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em filiais incluem participações em sociedades nas quais a Companhia exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, evidenciada pela detenção de mais de 50% do capital.

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que a Companhia tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes ativos são registados ao custo de aquisição, sendo sujeitos a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

## 2.3. Instrumentos financeiros

### a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente imputados à transação são registados na conta de ganhos e perdas. Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do ativo.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transacionados num mercado regulamentado e com transações efetuadas nos últimos 15 dias são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da sessão. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e captadas através da NetBolsa (mercado nacional) e da Reuters ou da Bloomberg (mercados estrangeiros).

Se os valores mobiliários forem cotados em mais de uma bolsa, é considerado o preço praticado no mercado que apresenta maior liquidez, frequência e regularidade de transações.

Para efeitos da valorização dos valores mobiliários cotados sem transações nos últimos 15 dias e para os não cotados, a Companhia definiu um conjunto de contribuidores que considera credíveis e que divulgam preços através de meios especializados, nomeadamente a Bloomberg.

Se um preço de referência de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços universalmente aceites (técnicas de “discounted cash-flows”).

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash-flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adotado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transações.

O justo valor dos derivados que não são transacionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes.

Aquando do reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado e instrumentos financeiros derivados; e
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de acordo com a opção permitida pela Norma IAS 39 ("fair value option"). Encontram-se classificados nesta categoria os instrumentos financeiros associados a produtos "unit-linked" em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro e os instrumentos financeiros associados à operação descrita nas Notas 2.3.d) e 13. A aplicação desta opção encontra-se limitada a situações em que a sua adoção permita a produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
  - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
  - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre esses grupos de instrumentos financeiros seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
  - Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados implícitos, a menos que:
    - Os derivados implícitos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
    - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos na conta de ganhos e perdas, nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

Todos os instrumentos financeiros derivados detidos pela Companhia à data de balanço encontram-se classificados nesta categoria.



ii) Empréstimos concedidos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui, entre outros, depósitos em instituições de crédito, depósitos junto de empresas cedentes e empréstimos e outras contas a receber.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente imputáveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Incluem os instrumentos financeiros registados nesta categoria aquando do reconhecimento inicial e que não se enquadram nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39.

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como ativos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de ganhos e perdas, como ativos a deter até à maturidade ou como empréstimos concedidos e contas a receber.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com exceção dos instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros” até à sua venda, ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade, momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de ativos monetários (títulos de dívida) são reconhecidos diretamente na conta de ganhos e perdas.

Reconhecimento de rendimentos

Os juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas (empréstimos concedidos e contas a receber e ativos financeiros disponíveis para venda) e o respetivo reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efetiva e registados na rubrica “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são registados na rubrica “Rendimentos – Outros”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente os dividendos, são reconhecidos na rubrica “Rendimentos – Outros”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente imputáveis à transação.

A rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento" inclui as responsabilidades decorrentes dos produtos financeiros sem participação discricionária nos resultados e dos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro emitidos pela Companhia e considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Os passivos financeiros resultantes dos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro ("unit-linked") são mensurados ao justo valor e registados na rubrica "Passivos financeiros valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas". As variações no justo valor são refletidas em "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas – De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas".

Os restantes passivos financeiros, incluindo passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Reclassificação de ativos financeiros

Na sequência da alteração à Norma IAS 39 em outubro de 2008, sob a designação "Reclassificação de ativos financeiros", passou a ser possível efetuar as seguintes reclassificações entre as categorias de ativos financeiros:

- (i) Em circunstâncias particulares, ativos financeiros não derivados (que não os designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados no âmbito da "fair value option") podem ser transferidos da categoria ao justo valor através de resultados; e
- (ii) Ativos financeiros que cumpram a definição de empréstimos e outras contas a receber podem ser transferidos da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de empréstimos e outras contas a receber, desde que a Companhia tenha a intenção e capacidade de os deter no futuro próximo ou até à maturidade.

A Companhia não procedeu a quaisquer reclassificações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

d) Outros passivos financeiros

O acionista único concedeu à Companhia em outubro de 2008 prestações acessórias não remuneradas, no âmbito de uma operação levada a cabo para mitigar a desvalorização do valor patrimonial de alguns fundos "unit-linked" sob gestão. Estas prestações acessórias serão reembolsadas ao acionista único se e na medida em que os valores em cuja aquisição foi investido o produto das prestações restituendas sejam liquidados pelos respetivos emitentes ou de outra forma readquirido o montante investido, nomeadamente em consequência da alienação ou extinção das posições adquiridas. Para além da verificação deste requisito, o reembolso das prestações acessórias depende de deliberação da Assembleia Geral e obedece aos demais termos e condições aplicáveis ao reembolso de prestações suplementares nas sociedades por quotas, podendo no entanto ser total ou parcial e, neste caso, fazer-se em uma ou mais vezes (Nota 13). Este passivo financeiro não tem maturidade definida e o seu reembolso é suscetível de ser exigido pelo acionista único a todo o momento.

De acordo com a Norma IAS 32, estas prestações acessórias foram classificadas na rubrica “Outros passivos financeiros – Outros”.

e) Operações de reporte e de empréstimo de títulos

Os ativos financeiros cedidos em operações de reporte e de empréstimo de títulos permanecem na respetiva carteira de investimentos, sendo adicionalmente relevados em contas extrapatrimoniais, continuando os que se encontram a representar provisões técnicas a ser considerados para efeitos de cálculo dos limites de diversificação e dispersão prudenciais regulamentarmente estabelecidos.

Os ativos financeiros recebidos em operações de reporte e de empréstimo de títulos não integram a carteira de investimentos, sendo apenas registados em contas extrapatrimoniais.

Estas operações obedecem às regras, limites e garantias previstas na Norma Regulamentar nº 9/2002-R, de 7 de maio, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

f) Imparidade de ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos financeiros disponíveis para venda. Quando existe evidência de imparidade num ativo ou grupo de ativos financeiros, são registadas perdas por imparidade por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- i) Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- ii) Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- iii) Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- iv) Ser provável que o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- v) O desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos registados ao custo amortizado, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda, em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos indícios de imparidade anteriormente referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital registados como ativos financeiros disponíveis para venda:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Relativamente aos critérios objetivos de imparidade em instrumentos de capital, o Conselho de Administração da Companhia considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada face ao custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a Companhia considera a existência de menos-valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Exceto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido diretamente na conta de ganhos e perdas.

Relativamente a ativos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor é removida da reserva de justo valor e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na reserva de reavaliação. Quanto a títulos para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

O montante de imparidade apurado é reconhecido como custo na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões)”.

#### 2.4. Outros ativos intangíveis

A Companhia regista nesta rubrica as despesas com a fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as despesas com software adquirido. Anualmente é efetuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

## 2.5. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos fixos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas como custo do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos bens.

As taxas definidas têm subjacentes as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Material de transporte	4 a 6
Outras imobilizações corpóreas	5 a 10

## 2.6. Provisões técnicas

### 2.6.1. Classificação entre contrato de seguro e contrato de investimento

De acordo com o estabelecido na Norma IFRS 4, um contrato de seguro é um contrato por meio do qual uma parte (a Companhia) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento seguro) afetar adversamente o tomador de seguro. Todos os contratos que não cumpram esta definição qualificam como contratos de investimento.

O registo das transações associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efetuado de acordo com o normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (Nota 2.1.), foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela Norma IFRS 4, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da Norma IAS 39.

Adicionalmente, os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados encontram-se no âmbito da Norma IFRS 4 e inerentemente observam o normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.6.2. Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos contratos de seguro do ramo vida e do ramo não vida. A Companhia difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respetivas apólices de seguro.

2.6.3. Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases atuariais aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (Nota 11). Esta provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

2.6.4. Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rendibilidade efetiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

2.6.5. Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

- A partir da análise dos sinistros declarados pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- Pela estimativa dos custos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão.

2.6.6. Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

2.6.7. Provisão para participação nos resultados atribuída

Refere-se aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos, sendo o seu cálculo efetuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respetivas condições gerais das apólices.

2.6.8. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.6.9. Provisões técnicas de resseguro cedido

Correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

2.7. Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objetivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculados de acordo com os princípios estabelecidos na Circular nº 9/2008, de 27 de novembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.8. Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme referido na Nota 2.6.1., a Companhia mantém a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que essa participação inclui uma componente de discricionariedade por parte da Companhia, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- O montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da *performance* de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros de vida com participação discricionária nos resultados, são repartidas entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos. A separação destes montantes entre a parte atribuível ao segurado e à Companhia é feita tendo em conta os planos de participação nos resultados (Nota 2.6.6.).

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos, líquidos de resseguro”, da conta de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a alguns tipos de contratos de seguro de vida e a contratos de seguro não vida e os correspondentes custos de aquisição associados são reconhecidos como ganho ou perda ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo os custos refletidos no mesmo momento em que são registados os ganhos associados aos prémios emitidos.

#### 2.9. Outras provisões e passivos contingentes

São constituídas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

#### 2.10. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

##### Responsabilidades com pensões

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

Em julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander).

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor atual das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. Nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

As contribuições para o Fundo de Pensões são registadas na rubrica “Gastos com pessoal” (Nota 23) como custo do período em que são efetuadas.

##### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” (Nota 23) no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.



#### Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm direito a um mês de férias anual e um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no exercício anterior ao do seu pagamento. Desta forma, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais são registados em custos do período a que respeitam, independentemente do ano em que ocorra o seu pagamento.

Os encargos com férias e subsídio de férias são registados na rubrica “Gastos com pessoal” por contrapartida da rubrica “Acréscimos e diferimentos” do passivo.

#### 2.11. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Em 31 de dezembro de 2014, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pela Companhia foram determinados nos termos da Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro, relativa à reforma do Código do IRC, segundo a qual a taxa de imposto agregada a aplicar aos exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2015 passará a ser de 22,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponderá à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e inferior a 35.000.000 euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são refletidos na conta de ganhos e perdas do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do período.

#### 2.12. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos financeiros monetários (títulos de dívida) expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do balanço. Os ativos financeiros não monetários (ações e unidades de participação) que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos financeiros não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos de capital e unidades de participação classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.13. Planos de incentivos a longo prazo sobre ações

A Companhia tem planos de incentivos a longo prazo sobre ações e opções sobre ações do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “equity settled share-based payment transactions”, conforme definido na Norma IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada diretamente pelo Banco Santander, S.A.. A Companhia paga anualmente ao Banco Santander, S.A., o montante relativo a estes planos.

2.14. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

*Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos*

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.3.a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

*Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros*

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.3. f). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos financeiros tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada as perdas associadas à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

*Determinação dos passivos por contratos de seguro*

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efetuada com base em metodologias e pressupostos descritos anteriormente na Nota 2.6..

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjetividade, podendo os valores efetivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem uma estimativa adequada e suficiente, em 31 de dezembro de 2014, das responsabilidades a que se encontra obrigada.

#### *Resseguro cedido*

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro.

#### *Determinação de impostos sobre lucros*

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento legal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação fiscal poderão afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados no balanço, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades Fiscais.

#### 2.15. Adoção de normas (novas ou revistas), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), endossadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

- IFRS 12 (alteração) – “Divulgações sobre participações noutras entidades” – Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
- IAS 32 (alteração) – “Instrumentos financeiros - Apresentação” – Esta emenda vem clarificar determinados aspetos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre ativos e passivos financeiros.

A adoção destas emendas teve impacto sobretudo ao nível das divulgações, não tendo produzido efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, encontravam-se disponíveis para adoção antecipada algumas clarificações de aspetos relacionados com as normas IFRS 1 – “Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”, IFRS 3 – “Concentração de Atividades Empresariais”, IFRS 13 – “Mensuração ao Justo Valor” e IAS 40 – “Propriedades de Investimento”, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, já adotadas pela União Europeia.

Apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, a Companhia não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. O Conselho de Administração da Companhia entende que a sua aplicação não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras da Companhia, não foram adotadas pela União Europeia as seguintes normas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
- IAS 16 – “Ativos fixos tangíveis” e IAS 38 – “Ativos intangíveis” – Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização destes ativos que são permitidos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

- IAS 19 – “Benefícios dos empregados” – Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
- IAS 1 – “Apresentação de demonstrações financeiras” – Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

### 3. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos exercícios de 2014 e 2013, as atividades de negócio desenvolvidas pela Companhia encontram-se segmentadas nos ramos vida e não vida e apresentam o seguinte detalhe no que se refere às principais rubricas da conta de ganhos e perdas:

	2014				
	Ramo Vida		Ramo não Vida	Área não técnica	Total
	Seguros de Vida	Seguros Ligados			
Prêmios brutos emitidos	132.818.950	25.629.388	-	998.506	159.446.844
Prêmios de resseguro cedido	(99.630.517)	-	-	(332.003)	(99.962.520)
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	50.508.658	-	-	8.197	50.516.855
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(34.301.627)	-	-	(2.726)	(34.304.353)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	41.592.129	-	41.592.129
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(15.854.673)	(13.810.701)	-	(5.632)	(29.671.006)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(58.029)	-	-	-	(58.029)
Outras provisões técnicas (variação)	(18.229.897)	(14.433.729)	-	-	(32.663.626)
Remunerações de mediação (comissões)	(51.127.521)	(659.208)	(30.841.673)	(199.701)	(82.828.103)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	31.573.825	-	-	102.067	31.675.892
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(1.708.566)	(891.989)	(1.455.138)	(16.044)	(4.071.737)
Resultados dos investimentos	4.272.643	2.506.241	(2.790.001)	869	39.742.971
Outros rendimentos / gastos técnicos	(201.014)	-	-	-	(201.014)
Outros custos e proveitos	-	-	-	(22.403.746)	(22.403.746)
Resultado antes de impostos	(1.937.768)	(1.659.998)	6.505.317	13.349.473	16.810.557
Impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	(6.610.518)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	10.200.039
Activo Líquido	224.268.692	176.745.172	3.474.583.641	240.470.068	4.116.078.711
Passivo Total	180.473.148	173.192.752	3.468.349.263	119.127.625	3.941.147.331

	2013				
	Ramo Vida		Ramo não Vida	Área não técnica	Total
	Seguros de Vida	Seguros Ligados			
Prêmios brutos emitidos	125.685.372	21.643.229	-	1.275.400	148.604.001
Prêmios de resseguro cedido	(90.108.780)	-	-	(424.071)	(90.532.851)
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	1.247.420	-	-	10.783	1.258.203
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(9.837.096)	-	-	(3.585)	(9.840.681)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	46.391.727	-	46.391.727
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(15.714.695)	(18.432.478)	-	(12.190)	(34.159.363)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(669.347)	7.655	-	-	(661.692)
Outras provisões técnicas (variação)	7.512.843	(8.749.584)	-	-	(1.236.741)
Remunerações de mediação (comissões)	(48.013.013)	(890.561)	(33.689.677)	(255.080)	(82.848.331)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	32.204.861	-	-	130.963	32.335.824
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(5.038.398)	(562.849)	(1.740.879)	(24.072)	(7.366.198)
Resultados dos investimentos	991.202	6.171.642	(1.832.126)	2.669	6.307.316
Outros rendimentos / gastos técnicos	(255.389)	-	-	-	(255.389)
Outros custos e proveitos	-	-	-	995.587	995.587
Resultado antes de impostos	(1.995.020)	(812.946)	9.129.045	1.969.516	8.991.412
Impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	(3.358.356)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	5.633.056
Activo Líquido	233.813.240	206.673.355	3.741.741.103	257.071.141	4.439.409.071
Passivo Total	194.785.814	202.890.615	3.733.192.954	131.513.857	4.262.451.654

O segmento de “Seguros de Vida” inclui a totalidade dos produtos de risco, *universal life*, rendas e todos os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, à exceção dos planos poupança reforma representados por unidades de participação.

O segmento de “Seguros ligados” inclui apenas os produtos plano poupança reforma representados por unidades de participação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

O segmento de “Contratos de investimento” inclui a totalidade dos produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (doravante simplesmente “*unit-linked*”) e contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados.

O segmento “Ramo não vida” corresponde ao produto acidentes pessoais.

O segmento “Área não técnica” corresponde a todos os proveitos, custos, ativos e passivos que não se encontram afetos à atividade seguradora.

A atividade da Companhia é desenvolvida essencialmente no ramo vida e o montante dos prémios brutos emitidos diz respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Caixa e seus equivalentes	352	250
Depósitos à ordem:		
- Em instituições financeiras do Grupo Santander (Nota 31)	102.463.697	77.369.251
	-----	-----
	102.464.049	77.369.501
	=====	=====

Os depósitos à ordem são remunerados a taxas de mercado.

5. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>Participação</u>	<u>Valor de</u>
	<u>efetiva (%)</u>	<u>balanço</u>
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	49,00%	8.232.000
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	49,00%	6.076.000
		-----
		14.308.000
		=====

Em 16 de dezembro de 2014, no âmbito da constituição das companhias Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Aegon Vida) e Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Aegon Não Vida), a Companhia realizou entradas nos montantes de 16.800.000 euros e de 12.400.000 euros, respetivamente. Estes montantes incluem o capital social de cada companhia, no montante de 7.500.000 euros, bem como os respetivos prémios de emissão, nos montantes de 9.300.000 euros e de 4.900.000 euros, respetivamente.

Os dados financeiros da Aegon Vida e da Aegon Não Vida em 31 de dezembro de 2014 eram os seguintes:

Entidade	Sede	Participação efetiva (%)	Ativos	Passivos	Capital próprio	Resultado líquido
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Lisboa	49,00%	65.104.900	48.304.900	16.800.000	-
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	49,00%	12.505.466	105.466	12.400.000	-

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2014 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

A Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. foi constituída em 16 de dezembro de 2014 e tem por objecto o exercício da actividade de seguro direto e de resseguro cedido, do ramo Vida, para a qual tem as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte e sobrevivência da pessoa segura.

A Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. foi constituída em 16 de dezembro de 2014 e tem por objecto o exercício da actividade de seguro direto e de resseguro cedido do ramo não vida, Acidentes e doença, para a qual tem as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Os seguros não vida têm por objecto segurar danos em coisas, bens imateriais, créditos e quaisquer outros direitos patrimoniais.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia alienou uma carteira de seguros de vida correspondente às apólices de seguro de vida risco puro subscritas a partir de 1 de Julho de 2012, bem como a totalidade da sua carteira de seguros do ramo não vida, incluindo os respetivos ativos e passivos associados, para as duas novas companhias constituídas, Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida, respectivamente, pelos montantes de 9.300.000 euros e de 500.000 euros, respetivamente. Na sequência da transferência dos ativos e passivos associados a estas carteiras, o valor correspondente à variação ocorrida no período compreendido entre 30 de novembro e 31 de dezembro de 2014 no valor dos ativos e passivos afetos às carteiras transferidas ficou pendente de liquidação, tendo sido reconhecido como uma conta a pagar (Nota 13). Os ativos e passivos transferidos podem ser resumidos da seguinte forma:

	31-12-2014		
	Aegon Santander Portugal Vida	Aegon Santander Portugal Não Vida	Total
<b>ATIVO</b>			
Ativos financeiros:			
Depósitos à ordem	30.601.217	33.536	30.634.753
Provisões técnicas de resseguro cedido:			
Provisão matemática	15.654.743	-	15.654.743
Provisão para prémios não adquiridos	193.951	15.350	209.301
	<u>46.449.911</u>	<u>48.886</u>	<u>46.498.797</u>
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas de seguro direto:			
Provisão matemática	(33.431.573)	-	(33.431.573)
Provisão para prémios não adquiridos	(640.081)	(46.165)	(686.246)
Depósitos recebidos de resseguradores	(13.710.496)	-	(13.710.496)
	<u>(47.782.150)</u>	<u>(46.165)</u>	<u>(47.828.315)</u>
Diferencial (a pagar) / a receber (Nota 13)	<u>(1.332.239)</u>	<u>2.721</u>	<u>(1.329.518)</u>

Também em 31 de dezembro de 2014, a Companhia alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social de cada uma das novas companhias constituídas pelo valor global de 42.500.000 euros (Nota 27.1.). Atendendo a que a Aegon Vida e a Aegon Não Vida só iniciaram a atividade operacional em 31 de dezembro de 2014, todas as despesas e outros gastos incorridos até esta data são suportados pela Companhia.

A constituição e posterior alienação de uma participação no capital social das novas sociedades foi efetuada no contexto do “Alliance and Shareholders’s agreement”, celebrado em 30 de Julho de 2014 entre a Companhia, o Banco Santander Totta, S.A. e a Aegon Spain Holding, B.V., no âmbito do qual são estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem ao Grupo Santander e ao Grupo Aegon controlo conjunto sobre estas entidades. Na sequência deste acordo, foi celebrado entre as duas novas sociedades e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos das sociedades até 31 de dezembro de 2039.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

A Companhia é integralmente detida pela Santander Totta - SGPS, S.A., entidade que apresenta contas consolidadas. Por esse motivo, a Companhia está dispensada da apresentação de contas consolidadas, conforme previsto no Decreto-Lei nº 147/94.

6. ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de ativos financeiros apresentam a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b><u>Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas:</u></b>		
Afetos a produtos "unit-linked":		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	222.100.784	359.463.597
- Ações	-	27.520
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.871.279	5.965.837
Títulos de dívida	2.056.992.858	1.970.851.539
Depósitos a prazo	1.055.896.775	1.209.799.978
Depósitos à ordem	51.460.822	83.484.548
Instrumentos financeiros derivados	47.009.808	46.808.390
Pendentes de liquidação	2.211.859	6.055
Outros activos	481	-
	-----	-----
	3.441.544.666	3.676.407.462
	-----	-----
Não afectos:		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	32.045.743	31.013.866
Instrumentos de capital e unidades de participação	2.097.218	2.057.944
Títulos de dívida	33.465.000	39.350.000
Instrumentos financeiros derivados	520.172	2.048.566
	-----	-----
	68.128.133	74.470.376
	-----	-----
	3.509.672.799	3.750.877.840
	=====	=====
<b><u>Ativos financeiros disponíveis para venda:</u></b>		
Investimentos em outras participadas e participantes -		
- Títulos de dívida	603.700	561.785
Instrumentos de capital e unidades de participação	100.850.379	99.955.974
Títulos de dívida	270.251.726	310.576.976
	-----	-----
	371.705.805	411.094.735
	=====	=====
<b><u>Empréstimos concedidos e contas a receber:</u></b>		
Outros depósitos	54.538.319	73.275.419
Empréstimos concedidos	1.980.567	1.929.279
	-----	-----
	56.518.886	75.204.698
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os depósitos a prazo registados na rubrica “Outros depósitos” apresentam a seguinte composição por prazo residual de vencimento:

	31-12-2014	31-12-2013
Até um mês	16.113.839	10.026.608
De um a três meses	-	-
De três a seis meses	-	19.103.166
De seis meses a um ano	11.985.938	44.145.645
De um a dois anos	22.856.581	-
Mais de dois anos	3.581.961	-
	-----	-----
	54.538.319	73.275.419
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os depósitos a prazo dizem respeito na sua totalidade a depósitos efetuados no Banco Santander Totta, S.A. (Nota 31).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Empréstimos concedidos” inclui os montantes de 1.980.567 euros e 1.929.279 euros, respetivamente, que respeitam a contratos de swap que não cumprem a definição de derivado constante na Norma IAS 39 e que, em substância, são empréstimos concedidos a entidades do Grupo Santander (Nota 31).

Os saldos de instrumentos financeiros com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a afetação dos investimentos financeiros e outros ativos a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

	31-12-2014					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	46.142.941	5.029.090	-	8.626	51.283.392	102.464.049
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	14.308.000	14.308.000
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	3.441.544.666	-	68.128.133	3.509.672.799
Activos financeiros disponíveis para venda	236.651.668	62.523.611	32.037.805	-	40.492.721	371.705.805
Empréstimos concedidos e contas a receber	4.182.426	13.366.040	1.001.170	-	37.969.250	56.518.886
	<u>286.977.035</u>	<u>80.918.741</u>	<u>3.474.583.641</u>	<u>8.626</u>	<u>197.873.496</u>	<u>4.040.361.539</u>

	31-12-2013					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	57.034.621	6.104.048	192	11.675	14.218.965	77.369.501
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	3.676.407.463	-	74.470.377	3.750.877.840
Activos financeiros disponíveis para venda	241.687.041	63.860.947	65.333.447	79.694	40.133.606	411.094.735
Empréstimos concedidos e contas a receber	10.220.527	11.025.112	-	-	53.959.059	75.204.698
	<u>308.942.189</u>	<u>80.990.107</u>	<u>3.741.741.102</u>	<u>91.369</u>	<u>182.782.007</u>	<u>4.314.546.774</u>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Justo valor

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos financeiros registados ao custo amortizado é apresentada nos quadros seguintes:

	31-12-2014		
	Valor de balanço	Justo valor	Mais/(Menos) valia potencial
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	102.464.049	102.464.049	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	56.518.886	57.265.267	746.381
Contas a receber por operações de seguro directo	7.687.681	7.687.681	-
Contas a receber por operações de resseguro	490.587	490.587	-
Contas a receber por outras operações	10.626.158	10.626.158	-
	<u>177.787.361</u>	<u>178.533.742</u>	<u>746.381</u>
	31-12-2013		
	Valor de balanço	Justo valor	Mais/(Menos) valia potencial
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	77.369.501	77.369.501	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	75.204.698	75.410.093	205.395
Contas a receber por operações de seguro directo	6.804.580	6.804.580	-
Contas a receber por operações de resseguro	730.537	730.537	-
Contas a receber por outras operações	11.851.954	11.851.954	-
	<u>171.961.270</u>	<u>172.166.665</u>	<u>205.395</u>

No apuramento do justo valor apresentado nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para efeitos do cálculo do justo valor dos empréstimos concedidos, considerou-se o valor líquido atual dos fluxos de caixa futuros.
- Para as contas a receber foi considerado que o custo amortizado é uma razoável aproximação do justo valor à data do balanço, na medida em que estes saldos transformar-se-ão em liquidez num período até 3 meses.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas contas pelo seu justo valor pode ser resumida como segue:

31-12-2014				
	Técnica de valorização			Valor de balanço total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.116.025.677	1.388.991.841	4.655.281	3.509.672.799
Activos financeiros disponíveis para venda	371.705.805	-	-	371.705.805
	<u>2.487.731.482</u>	<u>1.388.991.841</u>	<u>4.655.281</u>	<u>3.881.378.604</u>

31-12-2013				
	Técnica de valorização			Valor de balanço total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.041.403.399	1.704.850.647	4.623.794	3.750.877.840
Activos financeiros disponíveis para venda	411.094.735	-	-	411.094.735
	<u>2.452.498.134</u>	<u>1.704.850.647</u>	<u>4.623.794</u>	<u>4.161.972.575</u>

Os quadros acima agrupam os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os inputs não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor apresentada nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública e ações, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das ações e futuros disponibilizados no mercado.
- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV ("net asset value") divulgado pelas respetivas sociedades gestoras.
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Risco de crédito

Qualidade de crédito dos títulos de dívida

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a desagregação do valor de balanço dos títulos de dívida, de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre a Fitch IBCA, Standard & Poor's e Moody's e por zona geográfica do garante ou emitente é a seguinte:

	31-12-2014				31-12-2013			
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas								
AAA	-	15.827.990	-	15.827.990	-	17.266.440	-	17.266.440
AA- até AA+	-	71.038.620	100.342	71.138.962	-	104.104.314	599.609	104.703.923
A- até A+	36.236.698	98.855.569	20.256.318	155.348.585	-	59.371.681	20.613.943	79.985.624
BBB- até BBB+	66.403.184	456.164.022	94.503.632	617.070.838	744.732	521.611.892	147.360.767	669.717.391
BB- até BB+	730.654.528	712.565.651	-	1.443.220.179	735.237.245	622.428.780	49.928	1.357.715.953
B- até B+	1.958.288	-	-	1.958.288	9.293.449	-	-	9.293.449
Inferior a CCC	-	-	33.465.000	33.465.000	8.896.521	-	39.350.000	48.246.521
Sem rating	-	6.574.543	-	6.574.543	36.546.857	35.743.340	41.459.504	113.749.701
	835.252.698	1.361.026.395	148.325.292	2.344.604.385	790.718.804	1.360.526.447	249.433.751	2.400.679.002
Activos financeiros disponíveis para venda								
AAA	-	4.530.222	-	4.530.222	-	3.351.194	-	3.351.194
AA- até AA+	-	59.996.665	-	59.996.665	-	63.799.392	-	63.799.392
A- até A+	-	1.069.440	-	1.069.440	-	4.227.542	-	4.227.542
BBB- até BBB+	-	194.706.253	-	194.706.253	427.772	184.442.458	-	184.870.230
BB- até BB+	9.988.211	564.634	-	10.552.845	40.365.497	558.384	-	40.923.881
B- até B+	-	-	-	-	-	-	-	-
Inferior a CCC	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem rating	-	-	-	-	-	14.394.294	-	14.394.294
	9.988.211	260.867.214	-	270.855.425	40.793.269	270.773.264	-	311.566.533
Total do valor de balanço	845.240.909	1.621.893.609	148.325.292	2.615.459.810	831.512.073	1.631.299.711	249.433.751	2.712.245.535

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a desagregação dos títulos de dívida soberana da República Portuguesa, Reino de Espanha e República Italiana, classificados na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda, por ano de vencimento, era como segue:

	31-12-2014				31-12-2013			
	Activos financeiros disponíveis para venda				Activos financeiros disponíveis para venda			
	Valias		Valor de balanço		Valias		Valor de balanço	
Dívida soberana	Custo amortizado	potenciais acumuladas	Valor de mercado	Juro corrido	Custo amortizado	potenciais acumuladas	Valor de mercado	Juro corrido
Portugal								
. Vencimento até 2015	2.983.813	98.728	3.082.541	21.548	31.641.680	236.750	31.878.430	274.315
. Vencimento entre 2016 e 2018	-	-	-	-	-	-	-	-
. Vencimento entre 2019 e 2022	2.260.719	439.068	2.699.787	66.515	2.239.373	(101.630)	2.137.743	66.515
. Vencimento após 2022	2.367.017	702.045	3.069.062	61.408	2.349.948	(135.259)	2.214.689	61.408
	7.611.549	1.239.841	8.851.390	149.471	36.231.001	(139)	36.230.862	402.238
Espanha								
. Vencimento até 2015	33.673.674	195.428	33.869.102	549.594	58.539.715	430.071	58.969.786	698.771
. Vencimento entre 2016 e 2018	66.078.435	3.291.704	69.370.139	1.657.564	66.763.296	1.478.027	68.241.323	1.662.098
. Vencimento entre 2019 e 2022	38.479.646	3.439.914	41.919.560	868.177	27.915.549	(22.195)	27.893.354	516.352
. Vencimento após 2022	6.755.956	240.670	6.996.626	68.344	-	-	-	-
	144.987.711	7.167.716	152.155.427	3.143.679	153.218.560	1.885.903	155.104.463	2.877.221
Itália								
. Vencimento até 2015	2.242.690	442	2.243.132	9.294	13.970.148	363.271	14.333.419	50.271
. Vencimento entre 2016 e 2018	2.992.555	4.646	2.997.201	9.533	-	-	-	-
. Vencimento entre 2019 e 2022	6.565.700	343.733	6.909.433	67.985	1.587.981	53.035	1.641.016	-
. Vencimento após 2022	15.963.676	5.682.848	21.646.524	28.943	13.590.698	1.019.301	14.609.999	1.769
	27.764.621	6.031.669	33.796.290	115.755	29.148.827	1.435.607	30.584.434	52.040
	180.363.881	14.439.226	194.803.107	3.408.905	218.598.388	3.321.371	221.919.759	3.331.499

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não existiam títulos de dívida soberana das Repúblicas Grega e Irlandesa na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a desagregação dos títulos de dívida soberana da República Portuguesa, Reino de Espanha e República Italiana, classificados na categoria de ativos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas, por ano de vencimento, era como segue:

	31-12-2014				31-12-2013			
	Activos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas				Activos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas			
	Custo de aquisição histórico	Valias potenciais acumuladas	Valor de balanço		Custo de aquisição histórico	Valias potenciais acumuladas	Valor de balanço	
			Valor de mercado	Juro corrido			Valor de mercado	Juro corrido
Dívida soberana								
Portugal								
. Vencimento até 2015	78.452.872	1.990.613	80.443.485	127.586	91.710.675	4.224.261	95.934.936	704.486
. Vencimento entre 2016 e 2018	176.895.803	26.213.035	203.108.838	4.111.178	188.852.383	3.891.833	192.744.216	4.391.152
. Vencimento entre 2019 e 2022	297.447.420	68.480.188	365.927.608	8.495.370	311.926.395	2.583.043	314.509.438	8.916.451
. Vencimento após 2022	18.481.028	936.089	19.417.117	378.366	-	-	-	-
	571.277.123	97.619.925	668.897.048	13.112.500	592.489.453	10.699.137	603.188.590	14.012.089
Espanha								
. Vencimento até 2015	4.598.861	5.279	4.604.140	2.661	4.269.250	12.964	4.282.214	30.033
. Vencimento entre 2016 e 2018	4.061.836	39.592	4.101.428	8.504	3.508.016	(4.376)	3.503.640	40.882
. Vencimento entre 2019 e 2022	16.006.340	1.769.265	17.775.605	135.024	15.201.103	(43.008)	15.158.095	115.172
. Vencimento após 2022	6.860.577	272.224	7.132.801	68.176	176.500	1.624	178.124	1.308
	31.527.614	2.086.360	33.613.974	214.365	23.154.869	(32.796)	23.122.073	187.395
Itália								
. Vencimento até 2015	2.564.106	10.338	2.574.444	4.925	3.788.734	19.271	3.808.005	10.887
. Vencimento entre 2016 e 2018	7.632.206	101.556	7.733.762	70.027	1.497.000	14.924	1.511.924	5.462
. Vencimento entre 2019 e 2022	40.958.607	1.992.082	42.950.689	582.297	-	-	-	-
. Vencimento após 2022	4.185.253	40.228	4.225.481	40.508	-	-	-	-
	55.340.172	2.144.204	57.484.376	697.757	5.285.734	34.195	5.319.929	16.349
Total	658.144.909	101.850.489	759.995.398	14.024.622	620.930.056	10.700.536	631.630.592	14.215.833

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não existiam títulos de dívida soberana das Repúblicas Grega e Irlandesa na carteira de ativos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas.

Qualidade de crédito dos empréstimos concedidos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os empréstimos concedidos e outras contas a receber apresentam a seguinte decomposição de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre a Standard & Poor's e Moody's ou equivalente:

	31-12-2014			31-12-2013		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total	Portugal	Resto da União Europeia	Total
AAA	-	-	-	-	-	-
AA- até AA+	-	230.486	230.486	-	309.693	309.693
A- até A+	-	260.101	260.101	-	421.327	421.327
BBB- até BBB+	-	-	-	-	-	-
BB- até BB+	158.982.935	-	158.982.935	152.574.199	-	152.574.199
Sem rating	7.756.491	-	7.756.491	6.892.085	-	6.892.085
	166.739.426	490.587	167.230.013	159.466.284	731.020	160.197.304

O quadro acima inclui depósitos à ordem e não inclui os valores das comissões de gestão a receber de produtos *unit-linked* pelo facto do risco de crédito ser o da própria Companhia.

Análise de imparidade

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não detinha ativos financeiros em incumprimento nas carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda e de empréstimos concedidos e contas a receber.

A Companhia detinha em 31 de dezembro de 2014 e 2013, 18.194.509 unidades de participação do Fundo de Investimento Mobiliário Multiobrigações a um custo médio de 5,877 euros, sendo o seu valor de mercado nestas datas de 5,543 euros e de 5,494 euros, respetivamente. Durante o exercício de 2013, a Companhia registou perdas por imparidade para este ativo no montante de 6.966.761 euros (Notas 2.3. f) e 18). Durante o exercício de 2014 a Companhia registou na reserva de justo valor as mais-valias potenciais resultantes da valorização deste fundo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de se verificarem dificuldades na obtenção de fundos por parte da Companhia para cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se refletir, por exemplo, na incapacidade de alienação de um ativo financeiro de forma célere por um valor próximo do seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as maturidades contratuais remanescentes dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2014					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	102.464.049	-	-	-	-	102.464.049
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	14.308.000	14.308.000
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	374.993.036	434.671.528	1.088.209.722	769.546.450	842.252.063	3.509.672.799
Activos financeiros disponíveis para venda	114.113.492	33.189.003	71.659.388	65.203.293	87.540.629	371.705.805
Empréstimos concedidos e contas a receber	16.113.839	11.985.938	22.856.581	-	5.562.528	56.518.886
Contas a receber por operações de seguro directo	7.687.681	-	-	-	-	7.687.681
Contas a receber por operações de resseguro	490.587	-	-	-	-	490.587
Contas a receber por outras operações	10.626.158	-	-	-	-	10.626.158
	626.488.842	479.846.469	1.182.725.691	834.749.743	949.663.220	4.073.473.965
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 12)						
Valorizados ao justo valor	(426.212.436)	(321.257.070)	(1.061.043.229)	(770.703.843)	(824.191.674)	(3.403.408.252)
Valorizados ao custo amortizado	(30.023.867)	(2.694.270)	(2.607.148)	(2.834.506)	(11.444.814)	(49.604.605)
	(456.236.303)	(323.951.340)	(1.063.650.377)	(773.538.349)	(835.636.488)	(3.453.012.857)
Outros passivos financeiros						
Passivos subordinados	-	-	-	-	(14.000.000)	(14.000.000)
Depósitos recebidos de resseguradores	(1.651.443)	-	-	-	-	(1.651.443)
Outros	(72.440.835)	(259.827)	-	-	-	(72.700.662)
Contas a pagar por operações de seguro directo	(21.816.308)	-	-	-	-	(21.816.308)
Contas a pagar por operações de resseguro	(6.120.064)	-	-	-	-	(6.120.064)
Contas a pagar por outras operações	(8.786.324)	-	-	-	-	(8.786.324)
	(567.051.277)	(324.211.167)	(1.063.650.377)	(773.538.349)	(849.636.488)	(3.578.087.658)
	59.437.565	155.635.302	119.075.314	61.211.394	100.026.732	495.386.307

	2013					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	77.369.501	-	-	-	-	77.369.501
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	233.117.107	338.842.350	1.445.885.406	860.914.249	872.118.728	3.750.877.840
Activos financeiros disponíveis para venda	102.686.063	88.219.803	83.820.059	43.081.788	93.287.022	411.094.735
Empréstimos concedidos e contas a receber	10.026.608	63.248.811	-	-	1.929.279	75.204.698
Contas a receber por operações de seguro directo	6.804.580	-	-	-	-	6.804.580
Contas a receber por operações de resseguro	730.537	-	-	-	-	730.537
Contas a receber por outras operações	11.851.954	-	-	-	-	11.851.954
	442.586.350	490.310.964	1.529.705.465	903.996.037	967.335.029	4.333.933.845
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 12)						
Valorizados ao justo valor	(208.207.384)	(374.988.511)	(1.348.915.239)	(826.392.438)	(834.271.425)	(3.592.774.997)
Valorizados ao custo amortizado	(31.733.810)	(14.828.234)	(4.163.643)	(2.643.898)	(11.517.705)	(64.887.290)
	(239.941.194)	(389.816.745)	(1.353.078.882)	(829.036.336)	(845.789.130)	(3.657.662.287)
Outros passivos financeiros						
Passivos subordinados	-	-	-	-	(14.000.000)	(14.000.000)
Depósitos recebidos de resseguradores	(7.415.619)	(4.791.314)	-	-	-	(12.206.933)
Outros	(119.023.032)	(104.591)	(309.354)	-	-	(119.436.977)
Contas a pagar por operações de seguro directo	(20.260.436)	(42.816.734)	-	-	-	(63.077.170)
Contas a pagar por operações de resseguro	(8.101.925)	-	-	-	-	(8.101.925)
Contas a pagar por outras operações	(7.577.922)	-	-	-	-	(7.577.922)
	(402.320.128)	(437.529.384)	(1.353.388.236)	(829.036.336)	(859.789.130)	(3.882.063.214)
	40.266.222	52.781.580	176.317.229	74.959.701	107.545.899	451.870.631

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Na construção destes quadros foram considerados os seguintes pressupostos:

- Foi considerada a data de maturidade efetiva de todas as obrigações *callable* em carteira.
- Os seguros “*unit-linked*” sem maturidade definida foram considerados como exigíveis até 3 meses uma vez que estes podem ser resgatados a qualquer momento.
- Considerou-se que os depósitos recebidos das resseguradoras têm vencimento trimestral.
- Considerou-se que as prestações acessórias (Nota 13), nos montantes de 55.994.675 euros e 42.202.924 euros em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente, e incluídas na rubrica “Outros passivos financeiros - Outros” são exigíveis até 3 meses, decorrente do mencionado na Nota 2.3. d).

#### Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo o risco de taxa de juro.

#### Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o impacto estimado nos capitais próprios de uma deslocação paralela nas curvas de taxa de juro de referência de 100 “basis points”, apresenta a seguinte composição:

	2014		2013	
	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps
Capitais Próprios	(111.991)	111.991	(96.217)	96.217

O apuramento do impacto estimado nos capitais próprios da Companhia considerou toda a carteira, à exceção dos investimentos financeiros que se encontram a representar responsabilidades de produtos “*unit-linked*”. Para os produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, a Companhia projetou os fluxos de caixa dos ativos financeiros e passivos técnicos sensíveis a variações de taxa de juro, tendo concluído que a sensibilidade do valor patrimonial associado a estes produtos é residual, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados aos mesmos.

Posteriormente, considerou-se uma variação positiva e negativa em 100 pontos base sobre a EUR Swap Zero Coupon Yield Curve, apurando-se os impactos expressos no quadro acima.

#### Políticas de gestão de risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional

#### **Risco de Crédito**

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no *spread* de crédito. De um modo geral, são definidos limites em função do rating da emissão/emissor das responsabilidades existentes e dos prazos, em euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Asset Management, respeitando as normas regulamentares n.º 11/2010 e n.º 03/2011 emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa, no que diz respeito a dívida não soberana, só estão autorizadas aquisições de títulos (Senior, Lower Tier 2 e Corporate) que apresentem *ratings* mínimos de BBB-, com *outlook* estável pela Agência de rating Fitch IBCA (Standard & Poor's ou Moody's, no caso de a primeira opção não estar disponível).

Para os bancos do grupo Santander poderá ainda considerar-se a notação recebida de outras agências como a da agência DBRS (Dominion Bond Rating Service), sendo a mesma aceite pelas entidades de supervisão Portuguesas, Europeia (BCE) e Norte Americana (SEC), em alternativa à Agência de rating Fitch IBCA, mantendo-se os restantes princípios inalterados.

É definido um limite máximo para cada entidade emissora. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afetas aos produtos.

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que o assim justifiquem (exemplo: alteração do *rating*). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efetuada em Comité de Riscos Corporativo e obedece a critérios de diversificação e dispersão prudenciais, sendo um processo acompanhado periodicamente.

No controlo do risco de crédito, é importante que todos os ativos tenham um *rating* e, que na ausência deste, se possa associar um nível de *rating* enquadrado nas normas aprovadas.

O *rating* consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende refletir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O *rating* atribuído por uma Agência, expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o *rating*, menor a probabilidade de *default* atribuída, não consubstanciando nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de *rating* a probabilidade de *default* deve ser entendida como nula, sendo o *rating* uma medida de risco *ex-ante* que serve para qualificar em termos relativos a qualidade creditícia de um emissor.

O *rating* utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver *rating*, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito, o *rating* é o da dívida sénior;
- No caso de veículos ou *credit linked notes*, será tomado em conta o *rating* do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (*credit default swap*) para o tipo de dívida em causa. O *rating* obtido deverá ter em conta a estrutura do ativo (distribuição pro-rata, *rating* da referência mais baixa no caso de *first-to-default*, *rating* do colateral no caso de ser inferior ao dos ativos referenciados via CDS);
- No caso dos depósitos considera-se que o *rating* implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos;
- No caso de não ser possível atribuir um *rating*, então considera-se a emissão como sem *rating*.

Procede-se ao acompanhamento periódico dos níveis dos *Credit Default Spreads Senior* dos diferentes emissores, para o prazo de 5 anos, para efeitos de seguimento da evolução do risco de crédito das contrapartes.

### **Risco de Mercado**

O risco de mercado consiste genericamente na variação no justo valor dos ativos financeiros em resultado de variações não antecipadas nas taxas de juro, taxas de câmbio, índices bolsistas e “commodities”.

A exposição ao risco de mercado consubstancia-se nos:

- Riscos decorrentes da detenção de carteiras de ativos financeiros e gestão de tesouraria;
- Riscos decorrentes dos investimentos da Companhia e das responsabilidades perante os segurados, como resultado do desfasamento entre ativos e passivos em diferentes prazos e em diferentes divisas;
- Riscos decorrentes da participação no capital de outras sociedades.

Os principais tipos de riscos de mercado a que a Companhia se encontra sujeita são o risco de taxa de juro, o risco cambial e o risco de preço do mercado acionista.

Os produtos sujeitos a este tipo de risco são aqueles cujo caucionamento é composto por ativos sensíveis às variações das taxas de juro, sendo mais ou menos sensíveis consoante a maturidade desses mesmos ativos.

Na sua generalidade, os ativos de taxa de juro predominantes neste tipo de produtos são obrigações de taxa variável e/ou de taxa fixa. As obrigações de taxa variável são menos sensíveis à variação das taxas de juro, dado que até à sua maturidade, os cupões são fixados periodicamente e o seu risco reside em grande parte no spread de crédito, representativo do risco do emissor. Assim, o valor de mercado das obrigações de taxa variável para o mesmo risco de crédito é mais estável que o das obrigações de taxa fixa. O indicador de sensibilidade à volatilidade das taxas de juro dos ativos de taxa fixa é a *Modified Duration*, a qual mede a sensibilidade do preço de uma obrigação em relação a uma alteração na taxa de rendimento até à sua maturidade.

Procede-se, ainda, ao controlo do cumprimento das normas legais e regulamentares conforme as características e classificação regulamentar dos produtos.

A sensibilidade dos ativos que se encontram a representar produtos cujo risco de investimento é assumido pelo tomador do seguro é considerada residual, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados a estes produtos.

### **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez corresponde ao risco na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na incapacidade de alienação de um ativo financeiro de forma célere por um valor próximo do seu justo valor.

A monitorização do risco de liquidez é efetuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à:

- Sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro nos ativos financeiros e passivos técnicos (passivos resultantes dos contratos de seguro e de investimento) de curto prazo (maturidade igual ou inferior a um ano); e
- Sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de ativos financeiros e dos passivos técnicos.

Adicionalmente e de forma a mitigar o risco de liquidez, estabeleceram-se rácios de concentração máxima de ativos não líquidos de acordo com o tipo de carteira/produto, sendo os mesmos monitorizados com uma periodicidade semanal.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos de caixa previsionais dos ativos financeiros e dos passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*; e
- Os passivos técnicos associados aos produtos “unit-linked” são considerados como exigíveis pelo montante do respetivo justo valor desses passivos à data de relato financeiro.



### **Risco Operacional**

O risco operacional consiste no risco de incorrer em perdas como consequência de deficiências ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas ou derivado de outras circunstâncias, tais como:

- Fraude Interna - Atos que de forma intencional pretendem defraudar, apropriar-se indevidamente de ativos propriedade da Companhia ou ultrapassar os seus regulamentos e/ou normas;
- Fraude Externa - Atos cometidos por pessoas alheias à Companhia, com intenção de defraudarem e apropriarem-se indevidamente de ativos de sua propriedade e desrespeitar as leis;
- Práticas de Emprego, Saúde e Segurança no Trabalho - Atos inconsistentes com as leis ou acordos de segurança e saúde no trabalho, dos quais resultem reclamações por danos pessoais ou reclamações relacionadas com a discriminação ou falta de diversidade laboral;
- Práticas com Clientes, Produtos e de Negócio - Falhas não intencionais ou negligentes que impedem a satisfação de uma obrigação profissional para com os Clientes ou que decorrem de situações inerentes à própria natureza ou desenho dos produtos;
- Danos em Ativos Físicos - Perdas ou danos em ativos físicos, devido a desastres naturais ou outros eventos;
- Interrupção do Negócio e Falhas nos Sistemas - São todas as interrupções que se produzem no negócio por motivos tecnológicos e falhas nos sistemas;
- Execução, Entrega e Gestão dos Processos - Falhas no processamento das transações ou na gestão dos processos, assim como nas relações com outras instituições financeiras ou fornecedores.

O modelo de gestão e controlo do risco operacional assenta nos seguintes vetores fundamentais:

- Identificar, analisar, medir e acompanhar a exposição ao risco operacional e as suas causas, utilizando técnicas quantitativas e qualitativas que permitam o seu controlo e mitigação;
- Garantir que as áreas potencialmente geradoras de risco operacional exercem um controlo e gestão efetiva deste risco através da aplicação de ferramentas específicas e procedimentos estabelecidos, minimizando as perdas que possam decorrer do mesmo.

No que se refere à gestão e controlo do risco operacional, constitui um aspeto fundamental a definição e a implementação de procedimentos eficientes, baseados nas melhores práticas de negócio e a sua comunicação efetiva aos colaboradores intervenientes no processo. Nesse sentido, são privilegiados os procedimentos que garantam a efetividade do desempenho das tarefas, a integridade da informação e o cumprimento dos requisitos regulamentares.

São desenvolvidas análises qualitativas e quantitativas que permitem identificar os riscos operacionais, controlá-los, reportá-los e mitigá-los, com base em ferramentas de suporte à recolha de eventos e respetiva conciliação contabilística. Recorre-se também à elaboração de questionários de autoavaliação, ao desenvolvimento de indicadores e à constituição de um arquivo que documenta os processos praticados e os dados utilizados.

Ao nível de cada área, ambas as análises se combinam, com o objetivo de traçar um diagnóstico do seu perfil de risco. Uma vez conhecido o perfil de risco de cada área, identificam-se as ações corretoras a implementar e realiza-se uma análise custo/benefício com o propósito de saber se os custos associados às ações corretoras compensam a melhoria do nível de cobertura do risco operacional.

Finalmente, após a implementação das ações corretoras eleitas, é efetuado o acompanhamento qualitativo e quantitativo dos resultados obtidos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## 7. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2014 e 2013, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

	2014								
	Saldo em 31-12-2013			Aquisições	Alienações		Amortizações do exercício (Nota 22)	Saldo em 31-12-2014	
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada		Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada
Equipamento									
Equipamento administrativo	359.175	(356.578)	2.597	5.965	(2.772)	2.402	(1.710)	362.368	(355.886)
Equipamento informático	1.629.234	(1.627.183)	2.051	24.300	-	-	(2.766)	1.653.534	(1.629.949)
Material de transporte	187.945	(130.403)	57.542	52.185	-	-	(40.417)	240.130	(170.820)
Outros activos tangíveis	177.900	(177.900)	-	-	-	-	-	177.900	(177.900)
	<u>2.354.254</u>	<u>(2.292.064)</u>	<u>62.190</u>	<u>82.450</u>	<u>(2.772)</u>	<u>2.402</u>	<u>(44.893)</u>	<u>2.433.932</u>	<u>(2.334.555)</u>
									<u>99.377</u>

	2013								
	Saldo em 31-12-2012			Aquisições	Alienações		Amortizações do exercício (Nota 22)	Saldo em 31-12-2013	
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada		Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada
Equipamento									
Equipamento administrativo	358.388	(352.804)	5.584	787	-	-	(3.774)	359.175	(356.578)
Equipamento informático	1.628.508	(1.623.510)	4.998	726	-	-	(3.673)	1.629.234	(1.627.183)
Material de transporte	190.304	(124.071)	66.233	25.955	(28.314)	28.314	(34.646)	187.945	(130.403)
Outros activos tangíveis	177.900	(177.900)	-	-	-	-	-	177.900	(177.900)
	<u>2.355.100</u>	<u>(2.278.285)</u>	<u>76.815</u>	<u>27.468</u>	<u>(28.314)</u>	<u>28.314</u>	<u>(42.093)</u>	<u>2.354.254</u>	<u>(2.292.064)</u>
									<u>62.190</u>

## 8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2014 e 2013, o movimento nas rubricas de ativos intangíveis apresentou o seguinte detalhe:

	2014								
	Saldo em 31-12-2013			Aquisições	Transferências entre activos intangíveis	Amortizações do exercício (Nota 22)	Saldo em 31-12-2014		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido				Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	3.212.243	(2.723.193)	489.050	1.033.834	2.168.034	(1.154.087)	6.414.111	(3.877.280)	2.536.831
Outros activos intangíveis	107.677	(107.677)	-	-	-	-	107.677	(107.677)	-
Activos intangíveis em curso	2.168.034	-	2.168.034	9.778	(2.168.034)	-	9.778	-	9.778
	<u>5.487.954</u>	<u>(2.830.870)</u>	<u>2.657.084</u>	<u>1.043.612</u>	<u>-</u>	<u>(1.154.087)</u>	<u>6.531.566</u>	<u>(3.984.957)</u>	<u>2.546.609</u>

	2013								
	Saldo em 31-12-2012			Aquisições	Transferências entre activos intangíveis	Amortizações do exercício (Nota 22)	Saldo em 31-12-2013		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido				Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	2.952.378	(2.504.935)	447.443	259.865	-	(218.258)	3.212.243	(2.723.193)	489.050
Outros activos intangíveis	107.677	(107.677)	-	-	-	-	107.677	(107.677)	-
Activos intangíveis em curso	1.194.598	-	1.194.598	973.436	-	-	2.168.034	-	2.168.034
	<u>4.254.653</u>	<u>(2.612.612)</u>	<u>1.642.041</u>	<u>1.233.301</u>	<u>-</u>	<u>(218.258)</u>	<u>5.487.954</u>	<u>(2.830.870)</u>	<u>2.657.084</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Ativos intangíveis em curso” respeita a software relacionado com o projeto Solvência II, que se encontrava em fase de desenvolvimento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)9. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Comissão de gestão a receber de produtos "unit-linked"	10.557.348	11.764.449
Prémios em cobrança	7.596.433	6.514.320
Devedores por contratos de resseguro	490.587	730.537
Mediadores	121.757	320.769
Outros	68.810	87.505
	-----	-----
	18.834.935	19.417.580
	-----	-----
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 16)	( 30.509 )	( 30.509 )
	-----	-----
	18.804.426	19.387.071
	=====	=====

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

10. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<u>Ativo</u>		
Seguros	8.697	5.532
Outros	2.471	45
	-----	-----
	11.168	5.577
	=====	=====
<u>Passivo</u>		
Prémios de desempenho a pagar	585.862	686.352
Rendimentos diferidos	480.064	172.887
Acréscimo de custos para férias e subsídio de férias	256.079	282.738
Acréscimos de custos relativos a comissões	244.142	173.586
Prémio de Permanência	169.646	23.533
Comissões pela prestação de colaterais	97.696	236.863
Juros a liquidar de passivos subordinados	1.379	1.549
	-----	-----
	1.834.868	1.577.508
	-----	-----
Outros acréscimos de custos por natureza:		
- Fornecimentos e serviços externos	766.097	733.967
- Auditoria, Consultoria e Assessoria Jurídica	411.831	391.178
- Contratos de manutenção informática	95.209	66.383
- Outros	409.351	159.093
	-----	-----
	1.682.488	1.350.621
	-----	-----
Outros custos a pagar	24.086	24.325
	-----	-----
	3.541.442	2.952.454
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Acréscimos de custos relativos a comissões” inclui os montantes de 167.763 euros e 94.483 euros, respetivamente, respeitantes à comissão a pagar a uma empresa do grupo pela gestão dos ativos financeiros da Companhia, a qual é calculada sobre o valor das carteiras no final de cada mês e cobrada mensalmente. No final de dezembro de 2013, a Companhia e a Santander Asset Management celebraram um contrato para alteração das taxas de comissionamento a partir de 1 de Janeiro de 2014, tendo o mesmo estabelecido um pagamento de uma comissão de 0,035% sobre o valor global da carteira gerida, acrescida do valor correspondente à taxa de supervisão da CMVM que foi estimado em 250.000 euros ao ano. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, encontravam-se por pagar as comissões referentes aos meses de dezembro de 2014 e de 2013, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Prémio de permanência”, corresponde integralmente à avaliação das responsabilidades associadas, tendo por base um estudo atuarial elaborado por uma entidade externa.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Comissões pela prestação de colaterais” corresponde à remuneração do Banco Santander Totta, S.A. como contrapartida do colateral prestado por este banco em benefício do Deutsche Bank AG e da Abbey Life Assurance Company Limited, no âmbito do tratado de resseguro celebrado com esta entidade (Nota 26), sendo paga trimestralmente.

11. PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de provisões técnicas de contratos de seguro direto e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b><u>Seguro direto:</u></b>		
<b><u>Ramo Vida</u></b>		
Provisão matemática		
Financeiros com participação	247.756.894	285.243.547
Vida risco	9.681.463	-
Mistos	4.411.271	5.259.690
<i>Universal life</i>	1.898.405	2.002.469
Rendas	268.040	286.368
	-----	-----
	264.016.073	292.792.074
 Provisão para prémios não adquiridos	 3.901.209	 50.058.885
	-----	-----
Provisão para participação nos resultados atribuída	100.624	686.170
	-----	-----
Provisão para participação nos resultados a atribuir	23.556.335	10.290.379
	-----	-----
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	23.826.034	16.951.197
Sinistros não declarados (IBNR)	5.177.380	3.777.380
Custos de gestão de sinistros	452.346	303.672
	-----	-----
	29.455.760	21.032.249
	-----	-----
	321.030.001	374.859.757
	-----	-----
<b><u>Ramos Não Vida</u></b>		
Provisão para prémios não adquiridos	-	54.362
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	4.543	14.052
	-----	-----
	4.543	68.414
	-----	-----
	321.034.544	374.928.171
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2014	31-12-2013
<b><u>Resseguro cedido:</u></b>		
<b><u>Ramo Vida</u></b>		
Provisão matemática	9.765.374	-
Provisão para prémios não adquiridos	3.911.101	38.135.361
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	19.441.613	12.418.938
	-----	-----
	33.118.088	50.554.299
	-----	-----
<b><u>Ramos Não Vida</u></b>		
Provisão para prémios não adquiridos	-	18.076
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	2.512	788
	-----	-----
	2.512	18.864
	-----	-----
	33.120.600	50.573.163
	=====	=====

Em julho de 2012 a Companhia celebrou com a Abbey Life Assurance Company Limited ("Ressegurador") um tratado de resseguro proporcional ("Contrato"), no âmbito do qual ressegurou a totalidade dos riscos de mortalidade e de invalidez associados às apólices em vigor em 30 de junho de 2012 da maioria dos seus produtos do ramo vida risco ("Carteira"). O Contrato produziu efeitos a partir de 1 de abril de 2012.

Nos termos deste contrato, a Companhia recebeu uma comissão de resseguro cedido no montante de 239.600.000 euros, equivalente à estimativa do valor atual dos lucros futuros da carteira ressegurada, os quais já estão deduzidos das comissões de mediação a suportar pela Companhia relativamente aos prémios futuros. Estas comissões são pagas ao Banco Santander Totta, S.A..

É entendimento do Conselho de Administração que, subjacente ao tratado de resseguro estabelecido, existiu uma efetiva e total transferência dos seguintes riscos:

- i) Crédito: a comissão de resseguro recebida não se encontra condicionada pela cobrança dos recibos de prémio aos tomadores de seguro;
- ii) Risco de caída da carteira (risco de cancelamento das apólices ou de não renovação das mesmas): não afeta nem afetará o montante da comissão de resseguro recebida, não existindo qualquer garantia da Companhia a favor do Ressegurador nesse sentido;
- iii) Morte e invalidez permanente: os rácios de sinistralidade reais, se divergentes face ao projetado, não afetarão a comissão de resseguro recebida.

Adicionalmente, a resolução antecipada do tratado de resseguro encontra-se contratualmente prevista apenas nas seguintes situações:

- (i) Alterações do enquadramento legal ou regulamentar que possam resultar na ilegalidade do tratado de resseguro celebrado ou que materialmente impossibilitem a sua execução;
- (ii) Incumprimento das obrigações da Companhia enquanto cedente;
- (iii) Incumprimento das obrigações da Resseguradora.

Por outro lado, os custos estimados de gestão da carteira ressegurada são debitados ao Ressegurador.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração da Companhia considera que através do Contrato foram transferidos para o Ressegurador a totalidade dos riscos e dos benefícios associados à carteira ressegurada e que a probabilidade de terminação antecipada do Contrato com devolução da referida comissão é remota, pelo que no exercício de 2012 elegeram como política contabilística a adotar o reconhecimento integral da comissão recebida no resultado do exercício, na rubrica "Comissões e participação nos resultados de resseguro".

Durante os exercícios de 2014 e 2013 a Companhia continuou a registar nas suas demonstrações financeiras os valores resultantes da execução do Contrato. No âmbito do tratado de resseguro de quota-parte, estabelecido entre a Companhia e o Ressegurador, a Companhia regista prémios, custos com sinistros, comissões e variações de provisões de resseguro cedido de montante igual aos correspondentes valores de seguro direto, com exceção dos encargos de gestão debitados ao ressegurador, os quais constituem a remuneração da Companhia pela gestão administrativa das apólices resseguradas. Os montantes registados em resseguro cedido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 têm a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prémios de resseguro cedido, líquidos de estornos	( 85.807.013 )	( 87.584.850 )
Encargos de gestão	2.186.004	2.186.779
	-----	-----
Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido (Nota 19)	( 83.621.009 )	( 85.398.071 )
Variação da provisão matemática de resseguro cedido	( 7.569.181 )	-
Variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	( 7.670 )	( 11.115.624 )
Custos com sinistros de resseguro cedido	29.429.479	24.352.104
Comissões de resseguro cedido	28.816.341	28.855.651
	-----	-----
	( 32.952.039 )	( 43.305.940 )
	=====	=====

As comissões de resseguro cedido recebidas do Ressegurador são equivalentes às comissões de mediação pagas ao Banco Santander Totta, S.A..

Adicionalmente, no âmbito do cumprimento deste contrato, o Banco Santander Totta, S.A. constituiu em julho de 2012 um depósito inicial no montante de 201.750.000 euros junto do Bank of New York Mellon. Este depósito será progressivamente mobilizável ao longo dos próximos anos. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o depósito ascendia a cerca de 67.831.096 euros e 163.567.064 euros, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na provisão matemática, na provisão para prémios não adquiridos e na provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída de seguro direto e de resseguro cedido do Ramo Vida, nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014					
	Saldo em 31-12-2013	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Transferências para contratos de investimento	Transferências de carteira para a Aegon Vida (Nota 5)	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2014
Seguro directo						
Provisão matemática	292.792.074	52.091.502	(47.609.481)	(33.431.573)	173.551	264.016.073
Provisão para prémios não adquiridos	50.058.885	(45.517.595)	-	(640.081)	-	3.901.209
Provisão para participação nos resultados a atribuir	10.290.379	13.265.956	-	-	-	23.556.335
Provisão para participação nos resultados atribuída						
De contratos de seguro	670.530	(133.708)	-	-	(470.024)	66.798
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	15.640	191.737	-	-	(173.551)	33.826
	686.170	58.029	-	-	(643.575)	100.624
	353.827.508	19.897.892	(47.609.481)	(34.071.654)	(470.024)	291.574.241
Resseguro cedido						
Provisão matemática	-	(25.420.117)	-	15.654.743	-	(9.765.374)
Provisão para prémios não adquiridos	(38.135.361)	34.030.309	-	193.951	-	(3.911.101)
	(38.135.361)	8.610.192	-	15.848.694	-	(13.676.475)
	315.692.147	28.508.084	(47.609.481)	(18.222.960)	(470.024)	277.897.766

	2013					
	Saldo em 31-12-2012	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Transferências para contratos de investimento	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2013	
Seguro directo						
Provisão matemática	305.551.360	1.236.568	(14.352.944)	357.090	292.792.074	
Provisão para prémios não adquiridos	50.916.133	(857.248)	-	-	50.058.885	
Provisão para participação nos resultados a atribuir	11.581.387	(1.291.008)	-	-	10.290.379	
Provisão para participação nos resultados atribuída						
De contratos de seguro	514.176	661.692	-	(505.338)	670.530	
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	372.730	-	-	(357.090)	15.640	
	886.906	661.692	-	(862.428)	686.170	
	368.935.786	(249.996)	(14.352.944)	(505.338)	353.827.508	
Resseguro cedido						
Provisão matemática	(169)	169	-	-	-	
Provisão para prémios não adquiridos	(48.347.477)	10.212.116	-	-	(38.135.361)	
	(48.347.646)	10.212.285	-	-	(38.135.361)	
	320.588.140	9.962.289	(14.352.944)	(505.338)	315.692.147	

Durante o exercício de 2014, a Companhia procedeu à transferência de uma carteira de seguros vida risco para a Aegon Santander Portugal Vida e de uma carteira de seguros não vida para a Aegon Santander Portugal Não Vida (Nota 5).

Durante o exercício de 2014, a Companhia alterou o método de cálculo das provisões associadas às apólices de seguro vida risco cuja modalidade de pagamento de prémio consiste num prémio único por um período de 5 anos, relativas aos produtos vinculados ao crédito à habitação e ao plano proteção ordenado, as quais passaram a ser calculadas de acordo com um método actuarial prospectivo e registadas na provisão matemática do ramo vida. No exercício de 2013, as provisões destas apólices eram calculadas com base no pró-rata temporis do montante do prémio e registadas na provisão para prémios não adquiridos.

Nos exercícios de 2014 e 2013, a diminuição da provisão matemática de seguro direto por via das transferências para contratos de investimento tem origem no vencimento de contratos com participação nos resultados, os quais foram transferidos para contratos de investimento, de acordo com as instruções dos respetivos tomadores.

O aumento das responsabilidades reconhecidas na provisão para participação nos resultados a atribuir no exercício de 2014 ascendeu a 13.265.956 euros. Este montante inclui 13.345.299 euros resultantes do aumento da parte estimada dos tomadores de seguro nas valias potenciais líquidas associadas aos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda (Nota 18) e uma redução de 79.343 euros originada pela especialização de mais-valias realizadas diferidas em balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

A diminuição das responsabilidades reconhecidas na provisão para participação nos resultados a atribuir no exercício de 2013 foi de 1.291.008 euros, dos quais 1.211.665 euros resultam da diminuição da parte estimada dos tomadores de seguro nas valias potenciais líquidas associadas aos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda (Nota 18) e 79.343 euros resultam da especialização de mais-valias realizadas diferidas em balanço.

A distribuição da participação nos resultados de contratos de seguro nos exercícios de 2014 e 2013, nos montantes de 470.024 euros e 505.338 euros, respetivamente, foi integralmente paga em numerário. A distribuição da participação nos resultados de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados nos exercícios de 2014 e 2013, nos montantes de 173.551 euros e 357.090 euros, respetivamente, foi integralmente distribuída por incorporação na provisão matemática.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a provisão matemática do ramo vida e as provisões para prémios não adquiridos apresentam a seguinte composição:

	31-12-2014			31-12-2013		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Total	Prémios diferidos	Custos diferidos	Total
De seguro directo						
Provisão matemática						
De seguros de vida	266.267.648	(2.251.575)	264.016.073	292.792.074	-	292.792.074
Provisão para prémios não adquiridos						
De seguros de vida	3.901.209	-	3.901.209	55.588.674	(5.529.789)	50.058.885
De seguros não vida	-	-	-	54.362	-	54.362
	<u>270.168.857</u>	<u>(2.251.575)</u>	<u>267.917.282</u>	<u>348.435.110</u>	<u>(5.529.789)</u>	<u>342.905.321</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as provisões para sinistros de seguro direto e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	31-12-2014				31-12-2013			
	Declarados	Não declarados	Custos de gestão de sinistros	Total	Declarados	Não declarados	Custos de gestão de sinistros	Total
De seguro directo								
De seguros de vida								
Temporários	23.735.118	5.177.380	450.681	29.363.179	16.856.546	3.777.380	301.949	20.935.875
Mistos	84.561	-	1.619	86.180	91.365	-	1.675	93.040
Universal life	3.207	-	46	3.253	3.286	-	48	3.334
Rendas	3.148	-	-	3.148	-	-	-	-
	<u>23.826.034</u>	<u>5.177.380</u>	<u>452.346</u>	<u>29.455.760</u>	<u>16.951.197</u>	<u>3.777.380</u>	<u>303.672</u>	<u>21.032.249</u>
De seguros não vida	4.543	-	-	4.543	14.052	-	-	14.052
	<u>23.830.577</u>	<u>5.177.380</u>	<u>452.346</u>	<u>29.460.303</u>	<u>16.965.249</u>	<u>3.777.380</u>	<u>303.672</u>	<u>21.046.301</u>
De resseguro cedido								
De seguros de vida	(19.441.613)	-	-	(19.441.613)	(12.418.938)	-	-	(12.418.938)
De seguros não vida	(2.512)	-	-	(2.512)	(788)	-	-	(788)
	<u>(19.444.125)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(19.444.125)</u>	<u>(12.419.726)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.419.726)</u>
	<u>4.386.452</u>	<u>5.177.380</u>	<u>452.346</u>	<u>10.016.178</u>	<u>4.545.523</u>	<u>3.777.380</u>	<u>303.672</u>	<u>8.626.575</u>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Os reajustamentos verificados nos exercícios de 2014 e 2013 ao nível das provisões para sinistros de seguro direto do ramo vida relativas a sinistros ocorridos em exercícios anteriores foram os seguintes:

2014			
	Provisão para sinistros em 31-12-2013	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2014 (*)
			Reajustamentos
Ramo vida	21.032.249	8.864.219	9.932.594
			(2.235.436)

2013			
	Provisão para sinistros em 31-12-2012	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2013 (*)
			Reajustamentos
Ramo vida	20.676.167	9.170.540	8.036.154
			(3.469.473)

(\*) – Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

Em 2014 e 2013, os custos com sinistros decompõem-se como segue:

	2014			
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros	
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Seguro Directo	Resseguro Cedido
Ramo Vida				
Produtos de risco (temporários e rendas)	28.414.113	(24.920.966)	8.504.296	(7.022.675)
Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	24.771.390	-	(80.784)	-
	53.185.503	(24.920.966)	8.423.512	(7.022.675)
				29.665.374
Ramo não vida	24.092	(7.228)	(9.509)	(1.723)
				5.632
Total	53.209.595	(24.928.194)	8.414.003	(7.024.398)
				29.671.006

	2013			
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros	
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Seguro Directo	Resseguro Cedido
Ramo Vida				
Produtos de risco (temporários e rendas)	25.712.394	(22.630.501)	321.071	(1.206.902)
Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	31.916.100	-	35.011	-
	57.628.494	(22.630.501)	356.082	(1.206.902)
				34.147.173
Ramo não vida	7.527	(2.258)	4.992	1.929
				12.190
Total	57.636.021	(22.632.759)	361.074	(1.204.973)
				34.159.363

Evolução dos custos com sinistros do ramo não vida - acidentes pessoais

Os reajustamentos verificados nos exercícios de 2014 e 2013 relativos a sinistros ocorridos em anos anteriores foram os seguintes:

2014			
	Provisão para sinistros em 31-12-2013	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2014 (*)
			Reajustamentos
Ramo acidentes pessoais	14.052	18.234	3.614
			7.796

2013			
	Provisão para sinistros em 31-12-2012	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2013 (*)
			Reajustamentos
Ramo acidentes pessoais	9.060	2.118	231
			(6.711)

(\*) – Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

#### Metodologias e pressupostos aplicados na mensuração de responsabilidades com contratos de seguro

As provisões técnicas constituídas para os contratos do Ramo Vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos às participações nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito.

As provisões matemáticas foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64, GKM80 e GKM95 para os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro (taxas de desconto) foram de 3% e 4%, respetivamente. Para as modalidades sem participação nos resultados a taxa técnica utilizada é a taxa de rendimento garantida do produto. A maioria dos contratos de seguro comercializados pela Companhia respeitam a temporários anuais renováveis.

#### Políticas de gestão de risco de seguro

Em cumprimento do disposto na Norma Regulamentar nº 14/2005-R, de 19 de julho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Companhia implementou os seus Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, no sentido de dar resposta aos principais objetivos neste domínio, nomeadamente:

- Garantia da existência e segurança dos ativos;
- Controlo dos riscos da sua atividade, nomeadamente os riscos biométricos, de crédito, de taxa de juro, de mercado, de liquidez e do risco operacional (o qual compreende, entre outros, os riscos reputacional, legal e de *compliance*);
- O cumprimento das normas prudenciais em vigor;
- A existência de uma completa, fiável e tempestiva informação financeira, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade;
- A prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão;
- Prudente e adequada avaliação dos ativos e das responsabilidades, nomeadamente para efeitos de constituição de passivos técnicos;
- Adequação das operações realizadas às disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, às normas internas, às orientações dos órgãos sociais, às normas e aos usos profissionais e deontológicos e outras regras relevantes para a Companhia; e
- A prevenção do envolvimento da Companhia em operações relacionadas com branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo.

Os riscos específicos de seguros de vida que influenciam a evolução dos passivos técnicos encontram-se divididos em:

- Risco de Mortalidade / Longevidade: risco de alteração no valor do passivo atribuível à flutuação dos compromissos, positiva ou negativamente, em relação às estimativas de probabilidade de falecimento / sobrevivência das pessoas seguras. O risco de mortalidade deve ser observado não só nos seguros de risco em caso de morte, mas também nos produtos cujas responsabilidades são incrementadas sempre que se verifica um decréscimo na mortalidade. O risco de sobrevivência encontra-se fundamentalmente ligado aos seguros de rendas e não inclui qualquer componente de catástrofe;
- Risco de Morbidez e Invalidez: risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à flutuação dos compromissos assumidos com as pessoas seguras relativamente ao risco de morbidez e invalidez;
- Risco de Comportamento: é o risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à variação nos compromissos assumidos, tais como: direito de resgate por parte dos tomadores de seguro, ocorrência de entregas extraordinárias não programadas ou redução de contratos;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

- Risco de Gastos: risco de alterações no valor das responsabilidades associadas à flutuação ou desvios negativos nos gastos previstos, relativamente aos encargos definidos na base técnica de um produto;
- Risco Catastrófico: risco de perdas atribuíveis à variabilidade das responsabilidades da Companhia, provocada pela ocorrência de eventos catastróficos.

O risco de seguro corresponde à probabilidade de o evento seguro ocorrer, determinando a necessidade de se proceder a um pagamento relativo ao sinistro, de montante incerto.

Concentrações de risco de seguro

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os capitais seguros em função da natureza do risco seguro, apresentam a seguinte composição:

		31-12-2014		
		Risco de mortalidade	Risco de invalidez	
<b>Capital seguro</b>				
Ramo vida				
Temporários e Rendas				
Crédito Habitação	10.566.272.380	10.373.630.134		
Colectivos	938.892.104	554.469.933		
Plano Protecção	3.266.034.559	3.247.894.675		
Crédito ao Consumo	655.301.720	182.750.679		
Outros	64.810.275	29.533.864		
	<u>15.491.311.038</u>	<u>14.388.279.285</u>		
		31-12-2013		
		Risco de mortalidade	Risco de invalidez	Outros
<b>Capital seguro</b>				
Ramo vida				
Temporários e Rendas				
Crédito Habitação	12.012.525.816	11.428.982.632		-
Colectivos	961.726.466	604.688.937		-
Plano Protecção	5.118.395.270	4.776.202.215		-
Crédito ao Consumo	1.535.480.449	1.252.051.174		-
Outros	71.227.075	15.423.248		-
	<u>19.699.355.076</u>	<u>18.077.348.206</u>		-
Ramos não vida				
Acidentes pessoais	-	-		252.952.300
	<u>19.699.355.076</u>	<u>18.077.348.206</u>		<u>252.952.300</u>

Na sequência da transferência da sua carteira não vida, a Companhia não tem riscos seguros do ramo acidentes pessoais em 31 de dezembro de 2014.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Análises de sensibilidade – risco de seguro

Em 31 de dezembro de 2014, o efeito da alteração das tábuas de mortalidade na provisão matemática no que se refere aos principais produtos de risco do ramo vida explorados pela Companhia é como segue:

Plano Génesis

Produto	2014			Provisão Matemática
	GKM80	GKM95	GKM80 - 60%	31-12-2014
Génesis				
Periódico	3.544.640	3.527.506	3.520.366	3.569.627
Não Periódico	345.949	344.277	343.580	348.388
	<u>3.890.589</u>	<u>3.871.782</u>	<u>3.863.946</u>	<u>3.918.015</u>
Efeito na Provisão Matemática em 31-12-2014	(27.426)	(46.233)	(54.069)	
	-0,70%	-1,18%	-1,38%	

A tábua de mortalidade utilizada no cálculo da provisão matemática do “Plano Génesis” em 31 de dezembro de 2014 é a PM 60/64.

Crédito ao consumo

Produto	2014		Provisão Matemática
	GKM95+ Idade Real	GKM80 - 60% Idade Real	31-12-2014
Crédito ao Consumo	2.575.708	2.389.137	2.591.255
Efeito na Provisão Matemática em 31-12-2014	(15.548)	(202.118)	
	-0,60%	-7,80%	

A tábua de mortalidade utilizada no cálculo da provisão matemática do “Crédito ao Consumo” em 31 de dezembro de 2014 é a GKM 80.

A Companhia não efetuou qualquer análise de sensibilidade à taxa técnica de juro, pelo facto de a grande maioria dos contratos de seguro serem temporários anuais renováveis.

No que diz respeito a resseguradores, a Companhia trabalha fundamentalmente com oito: Abbey Life, Genworth, General Cologne Re, Partner Re, Munich Re, Swiss Re, RGA Re e AXA Re. Os *ratings* dos maiores grupos resseguradores em 31 de dezembro de 2014 são os que constam da tabela seguinte:

Ratings dos Grupos Resseguradores

Abbey Life Insurance Company Limited	A+
Genworth	A-
Gen Re	AA+
Partner Re	A+
Munich Reinsurance Co.	AA-
Swiss Re	AA-
RGA Insurance Company	AA-
AXA France Vie / AXA France IARD	A+

Informação qualitativa sobre a adequação dos prémios cobrados e respetivas provisões técnicas associadas a contratos de seguro

A Companhia tem como objetivo a definição de prémios que, tendo por base os riscos assumidos, proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com sinistros e com capital. O *pricing* dos produtos é testado regularmente com base em indicadores de desempenho e técnicas estatísticas.

As provisões técnicas associadas a contratos de seguro que a Companhia tem constituídas em balanço correspondem aos valores que entende serem suficientes para fazer face às responsabilidades assumidas com os segurados.

A análise da adequação das provisões e prémios é efetuada anualmente pelo Atuário Responsável.

Além disso, a Companhia tem implementada uma política de subscrição de riscos (*underwriting*) que se tem demonstrado adequada. Finalmente, a política de resseguro cedido adotada tem em conta as políticas de tarifação e subscrição de riscos.

Custos com sinistros e rácios de sinistralidade associados a contratos de seguro

Os rácios de sinistralidade (sem considerar custos imputados) são reveladores do efeito das políticas descritas no ponto anterior. As despesas de aquisição (sem considerar custos imputados) dizem respeito essencialmente às comissões pagas ao Banco Santander Totta.

O rácio combinado, resultante da soma dos rácios de sinistralidade e de despesas de aquisição, permanece a um nível adequado.

	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Rácio de sinistralidade	19,89%	20,18%	20,44%	17,87%	20,31%	19,09%	21,06%
Rácio de despesas de aquisição	26,68%	39,99%	36,77%	46,75%	49,25%	54,89%	59,68%
Rácio combinado	46,57%	60,17%	57,21%	64,62%	69,56%	73,98%	80,74%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

12. PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014				
	Montante gerido em 31-12-2013	Montantes		Variações de ganhos e perdas	Montante gerido em 31-12-2014
		Entradas	Saídas		
Passivos por contratos de investimento					
Valorizados ao justo valor					
Excluindo PPR	3.528.793.249	285.534.584	(728.210.650)	209.966.145	3.296.083.328
PPR	63.981.748	52.857.863	(14.326.673)	4.811.986	107.324.924
	<u>3.592.774.997</u>	<u>338.392.447</u>	<u>(742.537.323)</u>	<u>214.778.131</u>	<u>3.403.408.252</u>
Valorizados ao custo amortizado					
Excluindo PPR	19.605.467	2.190.317	(2.048.249)	317.834	20.065.369
PPR	45.281.823	-	(17.087.933)	1.345.346	29.539.236
	<u>64.887.290</u>	<u>2.190.317</u>	<u>(19.136.182)</u>	<u>1.663.180</u>	<u>49.604.605</u>
	<u>3.657.662.287</u>	<u>340.582.764</u>	<u>(761.673.505)</u>	<u>216.441.311</u>	<u>3.453.012.857</u>

As variações em ganhos e perdas dos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2014 e 2013 encontram-se detalhadas na Nota 27.

Nos exercícios de 2014 e 2013, as entradas registadas na categoria “Valorizados ao justo valor” incluem as transferências para contratos de investimento no montante total de 47.609.481 euros e 14.352.944 euros, respetivamente (Nota 11).

Os passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas dizem exclusivamente respeito a produtos “unit-linked” (Nota 2.3.b)). Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não garantia nem o capital investido nem qualquer remuneração mínima nesses produtos, sendo o risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

Não obstante o referido no parágrafo anterior, a Companhia verificou que os rendimentos gerados através do investimento do valor das prestações acessórias concedidas pelo acionista único não foram até à data suficientes, face ao desempenho dos ativos adquiridos, para compensar as perdas verificadas num conjunto de produtos unit linked bastante afetados por desvalorizações das respetivas carteiras de ativos ocorridas maioritariamente em períodos de elevada perturbação nos mercados financeiros. Neste sentido, tendo por finalidade a proteção da base de clientes e como medida de carácter excecional, a Companhia decidiu suportar um custo de 1.100.000 euros correspondente à diferença entre os rendimentos indicativos comunicados aos clientes e o valor gerado pela carteira afeta a um produto que se venceu em dezembro de 2014, bem como proceder à constituição de provisões para fazer face a encargos prováveis de natureza similar com um conjunto de produtos ainda não vencidos em 31 de dezembro de 2014 e que estima poderem vir a ascender a 18.580.000 euros (Nota 16).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, também por motivos de natureza comercial, a Companhia assumiu parcialmente o pagamento da remuneração indicativa relativamente a um produto que se venceu no mês de fevereiro de 2014, no montante aproximado de 902.000 euros. No exercício de 2013, a Companhia já tinha assumido, por motivos de natureza comercial, custos relacionados com um produto “unit-linked” no montante aproximado de 1.613.000 euros.

13. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de outros passivos financeiros apresentavam a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Passivos subordinados	14.000.000	14.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores	1.651.443	12.206.933
Outros passivos financeiros		
Prestações acessórias	55.994.675	42.202.924
Prestações acessórias – Pendentes de liquidação	40.062	1.703.386
Instrumentos financeiros derivados (produtos “unit-linked”)	259.828	420.776
Descobertos em depósitos à ordem (produtos “unit-linked”)	4.514.708	13.065.866
Comissão de gestão a pagar (produtos “unit-linked”)	10.557.348	11.764.453
Outros	1.334.041	19.334
Operações pendentes de liquidação	-	50.260.238
	-----	-----
	72.700.662	119.436.977
	-----	-----
	88.352.105	145.643.910
	=====	=====

A rubrica “Passivos subordinados” refere-se ao empréstimo obrigacionista subordinado emitido pela Companhia em 30 de dezembro de 2002, denominado “Totta Seguros 2002”. Este empréstimo tem duração indeterminada e está representado por 280 obrigações de valor nominal de 50.000 euros cada. Os juros são pagos semestral e postecipadamente, em 30 de junho e 30 de dezembro de cada ano, sendo a taxa de juro variável indexada à Euribor a seis meses, divulgada pela Reuters no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,60%. Este empréstimo apenas poderá ser reembolsado a pedido da Companhia, após autorização prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. O empréstimo foi integralmente subscrito pelo Banco Santander Totta, S.A. (Nota 31).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)Prestações acessórias

A Companhia tem um conjunto de produtos “unit-linked” sob gestão que se desvalorizaram durante o exercício de 2008 em resultado da situação dos mercados, tendo havido alguns particularmente afetados.

Conforme referido na alínea d) da Nota 2.3., a Companhia recebeu do acionista único 85.000.000 euros em prestações acessórias (que podem ir até ao montante máximo de 100.000.000 euros). A Companhia utilizou um montante de 81.580.950 euros na aquisição de três obrigações com cupões variáveis, CXGD Float 09/49, CXGD Float 06/49 e BPI Cap Fin Float 49. Adicionalmente, para cada obrigação, contratou um swap de taxa de juro em que paga juro variável e recebe fixo. O valor remanescente das prestações acessórias está aplicado em depósitos cujo valor em 31 de dezembro de 2014 e 2013 era de 22.049.565 euros e 2.507.743 euros, respetivamente. O rendimento destes investimentos está a ser atribuído às carteiras dos produtos “unit-linked” particularmente afetados em 2008 pela desvalorização dos mercados, de forma a compensar os subscritores desses produtos.

Em Junho de 2014, a Companhia trocou as ações preferenciais da BPI Capital Finance por 12.175.325 ações do Banco BPI, S.A., tendo alienado ao Banco Santander Totta, S.A. os títulos recebidos pelo montante de 21.501.622 euros.

A Companhia reembolsará o acionista único pela totalidade da parte do valor nominal correspondente das prestações acessórias, se o valor de venda dessas obrigações e “unwind” dos swaps for superior ao valor nominal da parte das prestações acessórias a amortizar. Na medida em que não o seja, reembolsará o acionista único somente pelo valor nominal das prestações acessórias a amortizar deduzido das menos-valias realizadas na venda dessas obrigações e “unwind” dos respetivos swaps. A Companhia decidiu utilizar a opção concedida na Norma IAS 39 (Nota 2.3.a) i)), tendo classificado de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial as obrigações, swaps, depósitos e prestações acessórias ao justo valor através de ganhos e perdas.

O movimento nas prestações acessórias pode ser resumido como segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Prestações acessórias obtidas	85.000.000	85.000.000
Menos-valias nas obrigações	( 29.524.977 )	( 42.230.950 )
Mais-valias nos swaps	519.652	2.047.941
Desconto pull-to-par	-	( 2.614.067 )
	-----	-----
Prestações acessórias exigíveis	55.994.675	42.202.924
	-----	-----
Prestações acessórias - Pendentes de liquidação	40.062	1.703.385
	-----	-----
	56.034.737	43.906.309
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros relacionados com as prestações acessórias apresentam a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Títulos de dívida	33.465.000	39.350.000
Instrumentos financeiros derivados	520.172	2.048.566
Depósitos a prazo	21.855.411	1.922.340
Depósitos à ordem	194.154	585.403
	-----	-----
	56.034.737	43.906.309
	=====	=====



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Outros passivos financeiros – Outros” inclui o montante líquido de 1.329.518 euros, respeitante às variações ocorridas no período compreendido entre 30 de novembro e 31 de dezembro de 2014 no valor dos ativos e passivos afetos às carteiras de seguros vida e não vida transferidas da Companhia para a Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. e para a Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., respectivamente, e que correspondem a uma variação negativa de 1.332.239 euros e a uma variação positiva de 2.721 euros, respetivamente (Nota 5).

14. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Comissões a pagar	21.480.810	62.848.435
Tomadores de seguro	335.498	228.735
Contas a pagar por operações de resseguro	6.120.064	8.101.925
Contas a pagar por outras operações		
Resgates pendentes de liquidação	6.284.809	7.209.710
Outros credores	317.276	335.579
Outros fornecedores	2.184.239	32.633
	-----	-----
	36.722.696	78.757.017
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Comissões a pagar” refere-se a comissões a pagar pela Companhia a instituições financeiras do Grupo Santander pela angariação de apólices. Em 31 de dezembro de 2014 encontravam-se por pagar as comissões relativas ao 4º trimestre de 2014, as quais foram regularizadas em 2015. Em 31 de dezembro de 2013 encontravam-se por pagar as comissões dos 2º, 3º e 4º trimestres de 2013, tendo sido regularizadas em 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Outros fornecedores” inclui o montante de 1.838.754 euros relativo aos gastos incorridos no âmbito do processo de constituição das Companhias Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida (Nota 5).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E OUTROS IMPOSTOS

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são os seguintes:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<u>Ativos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	-	51.418.689
Outros impostos a pagar	-	( 2.134.769 )
	-----	-----
	-	49.283.920
	-----	-----
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	( 11.157.490 )	-
Outros impostos a pagar	( 2.461.807 )	-
	-----	-----
	( 13.619.297 )	-
	-----	-----
	(13.619.297 )	49.283.920
	=====	=====
 Ativos por impostos diferidos	 6.826.992	 2.878.518
	=====	=====
 Passivos por impostos diferidos	 -	 -
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos de ativos e passivos por impostos correntes detalham-se como segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<u>Imposto sobre o rendimento</u>		
Coleta	( 8.528.566 )	-
Derrama municipal e estadual	( 2.620.295 )	-
Tributações autónomas	( 78.629 )	( 75.945 )
Pagamentos por conta	70.000	51.494.634
	-----	-----
Imposto sobre o rendimento (a pagar) / a recuperar	( 11.157.490 )	51.418.689
	=====	=====
<u>Outros impostos</u>		
Retenções na fonte efetuadas a terceiros	( 1.799.928 )	( 1.338.128 )
Outros impostos e taxas	( 621.170 )	( 755.882 )
Contribuições para a segurança social	( 40.709 )	( 40.759 )
	-----	-----
	( 2.461.807 )	( 2.134.769 )
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014		
	Saldo em	Variação em	
	31-12-2013	Capital Próprio	Resultados
			Saldo em 31-12-2014
<u>Impostos diferidos</u>			
De activos financeiros disponíveis para venda:			
Fundos de Investimento Mobiliário - Livres	-	(84.392)	-
Fundos de Investimento Mobiliário - Vida sem participação	-	(125.793)	-
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(489.702)	(2.609)	-
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	680.959	-	5.154.747
Incentivos de longo prazo	51.416	-	5.177
Prejuízos fiscais reportáveis	719.986	-	(719.986)
Menos valias e imparidades não aceites	1.915.859	-	(278.670)
	<u>2.878.518</u>	<u>(212.794)</u>	<u>4.161.268</u>
			<u>6.826.992</u>
<u>Impostos correntes - ADV - Vida com participação</u>			
Variação RJV líquida de PPRA - Obrigações vida com participação	-	(455.704)	455.704
	<u>2.878.518</u>	<u>(668.498)</u>	<u>4.616.972</u>
			<u>6.826.992</u>
	2013		
	Saldo em	Variação em	
	31-12-2012	Capital Próprio	Resultados
			Saldo em 31-12-2013
<u>Impostos diferidos</u>			
De activos financeiros disponíveis para venda:			
Fundos de Investimento Mobiliário - Livres	1.123.732	(1.123.732)	-
Fundos de Investimento Mobiliário - Vida sem participação	1.630.961	(1.630.961)	-
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(371.443)	(118.259)	-
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	1.015.000	-	(334.041)
Incentivos de longo prazo	38.104	-	13.312
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	719.986
Menos valias e imparidades não aceites	-	-	1.915.859
Custos a pagar a resseguradores	6.237.000	-	(6.237.000)
	<u>9.673.354</u>	<u>(2.872.952)</u>	<u>(3.921.884)</u>
			<u>2.878.518</u>
<u>Impostos correntes - ADV - Vida com participação</u>			
Variação RJV líquida de PPRA - Obrigações vida com participação	-	(132.142)	132.142
	<u>9.673.354</u>	<u>(3.005.094)</u>	<u>(3.789.742)</u>
			<u>2.878.518</u>

Os gastos com impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2014	2013
Impostos correntes	11.227.490	( 431.386 )
Impostos diferidos	( 4.616.972 )	3.789.742
Total de impostos em ganhos e perdas	<u>6.610.518</u>	<u>3.358.356</u>
Resultado antes de impostos	16.810.557	8.991.412
Taxa efetiva de imposto	39,32%	37,35%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2014 e 2013 pode ser demonstrada como segue:

	2014		2013	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		16.810.557		8.991.412
Imposto apurado com base na taxa nominal	29,3%	4.925.493	25,0%	2.247.853
Variação da taxa de imposto diferido sobre imparidades e provisões não aceites	2,47%	414.862	1,94%	174.169
Diferença entre a taxa nominal de imposto corrente e a taxa nominal de imposto diferido nas dotações de "Outras provisões"	7,71%	1.296.681	0,87%	78.095
Diferença de taxas nominais nos impostos diferidos e correntes nos movimentos de custos a pagar a resseguradores	0,00%	-	14,31%	1.287.000
Prejuízo fiscal reportável não reconhecido	-1,57%	(263.421)	0,00%	-
Diferença de taxas nominais nos impostos diferidos e correntes - variações patrimoniais líquidas de activos financeiros disponíveis para venda a representar carteiras de vida com participação nos resultados	0,00%	-	-0,20%	(18.227)
Correcções a exercícios anteriores	0,03%	5.109	0,08%	6.750
Diferença de taxas nominais nos impostos diferidos e correntes - Prejuízo fiscal de 2013	0,00%	-	0,70%	62.533
Excesso de estimativa de imposto	0,00%	-	-5,64%	(507.331)
Tributações autónomas	0,47%	78.629	0,84%	75.945
Outros	0,91%	153.165	-0,54%	(48.431)
Carga de imposto sobre o rendimento do período	39,32%	<u>6.610.518</u>	37,35%	<u>3.358.356</u>

Nos exercícios de 2014 e 2013, a taxa agregada de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), incluindo a Derrama Municipal, corresponde a 24,5% e a 26,5%, respetivamente, sendo acrescida da respetiva Derrama Estadual, que no exercício de 2014 foi determinada nos termos da Lei nº 2/2014, de 16 de Janeiro, relativa à reforma do Código de IRC, correspondendo à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor. Em 2013, a Derrama Estadual correspondia à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, e de 5% sobre a parte do lucro que excedesse este valor (Nota 2.11.).

No exercício de 2013, a Companhia apurou um prejuízo fiscal no montante de 3.130.374 euros, tendo registado os correspondentes ativos por impostos diferidos, à taxa de 23%, no montante de 719.986 euros, os quais foram integralmente utilizados no exercício de 2014.

Em resultado da inspeção tributária aos exercícios de 2006 e 2007, a Companhia recebeu liquidações adicionais de IRC nos montantes de 430.891 euros e 89.451 euros, respetivamente. Por não concordar com o entendimento preconizado pelas Autoridades Fiscais a Companhia decidiu proceder à impugnação judicial destas liquidações e à prestação das correspondentes garantias de 325.524 euros e 84.444 euros, tendo liquidado o remanescente. Estes montantes encontravam-se integralmente provisionados em 31 de dezembro de 2012. Em 2013, ao abrigo do Regime Excecional de Regularização de Dívidas (DL nº 151-A/2013 de 31/10) a Companhia procedeu à liquidação daqueles montantes e efetuou o levantamento das garantias bancárias prestadas, mantendo-se no entanto a decorrer o processo judicial.

As Autoridades Fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios suscetíveis de serem objeto de inspeção seja significativa para as demonstrações financeiras.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)16. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS A CONTAS DO ATIVO

Nos exercícios de 2014 e 2013, o movimento nas rubricas de “Outras provisões” e “Ajustamentos a contas do ativo” foi o seguinte:

	2013 e 2014					
	Saldos em 31-12-2012	Reforços	Reposições e anulações	Saldos em 31-12-2013	Reforços	Saldos em 31-12-2014
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros (Nota 9)	30.509	-	-	30.509	-	30.509
Outras provisões	3.936.758	-	(1.428.943)	2.507.815	22.356.575	-
	<u>3.967.267</u>	<u>-</u>	<u>(1.428.943)</u>	<u>2.538.324</u>	<u>22.356.575</u>	<u>24.894.899</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outras provisões” destina-se a fazer face a contingências legais, fiscais e outras, resultantes da atividade da Companhia. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014, as “Outras provisões” incluem um montante de 18.580.000 euros destinado a fazer face a encargos prováveis com a diferença entre os rendimentos indicativos comunicados aos clientes e o valor gerado pelas carteiras afetas, relativamente a um conjunto de produtos ainda não vencidos (Nota 12).

17. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social da Companhia é detido em 100% pela Santander Totta – SGPS, S.A., estando representado por 47.250.000 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

A política de gestão de capital da Companhia é efetuada em conformidade com as disposições regulamentares e prudenciais da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

No segundo semestre de 2013, a Companhia foi informada pela ASF de que, para efeitos de cálculo da margem de solvência deveria ser aplicado um filtro prudencial quanto ao tratamento da operação de resseguro extraordinária realizada no ano de 2012. Assim, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia procedeu à anulação, nos elementos constitutivos da Margem de Solvência, da comissão de resseguro reconhecida em 2012, no valor líquido de imposto de 164.126.000 euros, passando a reconhecer os resultados daquela operação, para efeitos de solvência, à medida da sua execução.

Em dezembro de 2013, a Companhia recebeu do acionista único prestações acessórias no montante de 32.000.000 euros que, atendendo à sua natureza e finalidade, foram classificadas na rubrica de Capital Próprio - Outros Instrumentos de Capital, fazendo parte dos elementos constitutivos da Margem de Solvência. O reembolso destas prestações acessórias depende de deliberação da Assembleia Geral e obedece aos demais termos e condições aplicáveis ao reembolso de prestações suplementares nas sociedades por quotas, podendo no entanto ser total ou parcial e, neste caso, fazer-se em uma ou mais vezes. Durante o exercício de 2014, a Companhia reembolsou parcialmente o acionista único no valor de 15.000.000 euros, pelo que em 31 de dezembro de 2014, o valor destes instrumentos de capital ascende a 17.000.000 euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Margem de Solvência, medida em função da cobertura por elementos patrimoniais elegíveis, das responsabilidades decorrentes da atividade desenvolvida pela Companhia, apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Elementos constitutivos	98.364.113	95.140.126
Elementos a constituir – ramo vida	( 58.098.263 )	( 65.891.925 )
Elementos a constituir – ramo não vida	( 2.500.000 )	( 2.500.000 )
Excesso de Margem de Solvência	<u>37.765.850</u>	<u>26.748.201</u>
Taxa de cobertura	162,32%	139,11%

18. RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
- Fundos de Investimento Mobiliário	894.405	-
- Obrigações	27.900.544	11.991.888
Provisão para participação nos resultados a atribuir – valias em obrigações	( 22.717.616 )	( 9.372.317 )
	<u>6.077.333</u>	<u>2.619.571</u>
Reservas por impostos		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	( 1.428.173 )	( 759.675 )
Reserva legal	<u>31.342.584</u>	<u>30.779.278</u>
Outras reservas	<u>21.608</u>	<u>36.949</u>
Resultados transitados	<u>64.467.989</u>	<u>59.398.238</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as reservas de reavaliação de fundos de investimento mobiliário foram determinadas da seguinte forma:

	<u>31 de dezembro de 2014</u>			
	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Reserva de justo valor</u>	<u>Perdas por imparidade</u>
FIM Multiobrigações	100.850.379	106.922.735	894.405	( 6.966.761 )

	<u>31 de dezembro de 2013</u>			
	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Reserva de justo valor</u>	<u>Perdas por imparidade</u>
FIM Multiobrigações	99.955.974	106.922.735	-	( 6.966.761 )

As “Reservas de reavaliação” refletem as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda (Notas 2.3.a) iii) e 6). Durante o exercício de 2013, a Companhia registou perdas por imparidade no montante de 6.966.761 euros (Notas 2.3. f) e 6) para o investimento no Fundo de Investimento Mobiliário Multiobrigações. Durante o exercício de 2014 a Companhia registou na reserva de justo valor as mais-valias potenciais resultantes da valorização deste fundo.

Nos termos do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril, um montante não inferior a 10% do resultado líquido do exercício é destinado à formação da reserva legal, até à concorrência do capital social.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o apuramento dos resultados básicos por ação pode ser apresentado como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado líquido do período	10.200.039	5.633.056
Número médio de ações em circulação no período (Nota 17)	47.250.000	47.250.000
	-----	-----
Resultados básicos por ação	0,22	0,12
	-----	-----

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

Em 2013, foi deliberada a distribuição ao acionista de dividendos relativos ao exercício de 2012, no montante de 144.018.000 euros (inclui distribuição antecipada de 74.000.000 euros). Durante o exercício de 2014 não foram distribuídos ao acionista dividendos relativos ao exercício de 2013.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## 19. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2014 e 2013, os prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2014			2013		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Ramo vida						
Prémios brutos emitidos						
- Produtos de risco	130.092.359	(99.630.517)	30.461.842	122.605.255	(90.108.949)	32.496.306
- Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	28.355.979	-	28.355.979	24.723.346	169	24.723.515
	158.448.338	(99.630.517)	58.817.821	147.328.601	(90.108.780)	57.219.821
Provisão para prémios não adquiridos (variação)						
- Produtos de risco	50.508.658	(34.301.627)	16.207.031	1.247.420	(9.837.096)	(8.589.676)
- Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	-	-	-	-	-	-
	50.508.658	(34.301.627)	16.207.031	1.247.420	(9.837.096)	(8.589.676)
	208.956.996	(133.932.144)	75.024.852	148.576.021	(99.945.876)	48.630.145
Ramo não vida						
Prémios brutos emitidos	998.506	(332.003)	666.503	1.275.400	(424.071)	851.329
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	8.197	(2.726)	5.471	10.783	(3.585)	7.198
	1.006.703	(334.729)	671.974	1.286.183	(427.656)	858.527
	209.963.699	(134.266.873)	75.696.826	149.862.204	(100.373.532)	49.488.672

Nos exercícios de 2014 e 2013, a rubrica “Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido”, inclui os prémios registados no âmbito do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life (Nota 11), nos montantes de 83.621.009 euros e de 85.398.071 euros respetivamente.

Em 2013, a Companhia registou nesta rubrica proveitos de 8.559.091 euros, correspondentes ao excesso de estimativa dos encargos a incorrer com o cancelamento de tratados de resseguro existentes anteriormente e que tinham sido estimados em 19.800.000 euros no final do exercício de 2012.

Nos exercícios de 2014 e 2013, os prémios brutos emitidos de contratos de seguro direto do Ramo Vida, podem ser caracterizados da seguinte forma:

	2014	2013
Prémios brutos emitidos de seguro directo		
Relativos a contratos individuais	89.562.919	76.859.659
Relativos a contratos de grupo	68.885.419	70.468.942
	158.448.338	147.328.601
Periódicos	107.527.138	110.927.858
Não periódicos	50.921.200	36.400.743
	158.448.338	147.328.601
De contratos sem participação nos resultados	128.845.442	121.315.696
De contratos com participação nos resultados	29.602.896	26.012.905
	158.448.338	147.328.601



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)20. COMISSÕES RECEBIDAS

Nos exercícios de 2014 e 2013, as comissões relativas a contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, apresentam a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contratos de Investimento		
Sem participação nos resultados		
Seguro Poupança Jovem Sub-18	9.564	11.452
PPR/E Super 50 Garantido	268	1.364
	-----	-----
	9.832	12.816
<i>"Unit-linked"</i>		
Poupança Rendimento Vida	27.828.117	31.008.262
Super Rendimento Seguro	6.857.093	7.567.619
Seguro Investimento	5.968.157	7.188.211
Seguro Poupança Segura PPR	915.467	596.623
Fundos Santander	13.463	18.196
	-----	-----
	41.582.297	46.378.911
	-----	-----
	41.592.129	46.391.727
	=====	=====

As comissões relativas a produtos "unit-linked" recebidas pela Companhia têm a seguinte natureza: (i) Comissões de gestão, calculadas diariamente sobre o montante dos ativos sob gestão; (ii) Comissões *upfront*, cobradas na data de subscrição relativamente a alguns produtos; e (iii) Comissões sobre resgates, que são calculadas no momento do resgate de acordo com as condições gerais dos produtos, apresentando a seguinte composição:

Comissões <i>"Unit-linked"</i>		
Comissões de gestão	34.582.751	37.296.318
Comissões <i>upfront</i>	4.991.252	5.535.319
Comissões de resgate	2.008.294	3.547.274
	-----	-----
	41.582.297	46.378.911
	=====	=====

21. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custos de aquisição		
De contratos de seguro		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	51.786.729	48.903.573
Outros custos de aquisição	3.115.452	1.862.521
De contratos de investimento		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	29.994.966	33.689.678
Custos imputados (Nota 22)	2.603.660	2.068.322
De seguros não vida		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	199.701	255.080
Outros custos de aquisição	16.045	24.072
	-----	-----
	87.716.553	86.803.246
Variação dos custos de aquisição diferidos (Nota 11)	( 5.291.327 )	390.172
Gastos administrativos (Nota 22)	4.474.614	3.021.111
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões do ramo vida	( 35.665.384 )	( 33.069.835 )
Participação nos resultados do ramo vida	72.728	489.954
Variação dos custos de aquisição diferidos (Nota 11)	4.018.831	375.020
Comissões de acidentes pessoais	( 102.067 )	( 130.963 )
	-----	-----
	( 31.675.892 )	( 32.335.824 )
	-----	-----
	55.223.948	57.878.705
	=====	=====

Em 2014 e 2013, foram registadas na rubrica “Comissões do ramo vida” as comissões recebidas no âmbito do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life Assurance Company Limited, nos montantes de 28.816.341 euros e 28.855.651 euros, respetivamente (Nota 11).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)22. GASTOS DIVERSOS POR NATUREZA

Nos exercícios de 2014 e 2013, os gastos incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição, atendendo à sua natureza:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Gastos com o pessoal (Nota 23)	2.802.699	2.737.116
	-----	-----
Fornecimentos e serviços externos:		
. Gastos com informática	1.217.518	1.146.089
. Consultoria e assessoria	1.140.934	853.602
. Comunicações	307.673	308.527
. Rendas e alugueres (Nota 31)	207.043	204.625
. Quotizações	119.861	119.726
. Gastos com trabalho independente	64.108	64.858
. Trabalhos especializados	38.156	39.316
. Deslocações e estadas	41.809	42.407
. Impressos	38.522	37.989
. Material de escritório	12.149	12.932
. Outros	67.625	66.178
	-----	-----
	3.255.398	2.896.249
	-----	-----
Encargos com comissões por serviços bancários (Nota 31)	3.028.917	2.149.857
Impostos e taxas	220.428	265.909
Amortizações do exercício (Notas 7 e 8)	1.198.980	260.351
Juros suportados de depósitos de resseguradores	231.833	91.919
	-----	-----
	10.738.255	8.401.401
	=====	=====

Matriz de imputação de custos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custos administrativos (Nota 21)	4.474.614	3.021.111
Custos com investimentos (Nota 26)	2.537.131	2.229.694
Custos de aquisição (Nota 21)	2.603.660	2.068.322
Custos com sinistros	1.122.850	1.082.274
	-----	-----
	10.738.255	8.401.401
	=====	=====

Nos exercícios de 2014 e 2013, parte dos saldos das rubricas “Gastos com informática” e “Consultoria e assessoria” dizem respeito à prestação de serviços informáticos, faturados por entidades do Grupo Santander, nos montantes de 1.032.981 euros e 779.679 euros, respetivamente (Nota 31).

A rubrica “Impostos e taxas” diz respeito essencialmente à taxa para a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)23. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2014 e 2013, as rubricas de gastos com pessoal apresentam a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remunerações		
Dos órgãos sociais	498.000	467.005
Do pessoal	1.781.804	1.762.248
	-----	-----
	2.279.804	2.229.253
	-----	-----
Encargos sobre remunerações	436.128	409.822
	-----	-----
Benefícios pós-emprego (Nota 24)	23.419	6.470
Outros benefícios a longo prazo	-	18.875
Outros gastos com pessoal	63.348	72.696
	-----	-----
	2.802.699	2.737.116
	=====	=====

A rubrica “Remunerações – Dos órgãos sociais” inclui a remuneração anual fixa e variável dos membros do Conselho de Administração e a remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal.

A rubrica “Remunerações – Do pessoal” inclui os acréscimos de custos relativos aos prémios de desempenho dos colaboradores, relativos aos exercícios de 2014 e 2013 e a pagar em 2015 e 2014, nos montantes de 531.476 euros e 512.352 euros, respetivamente.

Nos termos do Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para o setor segurador, cuja entrada em vigor ocorreu em 15 de janeiro de 2012, os trabalhadores que completarem um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terão direito, verificado um conjunto de condições, a um prémio pecuniário (prémio de permanência) de montante equivalente a 50% do seu ordenado do mês em que o facto ocorrer.

O número de trabalhadores ao serviço da Companhia nos exercícios de 2014 e 2013, por categoria profissional, foi o seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Dirigentes executivos	1	1
Quadros superiores	8	8
Quadros médios	9	9
Profissionais altamente qualificados	15	14
Profissionais qualificados	20	19
	----	----
	53	51
	==	==

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número de trabalhadores com vínculo contratual ascendia a 49.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

### Remuneração dos Órgãos Sociais

No cumprimento do definido no art.º 3 da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, presta-se informação relativamente às remunerações recebidas em 2014, em milhares de euros, pelos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

As remunerações fixas e variáveis no ano de 2014, em termos agregados no conjunto dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram respetivamente de 243 milhares de euros para as fixas e de 255 milhares de euros para as variáveis.

As remunerações fixas têm a seguinte composição:

#### **Conselho de Administração**

Nome	Remuneração fixa
Eduardo Alves da Silva	211
	<u>211</u>

#### **Conselho Fiscal**

Nome	Remuneração fixa
José Duarte Assunção Dias	14
António Baia Engana	9
Maria Manuela Lourenço	9
	<u>32</u>

A remuneração anual variável referente ao exercício de 2014, em milhares de euros, é a que consta dos quadros seguintes:

#### **Remuneração Anual Variável**

Nome	Prémio de desempenho de 2014 (parcela pecuniária)
Eduardo Alves da Silva	77
	<u>77</u>

Nome	Prémio de desempenho de 2014 (parcela de ações retida por um ano)
Eduardo Alves da Silva	76
	<u>76</u>

A remuneração variável paga em parcela de ações corresponde a 12.436 ações do Banco Santander, S.A., ao valor por ação de 6,085 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

A remuneração variável diferida referente ao exercício de 2014, em milhares de euros, é a que consta do quadro seguinte:

#### **Remuneração Diferida**

Nome	Prémio de desempenho de 2014					
	Parcela pecuniária			Parcela de ações (em número)		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Eduardo Alves da Silva	17	17	17	2.764	2.764	2.763
	<u>17</u>	<u>17</u>	<u>17</u>	<u>2.764</u>	<u>2.764</u>	<u>2.763</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Os honorários faturados e a faturar pela Deloitte & Associados, SROC S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, ascendem a 120.150 euros, dos quais 55.750 euros relativos à revisão legal das contas e 64.400 euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

#### 24. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

No âmbito do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor atual das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante.

O plano de contribuição definida abrange todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, através de um plano individual de reforma ("PIR"), em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substituiu o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho.

Em conformidade com as regras previstas no CCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

Deste modo, os valores integralmente financiados das responsabilidades pelos serviços passados, calculados a 31 de dezembro de 2011, relativos às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.<sup>a</sup>, n.º 4, do anterior CCT, foram convertidos em contas individuais desses trabalhadores, tendo sido integrados como contribuições iniciais nos respetivos planos individuais de reforma.

Assim, tal como previsto no Anexo V do CCT, a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do empregado:

<u>Ano civil</u>	<u>Contribuição PIR</u>
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, de acordo com o disposto na cláusula 49.<sup>a</sup>, n.º 1, do CCT, a primeira contribuição anual da Companhia para o PIR verificar-se-á:

- i) No ano de 2015, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995;
- ii) No ano de 2012, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009;
- iii) No ano seguinte aquele em que completem dois anos de prestação de serviço efetivo na Companhia, para os trabalhadores admitidos depois de 1 de janeiro de 2010.

A Companhia tem igualmente a responsabilidade de definir o produto em que se materializará o plano individual de reforma, que deverá prever garantia de capital e é ainda responsável pela definição de regras e procedimentos necessários à implementação e gestão desse mesmo produto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2011, as responsabilidades por serviços passados ascendiam a 171.464 euros, tendo sido este o montante total transferido para as contas individuais dos trabalhadores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, e que corresponde às contribuições iniciais para o PIR em 1 de janeiro de 2012.

O excesso de cobertura das responsabilidades em 31 de dezembro de 2011, no montante de 27.895 euros, foi transferido para a conta de reserva da Companhia, destinando-se a fazer face às futuras contribuições anuais para o PIR.

Durante os exercícios de 2014 e 2013, a Companhia efetuou contribuições para os planos individuais de reforma nos montantes de 23.419 euros e 6.470 euros em cada ano (Nota 23), respetivamente.

## 25. RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2014 e 2013, as rubricas de rendimentos apresentam a seguinte composição:

	2014				2013			
	Juros	Dividendos	Unidades de participação	Total	Juros	Dividendos	Unidades de participação	Total
Ramo vida:								
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	104.569	-	-	104.569
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	149.089.656	1.146	26.011	149.116.813	169.835.053	-	11.293	169.846.346
Activos financeiros disponíveis para venda	9.414.717	-	-	9.414.717	12.795.414	-	-	12.795.414
Empréstimos concedidos e contas a receber	547.259	-	-	547.259	1.026.678	-	-	1.026.678
Depósitos à ordem em instituições de crédito	7.874	-	-	7.874	86.605	-	-	86.605
	<u>159.059.506</u>	<u>1.146</u>	<u>26.011</u>	<u>159.086.663</u>	<u>183.848.319</u>	<u>-</u>	<u>11.293</u>	<u>183.859.612</u>
Ramos não vida:								
Activos financeiros disponíveis para venda	(134)	-	-	(134)	1.716	-	-	1.716
Depósitos à ordem em instituições de crédito	1.003	-	-	1.003	953	-	-	953
	<u>869</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>869</u>	<u>2.669</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.669</u>
Não afectos:								
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	445.025	-	-	445.025	445.783	-	-	445.783
Empréstimos concedidos e contas a receber	621.847	-	-	621.847	2.224.284	-	-	2.224.284
Depósitos à ordem em instituições de crédito	35.056	-	-	35.056	312.693	-	-	312.693
	<u>1.101.928</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.101.928</u>	<u>2.982.760</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.982.760</u>
	<u>160.162.303</u>	<u>1.146</u>	<u>26.011</u>	<u>160.189.460</u>	<u>186.833.748</u>	<u>-</u>	<u>11.293</u>	<u>186.845.041</u>

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

## 26. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2014 e 2013, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2014			2013		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos:						
Custos imputados (Nota 22)	2.432.189	104.942	2.537.131	2.137.828	91.866	2.229.694
Juros de interest rate swaps:						
Vida com participação	-	-	-	5.560	-	5.560
Produtos unit-linked	8.483.472	-	8.483.472	10.116.639	-	10.116.639
De outros passivos financeiros:						
Comissões	-	906.677	906.677	-	1.498.253	1.498.253
Juros de passivos subordinados	-	277.886	277.886	-	275.218	275.218
Juros de mora	-	7.098	7.098	-	-	-
	<u>10.915.661</u>	<u>1.296.603</u>	<u>12.212.264</u>	<u>12.260.027</u>	<u>1.865.337</u>	<u>14.125.364</u>

Nos exercícios de 2014 e 2013, a rubrica "De outros passivos financeiros - Comissões" corresponde à remuneração do Banco Santander Totta, S.A. como contrapartida do colateral prestado por este banco em benefício do Deutsche Bank AG e da Abbey Life Assurance Company Limited, no âmbito do tratado de resseguro celebrado com esta entidade (Nota 11).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)27. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2014 e 2013, os ganhos (perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
Valias líquidas realizadas (Nota 27.1)	34.921.757	1.180.281
Juros creditados aos passivos financeiros (Nota 27.3)	( 1.673.229 )	( 2.013.387 )
	-----	-----
	33.248.528	( 833.106 )
	=====	=====
<b>Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
Valias líquidas realizadas (Nota 27.1)	2.538.980	( 11.431.118 )
Valias líquidas potenciais (Nota 27.2)	111.764.511	48.507.207
Ganhos (perdas) em passivos financeiros (Nota 27.3)	( 256.921.623 )	( 195.326.061 )
	-----	-----
	( 142.618.132 )	( 158.249.972 )
	=====	=====

27.1. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Nos exercícios de 2014 e 2013, os ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	<u>2014</u>			<u>2013</u>		
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	(92.628)	(92.628)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	15.252.099	(12.745.187)	2.506.912	6.695.243	(18.071.552)	(11.376.309)
Ativos financeiros disponíveis para venda	74.195	-	74.195	1.181.284	(1.003)	1.180.281
	<u>15.326.294</u>	<u>(12.745.187)</u>	<u>2.581.107</u>	<u>7.876.527</u>	<u>(18.165.183)</u>	<u>(10.288.656)</u>
Não técnica:						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	32.068	-	32.068	37.819	-	37.819
De outros	<u>34.847.562</u>	<u>-</u>	<u>34.847.562</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>34.879.630</u>	<u>-</u>	<u>34.879.630</u>	<u>37.819</u>	<u>-</u>	<u>37.819</u>
	<u>50.205.924</u>	<u>(12.745.187)</u>	<u>37.460.737</u>	<u>7.914.346</u>	<u>(18.165.183)</u>	<u>(10.250.837)</u>

No exercício de 2014, o saldo da rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas – De outros” inclui as mais-valias realizadas com a venda de 51% do capital social das companhias Aegon Vida e Aegon Não Vida e com a transferência para estas entidades das carteiras de seguros descritas na Nota 5, nos montantes de 27.608.000 euros e 9.800.000 euros, respetivamente. Adicionalmente, o saldo desta rubrica inclui ainda os custos associados ao processo de constituição e alienação destas duas entidades, que foram totalmente suportados pela Companhia e que ascendem a 2.560.438 euros (Nota 5).



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

27.2. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Nos exercícios de 2014 e 2013, os ganhos e perdas não realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2014			2013		
	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	157.191.358	(46.495.111)	110.696.247	130.555.895	(84.796.580)	45.759.315
	<u>157.191.358</u>	<u>(46.495.111)</u>	<u>110.696.247</u>	<u>130.555.895</u>	<u>(84.796.580)</u>	<u>45.759.315</u>
Não técnica:						
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.128.195	(59.931)	1.068.264	3.011.038	(263.146)	2.747.892
	<u>1.128.195</u>	<u>(59.931)</u>	<u>1.068.264</u>	<u>3.011.038</u>	<u>(263.146)</u>	<u>2.747.892</u>
	<u>158.319.553</u>	<u>(46.555.042)</u>	<u>111.764.511</u>	<u>133.566.933</u>	<u>(85.059.726)</u>	<u>48.507.207</u>

27.3. Ganhos e perdas em passivos financeiros

Nos exercícios de 2014 e 2013, as variações em ganhos e perdas dos passivos por contratos de investimento apresentam a seguinte composição (Nota 12):

	2014	2013
Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas:		
Variações positivas dos passivos financeiros	( 257.843.256 )	( 198.600.709 )
Variações negativas dos passivos financeiros	921.203	3.274.648
	<u>( 256.921.623 )</u>	<u>( 195.326.061 )</u>
Comissões de contratos de investimento "unit-linked" (Nota 20)	41.582.297	46.378.911
Outros	561.195	659.770
	<u>( 214.778.131 )</u>	<u>( 148.287.380 )</u>
Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado:		
- Juros creditados aos passivos financeiros	( 1.673.229 )	( 2.013.387 )
- Comissões de contratos de investimento sem participação nos resultados (Nota 20)	9.832	12.816
- Outros	217	-
	<u>( 1.663.180 )</u>	<u>( 2.000.571 )</u>
	<u>( 216.441.311 )</u>	<u>( 150.287.951 )</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)28. DIFERENÇAS DE CâMBIO

Em 2014 e 2013, esta rubrica inclui exclusivamente os resultados da componente cambial de instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos afetos a produtos *unit-linked*.

29. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS

Nos exercícios de 2014 e 2013, a composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custos pagos ao BST com penalizações por resgates (Nota 31)	( 209.571 )	( 260.395 )
Outros gastos relativos ao ramo vida	( 180 )	( 1.191 )
Bonificação por resgates e anulações	1.597	2.852
Outros rendimentos relativos ao ramo vida	7.140	3.345
	-----	-----
	( 201.014 )	( 255.389 )
	=====	=====

30. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS NÃO TÉCNICOS

Nos exercícios de 2014 e 2013, a composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custos por riscos operacionais	( 24.253 )	( 462 )
Correções à estimativa de IRC de anos anteriores	( 22.210 )	( 441.976 )
Ganhos e perdas líquidos em outros ativos tangíveis	( 370 )	9.864
Outros	( 338 )	( 782 )
	-----	-----
	( 47.171 )	( 433.356 )
	=====	=====

No exercício de 2013, a rubrica "Correções à estimativa de IRC de anos anteriores" corresponde essencialmente ao pagamento de liquidações adicionais de IRC recebidas pela Companhia em anos anteriores, tendo contrapartida na redução de "Outras provisões" (Notas 15 e 16).

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 2014 e 2013, as entidades relacionadas da Companhia eram como segue:

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Companhia</b>	
Santander Totta SGPS, S.A.	Portugal
<b>Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com a Companhia</b>	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros	Espanha
ISBAN-INGENIERIA SOFTWARE	Portugal
PRODUBAN - Servicios Informaticos Generales	Espanha
GEOBAN, S.A.	Espanha
SBGE, S.A.	Espanha
Banco Santander Consumer	Portugal
<b>Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo da Companhia</b>	
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
<b>Membros do Conselho de Administração da Companhia</b>	
José Manuel Alves Elias da Costa <sup>(1)</sup>	
Pedro Aires Coruche de Castro e Almeida <sup>(2)</sup>	
Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva	
Armindo Alberto Bordalo Escalda	
Joaquim Manuel de Oliveira Filipe	
Oscar Villoslada Montpart	
Joaquim Capdevila Coromina <sup>(2)</sup>	
<b>Membros do Conselho Fiscal</b>	
José Duarte Assunção Dias	
António Baía Engana	
Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço	

(1) - Cooptado em Conselho de Administração de 25 de Julho de 2014.

(2) - Renunciou ao cargo de Administrador em 24 de Julho de 2014.

Os gastos com órgãos sociais encontram-se divulgados na Nota 23.

As contas da Companhia são consolidadas pelo método de consolidação integral na Santander Totta – SGPS, S.A., com sede na Rua da Mesquita, em Lisboa, local onde podem ser obtidas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos registados em Balanço e na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, excluindo os respeitantes aos títulos de dívida detidos, são como segue:

	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	Santander Seguros y Reaseguros	ISBAN	PRODUBAN	GEOBAN	SBGE	Aegon Santander Portugal Vida	Aegon Santander Portugal Não Vida	Banco Santander Consumer	Total
<b>Activo</b>												
Depósitos à ordem	149.409.795	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	149.409.795
Depósitos a prazo	1.099.501.007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.099.501.007
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	8.232.000	6.076.000	-	14.308.000
Ativos intangíveis	-	-	-	-	2.192.831	506.038	-	142.705	-	-	-	2.841.574
Contas a receber	1.980.567	-	-	-	998	2.823	-	-	-	2.721	-	1.987.109
<b>Total do Activo</b>	<b>1.250.891.369</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.193.829</b>	<b>508.861</b>	<b>-</b>	<b>142.705</b>	<b>8.232.000</b>	<b>6.078.721</b>	<b>-</b>	<b>1.268.047.485</b>
<b>Passivo</b>												
Passivos Financeiros	(14.000.000)	-	(56.034.737)	-	-	-	-	-	-	-	-	(70.034.737)
Contas a pagar	(20.370.509)	(172.016)	-	-	-	-	-	-	(1.332.239)	-	(8.333)	(21.883.096)
<b>Total do Passivo</b>	<b>(34.370.509)</b>	<b>(172.016)</b>	<b>(56.034.737)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.332.239)</b>	<b>-</b>	<b>(8.333)</b>	<b>(91.917.833)</b>
<b>Ganhos e perdas</b>												
Juros de depósitos à ordem	(45.066)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45.066)
Juros de depósitos a prazo	49.761.129	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.761.129
Comissões de mediação	(81.943.596)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.609)	(81.981.205)
Comissões de gestão	-	(2.074.704)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.074.704)
Comissões de liquidação	(25.516)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.516)
Comissões de custódia	(918.593)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(918.593)
Comissões de penalização de resgate	(209.571)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(209.571)
Prestação de serviços	-	-	-	-	(324.358)	(428.525)	(18.744)	(308.477)	-	-	-	(1.080.104)
Renda	(207.043)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(207.043)
Participação nos resultados	(9.604)	-	-	-	(1.943)	(392)	(218)	-	-	-	-	(12.156)
Indemnizações de resseguradores	-	-	-	47.040	-	-	-	-	-	-	-	47.040
Comissões por colaterais prestados	(906.677)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(906.677)
Juros do empréstimo subordinado	(277.886)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(277.886)
<b>Total de Ganhos e Perdas</b>	<b>(34.782.424)</b>	<b>(2.074.704)</b>	<b>-</b>	<b>47.040</b>	<b>(326.301)</b>	<b>(428.917)</b>	<b>(18.962)</b>	<b>(308.477)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(37.609)</b>	<b>(37.930.353)</b>

	31-12-2013									
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	Santander Seguros y Reaseguros	ISBAN	PRODUBAN	GEOBAN	SBGE	Banco Santander Consumer	Total
Activo										
Depósitos à ordem	147.784.818	-	-	-	-	-	-	-	-	147.784.818
Depósitos a prazo	1.267.614.061	-	-	-	-	-	-	-	-	1.267.614.061
Activos intangíveis	-	-	-	-	858.615	172.680	38.004	-	-	1.069.299
Contas a receber	1.945.695	4.258	-	-	5.202	2.193	-	-	-	1.957.348
Total do Activo	1.417.344.574	4.258	-	-	863.817	174.873	38.004	-	-	1.418.425.526
Passivo										
Passivos Financeiros	(14.000.000)	-	(43.906.309)	-	-	-	-	-	-	(57.906.309)
Contas a pagar	(62.847.627)	(94.483)	-	-	-	-	-	-	(3.815)	(62.945.925)
Total do Passivo	(76.847.627)	(94.483)	(43.906.309)	-	-	-	-	-	(3.815)	(120.852.234)
Ganhos e perdas										
Juros de depósitos à ordem	(22.845)	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.845)
Juros de depósitos a prazo	58.795.770	-	-	-	-	-	-	-	-	58.795.770
Comissões de mediação	(82.796.652)	-	-	-	-	-	-	-	(51.257)	(82.847.909)
Comissões de gestão	-	(1.191.934)	-	-	-	-	-	-	-	(1.191.934)
Comissões de liquidação	(27.946)	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.946)
Comissões de custódia	(921.882)	-	-	-	-	-	-	-	-	(921.882)
Comissões de penalização de resgate	(260.395)	-	-	-	-	-	-	-	-	(260.395)
Prestação de serviços	-	-	-	-	(249.036)	(381.391)	(69.745)	147.995	-	(552.177)
Renda	(204.625)	-	-	-	-	-	-	-	-	(204.625)
Participação nos resultados	(28.456)	-	-	-	(1.943)	(392)	(218)	-	-	(31.009)
Indemnizações de resseguradores	-	-	-	20.167	-	-	-	-	-	20.167
Empréstimo de curto prazo (Juro)	75.576	-	-	-	-	-	-	-	-	75.576
Comissões por colaterais prestados	(1.498.253)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.498.253)
Juros do empréstimo subordinado	(275.218)	-	-	-	-	-	-	-	-	(275.218)
Total de Ganhos e Perdas	(27.164.926)	(1.191.934)	-	20.167	(250.979)	(381.783)	(69.963)	147.995	(51.257)	(28.942.680)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos registados em Balanço com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, exclusivamente respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Balanço			
	31-12-2014		31-12-2013	
	Valor de mercado	Juro corrido	Valor de mercado	Juro corrido
Santander International Debt, S.A.	84.808.132	1.332.628	94.117.996	1.447.425
Santander Consumer Finance, S.A.	83.446.990	1.025.896	127.503.596	603.624
Banco Santander Totta, S.A.	40.431.699	42.615	54.699.170	120.628
Banco Santander, S.A.	25.420.059	328.469	27.827.433	335.996
Santander Issuances, S.A.	17.910.000	3.740	82.425.250	132.024
Grupo Banesto	-	-	1.769.377	56.729
	<u>252.016.880</u>	<u>2.733.348</u>	<u>388.342.822</u>	<u>2.696.426</u>

Nos exercícios de 2014 e 2013, os saldos registados na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, exclusivamente respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Conta de ganhos e perdas					
	2014			2013		
	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais
Santander Consumer Finance, S.A.	2.433.833	987.492	809.130	2.620.129	442.761	11.623.274
Santander Issuances, S.A.	542.932	2.360.600	900.000	984.589	214.289	10.942.750
Santander International Debt, S.A.	3.211.558	49.793	(212.435)	3.578.322	153.821	2.813.649
Banco Santander, S.A.	869.622	(22.958)	(301.903)	1.168.878	(12.443)	523.824
Banco Santander Totta, S.A.	456.689	(146.650)	726.390	2.636.433	(9.826.362)	1.581.127
Santander Consumer Bank, S.A.	808	3.825	-	-	-	-
Grupo Banesto	-	-	-	61.281	2.800	52.207
Abbey National, PLC	-	-	-	2.421	23.351	(19.459)
	<u>7.515.442</u>	<u>3.232.102</u>	<u>1.921.182</u>	<u>11.052.053</u>	<u>(9.001.783)</u>	<u>27.517.372</u>

As transações e prestações de serviços com entidades relacionadas são efetuadas a preços de mercado.

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valores em euros

Anexo 1

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENHIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	Aegon Santander Portugal Vida	3 675 000	3 675 000		2,24	8 232 000	2,24	8 232 000
	Aegon Santander Portugal Não Vida	3 675 000	3 675 000		1,65	6 076 000	1,65	6 076 000
	...							
	sub-total	7 350 000	7 350 000			14 308 000		14 308 000
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
PTBSP20E0013	Sant Diversi. Invest	1 184 409	29 610 225	100,00	25,00	29 610 225	29,72	35 203 597
PTBSQDOE0020	SANTAN 1,5% 3/4/17	10	1 000 000	99,98	99 980,00	999 800	103 310,14	1 033 101
PTCPPOOE0004	Cred.Predial Port.49	427 469 798	4 274 698	99,82	0,01	4 267 004	0,01	4 237 616
	...							
	sub-total	428 654 217	34 884 923			34 877 029		40 474 314
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	436 004 217	42 234 923			49 185 029		54 782 314
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
ES0213495007	Sant.Consumer 29/16	394	19 700 000	89,00	44 500,00	17 533 000	49 378,89	19 455 283
ES0413440084	Banesto 3.5% 01/16	17	1 700 000	92,82	92 820,00	1 577 940	106 683,99	1 813 628
ES0413495005	Sant C Fin 3.875% 16	338	33 800 000	101,95	101 954,88	34 460 748	107 255,07	36 252 213
ES0413900087	SANTAN 4% 7/4/20	5	500 000	111,04	111 039,00	555 195	120 739,95	603 700
ES0413900103	Santan 3.125% 09/15	204	20 400 000	100,65	100 651,18	20 532 840	102 773,36	20 965 765
ES0413900228	Sant 4.625% 20/01/16	16	1 600 000	101,19	101 191,00	1 619 056	108 784,25	1 740 548
ES0413900244	Sant 4.375% 16/03/15	6	600 000	101,02	101 023,00	606 138	104 148,01	624 888
XS0291652203	Santan Float 2017	360	18 000 000	87,50	43 750,00	15 750 000	49 760,39	17 913 740
XS0491856265	SANT 3.5% 10/03/2015	635	31 750 000	96,42	48 210,97	30 613 964	51 701,47	32 830 435
XS0544546780	Santan 4.125% 10/17	787	39 350 000	99,12	49 560,04	39 003 748	55 201,91	43 443 904
XS0624668801	Sant 4.5% 18/05/2015	2	200 000	98,72	98 719,00	197 438	104 281,96	208 564
XS0651159484	Sant Cons Fin 09/16	562	28 100 000	89,20	44 597,61	25 063 858	51 002,00	28 663 122
XS0713861127	SANTA 3.381% 12/2015	94	9 400 000	93,96	93 962,87	8 832 510	102 743,15	9 657 856
XS1016635580	SANTAN 1,45% 29/1/16	1	100 000	99,98	99 975,00	99 975	102 268,77	102 269
	...							
	sub-total	3 421	205 200 000			196 446 410		214 275 913
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0,00		0,00
	sub-total	3 421	205 200 000			196 446 410,08		214 275 913,49
	total	436 007 638	247 434 923			245 631 438,60		269 058 227,33
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Ações							
PTCTT0AM0001	CIT Portugal SA	1 000			7,78	7 784	8,02	8 017
	...							
	sub-total	1 000	0			7 784		8 017
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
PTEXICEM0007	Explorer - II	70			19 901,76	1 387 220	7 015,24	488 986
PTEXIFEM0004	Explorer I	9			25 794,91	230 214	21 543,91	192 275
PTNOFAIM0008	Vision Escritórios	30 470			4,73	144 158	3,39	103 430
PTNORCIM0006	Logística e Distrib.	38 260			6,27	240 013	4,41	168 677
PTNOFJIM0009	Ibérica FEI Imobiliária	199 999			4,52	903 060	0,00	20

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
PTSELAIE0007	FI - Imosocial	36 155			6,64	240 008	7,23	261 473
PTSELDIM0004	FIIF Imosaúde	278 162			11,06	3 077 191	12,37	3 440 419
PTYSAFLM0006	Sant'Acções Portugal	12 141			20,89	253 606	21,73	263 817
PTYSATLM0000	MultiObrigações	18 194 509			5,88	106 922 706	5,54	100 850 379
	...							
	2.1.1.4 - Outros	sub-total	18 789 775	0		113 398 176		105 769 477
	...							
		sub-total	0	0		0		0
		sub-total	18 790 775	0		113 405 960		105 777 494
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTE3OE0017	OT 3.35% 10/15/15	2 080 700 000	20 807 000	93,03	0,01	19 357 685	0,01	21 457 583
PTOTE5OE0007	PGB 4.1% 04/15/37	178 000 000	1 780 000	82,78	0,01	1 473 465	0,01	1 937 918
PTOTE6OE0006	PGB 4.2% 15/10/2016	2 512 100 000	25 121 000	89,69	0,01	22 530 277	0,01	27 003 200
PTOTEAOE0021	PGB 4.95% 25/10/2023	1 146 600 000	11 466 000	113,91	0,01	13 061 247	0,01	13 673 800
PTOTECOE0029	OT 4.8% 15/06/2020	17 241 373 700	172 413 737	98,73	0,01	170 221 398	0,01	204 499 439
PTOTEMOE0027	PGB 4.75% 14/06/2019	7 921 900 000	79 219 000	87,85	0,01	69 593 412	0,01	92 335 218
PTOTENOE0018	PGB 4.45% 15/06/2018	15 910 770 000	159 107 700	97,02	0,01	154 365 526	0,01	180 216 817
PTOTEQOE0015	PGB 5.65% 15/2/24	569 000 000	5 690 000	109,80	0,01	6 247 841	0,01	7 314 235
PTOTEYOE0007	PGB 3.85% 15/04/2021	7 069 300 000	70 693 000	84,60	0,01	59 807 705	0,01	80 354 622
PTPBTFGE0028	PORTB 0% 17/4/15	35 249 000	35 249 000	99,45	0,99	35 054 332	1,00	35 211 389
PTPBTGGE0027	PORTB 0% 18/9/15	3 619 000	3 619 000	99,77	1,00	3 610 631	1,00	3 612 629
PTPBTMGE0011	PORTB 0% 20/3/15	23 403 000	23 403 000	99,50	1,00	23 286 247	1,00	23 393 920
	...							
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos	sub-total	54 692 014 700	608 568 437		578 609 765		691 010 409
	...							
		sub-total	0	0		0		0
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTBENJOM0015	BESPL 4.75% 15/1/18	19	1 900 000	98,50	98 502,63	1 871 550	103 067,81	1 958 288
PTBRIHOM0001	Brisa 4.5% 12/16	609	30 450 000	93,43	46 716,17	28 450 148	53 471,44	32 564 106
PTBSSBOE0012	BRCORO 3.875% 1/4/21	115	11 500 000	101,94	101 944,05	11 723 566	113 314,52	13 031 170
PTBSSGOE0009	BRCORO 6.875% 04/18	4	400 000	106,19	106 187,50	424 750	122 675,96	490 704
PTCG2AOM0009	CGD 4.455% 20/08/17	10 000	10 000 000	100,00	1 000,00	10 000 000	1 090,36	10 903 638
PTCG32OM0004	CGD 8% 28/09/2015	14 099	14 099 000	100,00	1 000,00	14 099 000	1 069,12	15 073 550
PTCGHAE0019	CXGD 3% 15/1/19	20	2 000 000	100,03	100 028,00	2 000 560	112 061,93	2 241 239
PTCGHUOE0015	CXGD 3.75% 18/1/18	6	600 000	99,62	99 620,00	597 720	112 989,34	677 936
PTGALJOE0008	GALP 3% 14/1/21	179	17 900 000	100,48	100 483,85	17 986 610	99 585,48	17 825 801
PTRELBEO0017	RENEP 4.125% 31/1/18	89	8 900 000	101,86	101 859,48	9 065 494	111 915,96	9 960 520
XS0214446188	REFER 4% 03/16/15	175	8 750 000	99,58	49 789,50	8 713 163	51 595,63	9 029 236
	...							
		sub-total	25 315	106 499 000		104 932 560		113 756 187
	2.2 - Títulos estrangeiros	sub-total	54 692 040 015	715 067 437		683 542 326		804 766 596
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 - Acções							
ES0124244E34	MAP SMEQUITY	6 794			3,05	20 722	2,81	19 112
IT0004623051	PIRELLI & C. E. Equity	891			11,60	10 338	11,21	9 988
US6516391066	Newmont Mining Corp	799			17,36	13 868	15,51	12 392
	...							
	2.2.1.2 - Títulos de participação	sub-total	8 484	0		44 929		41 492
	...							
		sub-total	0	0		0		0
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
FR0007054358	Lyxor ETF € Stoxx 50	14 894			29,32	436 696	31,16	464 023
FR0010251744	LYXOR ETF IBEX 35	990			106,73	105 666	101,93	100 911
GB00B3D8PZ13	Thread Focus-Cred Op	136 500			1,20	163 118	1,27	173 246
IE00B4L5ZG21	Ishares Euro Corp EF	927			114,54	106 175	116,77	108 246
IE00B520FS27	SALAR FUND PLC E1€	1 246			133,03	165 705	139,47	173 727
IE00B5BHGWR80	MUZINICH HY FUND	892			117,72	105 000	116,39	103 814
IE00B5BMR087	ISHARES SP500 ETF	5 935			124,07	736 379	156,58	929 302
IE00B5M4WH52	ISH EM LOCAL GOV BND	3 380			62,08	209 834	60,30	203 814
LU0100598282	INVESCO PAN EUR EQ	8 217			18,99	156 000	19,24	158 092
LU0225434231	Lux Invest Plus - B	2 353			1 172,07	2 757 344	0,00	0
LU0235308482	Aiken Fd - Eur Opp- R	430			129,32	55 664	203,62	87 645
LU0312333569	ROBECO EURO CONSV EQ	1 014			138,13	140 000	141,09	143 000
LU0510167264	ROBECO US LARGE EQ	4 057			45,11	183 000	52,92	214 683
LU0568619042	AMUNDI MAC FOREX	132			1 058,91	140 000	1 054,28	139 387
	...							
	2.2.1.4 - Outros	sub-total	180 966	0		5 460 579		2 999 889
	...							
		sub-total	0	0		0		0
		sub-total	189 450	0		5 505 508		3 041 381
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
BE0000308172	BGB 4% 28/03/2022	14 000 000	140 000	109,87	0,01	153 814	0,01	179 407
DE0001135267	DBR 3.75% 01/04/15	10 000 000	100 000	97,07	0,01	97 065	0,01	103 705
DE0001135432	DBR 3.25% 04/07/2042	65 000 000	650 000	101,16	0,01	657 540	0,01	946 346
DE0001142032	DBR 0% 07/2027	164 700 000	1 647 000	43,28	0,00	712 819	0,01	1 479 648
DE0001142263	DBRR 0% 04/2037	286 500 000	2 865 000	29,95	0,00	857 953	0,01	2 104 228

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total
ES00000120G4	SPGB 3.15% 01/16	14 012	14 012 000	98,30	982,99	13 773 658	1 059,00	14 838 721
ES00000120J8	SPGB 3.8% 31/01/2017	15 380	15 380 000	98,10	981,02	15 088 013	1 104,15	16 981 776
ES00000121A5	SPGB 4.1% 30/7/18	2 774	2 774 000	106,67	1 066,70	2 959 026	1 137,83	3 156 343
ES00000121G2	SPGB 4.8% 31/1/24	805	805 000	112,83	1 128,32	908 295	1 324,24	1 066 017
ES00000121L2	SPGB 4.6% 30/7/19	9 404	9 404 000	108,57	1 085,74	10 210 306	1 187,03	11 162 870
ES00000121O6	SPGB 4.3% 31/10/19	3 735	3 735 000	106,54	1 065,39	3 979 232	1 162,43	4 341 691
ES00000122D7	SPGB 4% 30/4/20	9 622	9 622 000	104,50	1 044,98	10 054 753	1 177,71	11 331 915
ES00000122E5	SPGB 4.65% 30/7/25	2 600	2 600 000	123,71	1 237,10	3 216 447	1 296,44	3 370 735
ES00000122T3	SPGB 4.85% 31/10/20	17 122	17 122 000	108,74	1 087,37	18 617 997	1 223,62	20 950 794
ES00000123B9	SPGB 5.5% 30/4/21	5 863	5 863 000	119,89	1 198,91	7 029 190	1 302,34	7 635 611
ES00000123J2	SPGB 4.25% 31/10/16	3 745	3 745 000	106,47	1 064,72	3 987 376	1 076,85	4 032 800
ES00000123K0	SPGB 5.85% 31/01/22	2 800	2 800 000	129,26	1 292,59	3 619 252	1 371,74	3 840 877
ES00000123L8	SPGB 4% 30/07/2015	11 831	11 831 000	104,44	1 044,43	12 356 651	1 037,85	12 278 760
ES00000123P9	SPGB 3.75% 31/10/15	12 056	12 056 000	104,33	1 043,31	12 578 160	1 034,35	12 470 122
ES00000123Q7	SPGB 4.5% 31/1/18	6 627	6 627 000	107,93	1 079,30	7 152 498	1 158,55	7 677 720
ES00000123T1	SPGB 2.75% 31/3/15	5 413	5 413 000	102,25	1 022,46	5 534 572	1 026,51	5 556 523
ES00000123W5	SPGB 3.3% 30/7/16	7 713	7 713 000	103,66	1 036,57	7 995 064	1 059,20	8 169 638
ES00000123X3	SPGB 4.4% 31/10/23	4 047	4 047 000	121,25	1 212,46	4 906 805	1 251,39	5 064 391
ES00000124B7	SPGB 3.75% 31/10/18	5 866	5 866 000	104,13	1 041,28	6 108 175	1 116,12	6 547 159
ES00000124V5	SPGB 2.75% 30/4/19	1 300	1 300 000	105,02	1 050,17	1 365 221	1 103,54	1 434 608
ES00000126A4	SPGB 1.8% 30/11/24	200	200 000	99,54	995,44	199 089	1 109,79	221 958
ES00000126B2	SPGB 2.75% 31/10/24	4 100	4 100 000	107,22	1 072,21	4 396 069	1 108,01	4 542 846
ES00000126V0	SPGB 0.5% 31/10/17	2 800	2 800 000	99,75	997,54	2 793 112	998,63	2 796 162
ES00000127B3	SPGB 5.5% 07/17	6 705	6 705 000	111,31	1 113,08	7 463 212	1 150,01	7 710 791
ES0000012916	SPGB 4.4% 31/1/15	3 944	3 944 000	104,27	1 042,74	4 112 567	1 042,92	4 113 291
ES0L01502209	SGLT 0% 20/2/15	11	11 000	99,52	995,18	10 947	999,95	10 999
ES0L01504106	SGLT 0% 10/4/15	3 142	3 142 000	99,94	999,41	3 140 148	999,57	3 140 649
ES0L01506192	SGLT 0% 19/6/15	65	65 000	99,92	999,16	64 945	999,07	64 940
ES0L01509188	SGLT 0% 18/9/15	10	10 000	99,81	998,12	9 981	997,53	9 975
ES0L01510160	SGLT 0% 16/10/15	449	449 000	99,74	997,36	447 815	998,23	448 205
ES0L01512117	SGLT 0% 11/12/15	25	25 000	99,61	996,11	24 903	997,32	24 933
FR0000187361	FRTR 5% 10/25/16	494 000	494 000	109,97	1,10	543 232	1,10	543 398
FR0000187387	FRTRR 0 10/25/16	10 000 000	10 000 000	68,85	0,69	6 884 800	1,00	9 991 100
FR0000570855	FRTRS 0% 04/25/16	13 200 000	3 300 000	67,44	0,17	2 225 520	0,25	3 296 535
FR0000570939	FRTRR 0% 10/25/19	30 430 000	30 430 000	54,73	0,55	16 654 775	0,99	30 171 193
FR0000570988	FRTRS 0% 10/25/20	17 200 000	4 300 000	53,29	0,13	2 291 590	0,25	4 258 247
FR0000578536	FRTR 0 25/10/32	4 650 000	4 650 000	39,32	0,39	1 828 566	0,73	3 417 239
FR0000578544	FRTRS 0% 10/25/26	36 000 000	9 000 000	37,36	0,09	3 362 040	0,22	7 866 090
FR0010163329	CADES 3.625% 04/15	4 995	4 995 000	101,55	1 015,50	5 072 423	1 036,05	5 175 060
FR0010172494	France OAT Strip 44	6 000 000	1 500 000	24,41	0,06	366 150	0,14	816 855
FR0122411004	BTF 0% 20/8/15	50 000	50 000	100,02	1,00	50 010	1,00	50 006
IT0000366655	BTPS 9% 1/11/23	257 100 000	2 571 000	158,29	0,02	4 069 661	0,02	4 141 407
IT0001247243	BTPSS 01/11/2019	200 000 000	2 000 000	67,69	0,01	1 353 780	0,01	1 883 034
IT0001278511	BTPS 5.25% 01/11/29	20 000 000	200 000	106,19	0,01	212 388	0,01	267 695
IT0003844534	BTPS 3 % 01/08/15	264	264 000	103,30	1 032,98	272 707	1 033,24	272 776
IT0004009673	BTPS 3.75% 1/8/21	2 561	2 561 000	113,33	1 133,26	2 902 279	1 166,13	2 986 462
IT0004019581	BTPS 3.75% 1/8/16	3 750	3 750 000	105,34	1 053,36	3 950 100	1 067,02	4 001 329
IT0004356843	BTPS 4.75% 1/8/23	1 376	1 376 000	120,59	1 205,89	1 659 305	1 261,74	1 736 152
IT0004594930	BTPS 4% 1/9/20	183	183 000	114,98	1 149,84	210 421	1 171,74	214 429
IT0004615917	BTPS 3% 15/6/15	500	500 000	101,59	1 015,87	507 935	1 013,34	506 671
IT0004620305	CCTS float 15/12/15	1 750	1 750 000	99,66	996,56	1 743 980	1 005,01	1 758 772
IT0004656275	BTPS 3% 1/11/15	1 700	1 700 000	102,52	1 025,17	1 742 789	1 026,92	1 745 756
IT0004759673	BTPS 5% 1/3/22	34 556	34 556 000	118,53	1 185,28	40 958 607	1 259,78	43 532 986
IT0004801541	BTPS 5.5% 1/9/22	1 326	1 326 000	125,59	1 255,92	1 665 350	1 302,02	1 726 473
IT0004848435	BTPSH 0 1/11/2023	1 342 000 000	13 420 000	33,20	0,00	4 455 037	0,01	11 329 848
IT0004848492	BTPSH 0 1/5/2031	1 341 000 000	13 410 000	23,02	0,00	3 086 415	0,01	8 341 771
IT0004907843	BTPS 3.5% 1/6/18	167	167 000	109,76	1 097,63	183 304	1 095,55	182 957
IT0004922909	CCTS FLOAT 1/11/18	3 500	3 500 000	100,96	1 009,62	3 533 660	1 043,80	3 653 293
IT0004938186	ICIZ 0% 30/6/15	50	50 000	99,82	998,20	49 910	998,64	49 932
IT0004953417	BTPS 4.5% 1/3/24	100	100 000	115,59	1 155,92	115 592	1 245,82	124 582
IT0004960826	BTPS 2.75% 15/11/16	2 450	2 450 000	104,23	1 042,28	2 553 586	1 044,65	2 559 394
IT0004978208	ICIZ 0% 31/12/15	25	25 000	99,42	994,15	24 854	995,33	24 883
IT0004987191	BTPS 1,5% 15/12/16	127	127 000	102,31	1 023,05	129 927	1 020,11	129 554
IT0005020778	ICIZ 0% 29/4/16	43	43 000	99,33	993,28	42 711	993,53	42 722
IT0005023459	BTPS 1.15% 15/5/17	238	238 000	101,14	1 011,38	240 707	1 013,75	241 273
IT0005030504	BTPS 1.5% 1/8/19	162	162 000	101,93	1 019,27	165 122	1 030,99	167 020
IT0005057499	BOTS 0% 14/10/15	474	474 000	99,72	997,16	472 655	997,91	473 007
NL0008819671	NETHER 2.5% 15/1/17	390 000	390 000	106,07	1,06	413 654	1,08	419 387
2.2.2.2 - De outros emissores públicos		sub-total	3 818 938 463	325 580 000		292 578 212		347 906 439
2.2.2.3 - De outros emissores		sub-total	0	0		0		0
2.2.2.3 - De outros emissores								
DE000356911	DEU PF 6% 09/14/15	11 862	11 862 000	111,27	1 112,75	13 199 404	1 058,98	12 561 595
DE000A0DME01	DEU PF 3.75% 04/15	10 070	10 070 000	93,43	934,35	9 408 871	1 037,05	10 443 128
DE000A13SL18	SAP FLOAT 20/11/18	300	300 000	100,00	1 000,00	300 000	1 003,23	300 970
DE000A1C92S3	MEGR 4.25% 22/2/17	300	300 000	109,82	1 098,16	329 448	1 106,45	331 934
DE000EH0A2E9	EURHYP 3.25% 10/15	14 240	14 240 000	93,83	938,30	13 361 455	1 031,63	14 690 351
DE000NRW1X31	NRW 3.5% 11/16/15	14 033	14 033 000	95,36	953,56	13 381 309	1 034,55	14 517 854
DE000WLB2WL3	ERST 3.625 01/2015	12 495	12 495 000	96,67	966,67	12 078 524	1 035,87	12 943 177
ES0313212021	SABSM 4.5% 9/3/17	6	300 000	99,75	49 875,00	299 250	51 766,99	310 062
ES0314100068	Kutxa Bk 4.38 09/15	2	200 000	104,85	104 850,00	209 700	103 867,00	207 734
ES0340609140	CABK 3.25% 22/1/16	8	800 000	101,82	101 820,50	814 564	106 033,01	848 264
ES0340609215	CABK 2.5% 18/4/17	11	1 100 000	101,80	101 799,00	1 119 789	105 957,12	1 165 528



IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
ES0371622004	CEDTDA FLOAT 8/4/16	5	500 000	98,29	98 290,00	491 450	99 216,82	496 084
ES0378641031	FADE 5,6% 17/9/18	1	100 000	118,75	118 750,00	118 750	119 039,30	119 039
ES0378641189	FADE 2,25% 17/12/16	4	400 000	99,90	99 896,00	399 584	103 274,47	413 098
ES0378641197	FADE 1,875% 17/9/17	7	700 000	99,76	99 762,00	698 334	103 689,52	725 827
ES0413056047	BMARE 3,125% 21/1/19	1	100 000	99,87	99 872,00	99 872	112 913,77	112 914
ES0413211121	BBVA 3,5% 24/1/21	8	800 000	108,97	108 965,00	871 720	120 294,45	962 356
ES0413679202	BKT 3,875% 30/10/15	9	450 000	103,10	51 547,50	463 928	51 748,92	465 740
ES0413679269	BKT 2,75% 26/7/16	18	1 800 000	101,93	101 927,78	1 834 700	104 712,95	1 884 833
ES0413790074	POP 4,125% 9/4/18	3	150 000	110,47	55 232,50	165 698	57 203,73	171 611
ES0440609248	CABK 2,625% 21/3/24	10	1 000 000	99,53	99 532,00	995 320	115 196,85	1 151 968
ES0443307048	KUTXAB 1,75% 27/5/21	9	900 000	100,69	100 690,00	906 210	107 233,00	965 097
FR0010231357	DEXMA 3,125% 09/15	14 372	14 372 000	92,66	926,58	13 316 775	1 030,09	14 804 404
FR0010271148	CFE 3,375% 01/18/16	14 363	14 363 000	93,76	937,55	13 466 092	1 065,58	15 304 898
FR0011236983	PFPF 3,125% 23/04/19	650	650 000	105,58	1 055,84	686 296	1 125,08	731 303
FR0011321926	EDF 2,125% 20/9/19	6	600 000	102,60	102 601,00	615 606	108 222,66	649 336
FR0011693001	ARRFP 2,25% 16/1/20	5	500 000	99,34	99 342,00	496 710	108 950,53	544 753
FR0011781764	BPCE 2,125% 17/3/21	7	700 000	99,69	99 685,00	697 795	109 657,36	767 601
FR0011859396	AUCHAN 1,75% 23/4/21	5	500 000	99,48	99 479,00	497 395	107 132,22	535 661
FR0011906973	BPCE FLOAT 16/5/16	1	100 000	100,18	100 181,00	100 181	100 187,25	100 187
FR0011911239	GSZFP 1,375% 19/5/20	5	500 000	99,35	99 345,00	496 725	105 283,14	526 416
FR0012018851	BPCE Var 08/07/26	2	200 000	99,61	99 605,00	199 210	102 641,56	205 283
FR0012173144	RENAU 1,125% 30/9/19	750	750 000	99,84	998,36	748 770	1 018,59	763 940
FR0012236677	VPARK 1,25% 16/10/20	5	500 000	99,79	99 793,00	498 965	101 561,70	507 808
FR0012283633	LIFP 1,75% 6/11/24	4	400 000	99,22	99 221,00	396 884	102 560,49	410 242
FR0012300820	ARRFP 1,125% 15/1/21	5	500 000	99,61	99 611,00	498 055	100 598,70	502 993
FR0012332203	MERY 1,787% 31/3/23	3	300 000	100,00	100 000,00	300 000	101 496,88	304 491
IT0004576994	ELELM Float 02/20/16	750	750 000	95,49	954,88	716 160	1 005,44	754 080
IT0004655483	UBI FLOAT 20/12/15	3	150 000	99,90	49 950,00	149 850	49 709,53	149 129
IT0004854060	UCGIM 0% 31/10/17	56	56 000	95,03	950,28	53 216	954,01	53 425
IT0004965346	BPEI 3,375% 22/10/18	730	730 000	99,79	997,91	728 474	1 109,47	809 910
IT0005000374	CRDEM 1,875% 27/2/19	371	371 000	99,86	998,58	370 473	1 070,53	397 167
IT0005028052	BACRE 1,125% 17/6/19	500	500 000	99,57	995,66	497 830	1 029,90	514 951
IT0005066763	CRDEM 0,875% 5/11/21	500	500 000	99,52	995,15	497 575	1 007,41	503 706
NL0009056563	RBS 0% 26/6/16	40	40 000	98,80	988,00	39 520	981,21	39 248
US38141GEE08	G.Sachs 5,35% 01/16	12 744	12 744 000	81,57	815,72	10 395 501	879,19	11 204 448
XS0165449736	HBOS 4,875% 2015	8 700	8 700 000	102,08	1 020,81	8 881 013	1 042,94	9 073 597
XS0167127447	RBS 4,875% 04/22/15	1 853	1 853 000	110,84	1 108,40	2 053 865	1 045,17	1 936 709
XS0195376925	CXGD Float 06/4/9	54 000	54 000 000	84,78	847,79	45 780 400	460,00	24 840 000
XS0211034466	Goldman Sachs 02/15	160	160 000	99,98	999,80	159 968	1 001,17	160 188
XS0211034540	GS 4% Feb 2015	10 272	10 272 000	90,87	908,72	9 334 333	1 039,65	10 679 317
XS0212401920	CRDIT Float 02/15	2 149	21 490 000	100,25	10 025,15	21 544 044	10 001,10	21 492 373
XS0213425308	JPM Float 03/15	241	12 050 000	100,40	50 201,72	12 098 615	50 033,83	12 058 154
XS0213590093	CitiGroup 10/03/2015	324	32 400 000	100,00	100 000,00	32 400 000	102 897,27	33 338 716
XS0215743252	ISPIM 3,875% 04/15	443	22 150 000	95,04	47 519,09	21 050 957	51 519,76	22 823 254
XS0215823369	BAC 4% 03/23/15	627	31 350 000	98,27	49 134,74	30 807 479	51 951,16	32 573 380
XS0215828913	PORTEL 4,375% 03/17	38 705	38 705 000	79,67	796,66	30 834 897	1 065,72	41 248 740
XS0221295628	E dp Finance 3,75% 15	25 814	25 814 000	101,18	1 011,81	26 118 901	1 030,83	26 609 814
XS0223447227	EDP 4,125% 29/06/20	26 097	26 097 000	86,16	861,56	22 484 060	1 127,27	29 418 347
XS0226062981	Citi 3,5% 08/05/15	320	320 000	99,80	998,03	319 371	1 032,80	330 495
XS0230957424	CXGD Float 49-15	18 750	18 750 000	77,51	775,10	14 533 050	460,00	8 625 000
XS0231555672	JP Morgan Float /15	8	400 000	98,01	49 003,93	392 031	49 928,22	399 426
XS0233976413	Elifas 196 7/11/15	7 064	7 064 000	99,93	999,32	7 059 166	930,71	6 574 542
XS0241369577	CRDIT 3,95% 02/16	80	4 000 000	88,00	44 000,00	3 520 000	52 807,26	4 224 581
XS0256997007	ELE POR 4,625% 6/16	9 705	9 705 000	99,35	993,49	9 641 820	1 073,00	10 413 425
XS0276769444	MS VAR dec 2016	750	750 000	97,65	976,50	732 375	991,13	743 345
XS0335880463	JPM 5,25% 01/14/15	60	3 000 000	99,63	49 814,50	2 988 870	52 238,51	3 134 310
XS0353643744	HSBC 6,25% 19/3/18	20	1 000 000	117,29	58 645,65	1 172 913	60 238,25	1 204 765
XS0435879605	ELEPOR 4,75% 09/16	32 074	32 074 000	86,50	864,99	27 743 596	1 071,72	34 374 453
XS0462994343	PORTEL 5% 11/04/19	73 822	73 822 000	78,48	784,83	57 937 739	1 052,03	77 662 813
XS0479541699	GAS 4,125% 26/1/18	16	800 000	110,78	55 391,00	886 256	57 268,08	916 289
XS0479542150	GASSM 3,375% 27/1/15	40	2 000 000	103,49	51 745,00	2 069 800	51 657,29	2 066 292
XS0479542580	GAS 4,5% 27/1/20	330	16 500 000	106,71	53 355,25	17 607 231	61 215,23	20 201 025
XS0486101024	TTIM 5,25% 10/2/22	494	24 700 000	109,94	54 971,70	27 156 017	59 274,83	29 281 765
XS0495010133	EDP 3,25% 16/03/2015	27 628	27 628 000	88,01	880,06	24 314 282	1 029,41	28 440 566
XS0496281618	Rabobk 6,875% 03/20	6	300 000	105,70	52 850,00	317 100	62 087,33	372 524
XS0497179035	NDA 4,5% 26/3/2020	1 000	1 000 000	109,81	1 098,14	1 098 144	1 186,97	1 186 974
XS0519903743	AM 3,75% 28/6/17	900	900 000	108,25	1 082,52	974 265	1 098,73	988 859
XS0527238221	NWIDE 6,75% 22/7/20	1 100	1 100 000	117,81	1 178,14	1 295 953	1 277,44	1 405 188
XS0540187894	Telef 3,661% 09/17	285	14 250 000	87,85	43 923,73	12 518 262	54 622,93	15 567 535
XS0582801865	ICO 5,125% 25/01/16	900	900 000	105,86	1 058,61	952 751	1 096,63	986 967
XS0585904443	telefo 4,75% 7/2/17	15	1 500 000	109,53	109 532,71	1 642 991	112 781,49	1 691 722
XS0586598350	EDP 5,875% 01/02/16	55 669	55 669 000	89,82	898,21	50 002 194	1 102,95	61 400 139
XS0587805457	PT 5,625% 08/02/2016	49 147	49 147 000	87,76	877,60	43 131 285	1 084,43	53 296 340
XS0591586788	Reesm 4,75% 02/18	134	13 400 000	104,74	104 737,52	14 034 827	116 896,37	15 664 114
XS0594515966	MS 4,5% 02/16	1 300	1 300 000	106,82	1 068,21	1 388 673	1 084,66	1 410 052
XS0613543957	ICO 5% 05/07/2016	900	900 000	102,51	1 025,08	922 572	1 090,66	981 592
XS0614190477	IBESM 4,625% 04/20/17	82	8 200 000	94,59	94 586,81	7 756 118	112 496,56	9 224 718
XS0630463965	TTIM 4,75% 25/5/18	15 067	15 067 000	105,92	1 059,16	15 958 386	1 121,49	16 897 494
XS0718395089	REPSM 4,25% 12/02/16	9	900 000	105,93	105 934,33	953 409	107 844,96	970 605
XS0741942576	GasSM 5% 13/02/2018	178	17 800 000	100,55	100 550,70	17 898 025	117 849,96	20 977 293
XS0746276335	Telefo 4,797% 02/18	165	16 500 000	104,56	104 560,93	17 252 554	117 027,73	19 309 576
XS0767977811	IBESM 4,25% 11/10/18	49	4 900 000	107,52	107 517,80	5 268 372	114 094,79	5 590 645
XS0775870982	RENAUL 4,25% 27/4/17	700	700 000	108,15	1 081,50	757 050	1 107,29	775 105
XS0798555537	ENI 3,75% 27/6/19	1 700	1 700 000	112,62	1 126,18	1 914 050	1 153,75	1 961 367
XS0802960533	ISP 4,875% 10/7/15	1	100 000	105,01	105 005,00	105 005	104 496,33	104 496

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS0806449814	SNAM 5% 18/1/19	300	300 000	116,65	1 166,52	349 956	1 213,17	363 951
XS0829329506	ISPIIM 4.125% 19/9/16	14	1 400 000	105,61	105 609,15	1 478 528	107 020,34	1 498 285
XS0829721967	BBVA 4.375% 21/9/15	12	1 200 000	105,10	105 100,00	1 261 200	103 934,60	1 247 215
XS0831842645	ELEPOR 5.75% 09/17	27 739	27 739 000	105,19	1 051,90	29 178 596	1 129,33	31 326 386
XS0843300947	GASS 4.125% 24/4/17	8	800 000	108,40	108 400,00	867 200	111 139,95	889 120
XS0843393918	Portel 5.875% 04/18	26 339	26 339 000	103,42	1 034,24	27 240 956	1 117,56	29 435 497
XS0852993285	ISPIIM 4% 9/11/17	2 000	2 000 000	101,83	1 018,27	2 036 540	1 090,80	2 181 597
XS0853682069	SRGIM 3.5% 2/20	200	200 000	99,65	996,46	199 292	1 154,18	230 835
XS0864870398	ACAIF float 14/1/15	2	200 000	100,19	100 185,00	200 370	100 114,11	200 228
XS0867616459	SOCGEN FLOAT 27/5/15	1	100 000	99,96	99 962,00	99 962	100 084,18	100 084
XS0872702112	BBVA 3.75% 17/1/18	118	11 800 000	100,53	100 528,00	11 862 304	112 815,62	13 312 243
XS0879869187	IBESM 3.5% 1/2/21	175	17 500 000	101,53	101 529,76	17 767 708	117 606,74	20 581 179
XS0901738392	BBVA 3.25% 21/3/16	23	2 300 000	103,00	102 998,58	2 368 967	105 838,58	2 434 287
XS0907289978	TELEF 3.961% 26/3/21	95	9 500 000	99,80	99 802,85	9 481 271	120 662,43	11 462 931
XS0910360003	BNP FLOAT 3/4/15	160	160 000	100,06	1 000,58	160 093	1 001,23	160 197
XS0920369799	RABOBK FLOAT 22/4/15	160	160 000	100,10	1 001,00	160 160	1 000,99	160 159
XS0927581842	PORTEL 4.625% 8/5/20	24 147	24 147 000	101,47	1 014,73	24 502 604	1 042,20	25 165 944
XS0954026661	NAB float 19/7/16	100	100 000	99,99	999,85	99 985	1 003,42	100 342
XS0955112528	UCG float 24/7/15	3	300 000	99,90	99 901,00	299 703	100 084,18	302 593
XS0966078908	INTNED FLOAT 27/2/15	200	200 000	100,23	1 002,30	200 460	1 001,12	200 223
XS0968922764	ICO 2.375% 31/10/15	100	100 000	101,30	1 012,97	101 297	1 020,02	102 002
XS0970695572	EDP 4.875% 14/9/20	28 637	28 637 000	106,70	1 066,99	30 555 407	1 162,56	33 292 180
XS0972530561	ASML 3.375% 19/9/23	1 000	1 000 000	113,12	1 131,20	1 131 200	1 170,18	1 170 176
XS0973623514	UCG 3.625% 24/1/19	1 700	1 700 000	109,06	1 090,57	1 853 969	1 129,20	1 919 633
XS0982774399	REN 4.75% 16/10/20	26 808	26 808 000	106,62	1 066,19	28 582 456	1 151,09	30 858 435
XS0983853986	CS FLOAT 17/4/15	200	200 000	100,05	1 000,47	200 094	1 000,84	200 169
XS0995380580	EDP 4.125% 20/1/21	48 305	48 305 000	109,13	1 091,26	52 713 465	1 147,00	55 405 967
XS0997342562	ABN 2.125% 26/11/20	1 000	1 000 000	104,43	1 044,29	1 044 290	1 086,84	1 086 836
XS0997520258	ACAIF 2.375% 27/11/20	15	1 500 000	99,75	99 747,00	1 496 205	110 354,74	1 655 321
XS1014759648	ASGEN 2.875% 14/1/20	300	300 000	99,60	996,04	298 812	1 121,55	336 464
XS1017789089	ICO 1% 20/9/15	800	800 000	99,85	998,53	798 824	1 006,37	805 098
XS1020952435	TIT 4,5% 25/1/21	54 775	54 775 000	107,54	1 075,43	58 906 740	1 135,10	62 174 975
XS1040041649	HELLA 1.25% 7/9/17	1 500	1 500 000	101,10	1 011,00	1 516 500	1 021,99	1 532 989
XS1052683353	BMW FLOAT 4/4/17	160	160 000	100,43	1 004,30	160 688	1 004,22	160 675
XS1052843908	ENGSM 2,5% 11/4/22	3	300 000	99,71	99 707,00	299 121	111 423,07	334 269
XS1057055060	IBESM 2,5% 24/10/22	12	1 200 000	99,72	99 720,00	1 196 640	110 057,60	1 320 691
XS1057345651	EDP 2.625% 15/4/19	862	862 000	99,27	992,72	855 725	1 051,07	906 023
XS1069772082	RBK 2,5% 26/9/26	250	250 000	99,74	997,40	249 350	1 032,33	258 082
XS1075430741	BRTEL 1.125% 10/6/19	1 200	1 200 000	100,50	1 005,04	1 206 048	1 022,54	1 227 046
XS1075790367	ALD FLOAT 10/12/15	12	1 200 000	99,97	99 970,00	1 199 640	100 204,73	1 202 457
XS1077584024	RYAID 1.875% 17/8/21	800	800 000	103,50	1 034,98	827 984	1 051,69	841 353
XS1077772538	ISP 2% 18/6/21	600	600 000	99,86	998,55	599 130	1 050,15	630 093
XS1080078428	ING Bank 1,25% 12/19	1 500	1 500 000	99,75	997,50	1 496 250	1 031,14	1 546 711
XS1088129660	CRH 1.75% 16/7/21	1 000	1 000 000	99,82	998,24	998 240	1 045,13	1 045 133
XS1100048187	VW FLOAT 19/8/16	1	100 000	100,36	100 360,00	100 360	100 181,88	100 182
XS1105264821	BMW 0,5% 5/9/18	400	400 000	99,45	994,49	397 796	1 007,09	402 835
XS1105679366	UBS FLOAT 5/9/16	100	100 000	100,19	1 001,93	100 193	1 001,83	100 183
XS1105680703	UBS 1,25% 3/9/21	500	500 000	99,83	998,34	499 170	1 032,11	516 055
XS1110449458	JPM 1.375% 16/9/21	1 000	1 000 000	99,83	998,28	998 280	1 030,08	1 030 081
XS1111324700	EDP 2.625% 18/1/22	1 500	1 500 000	99,31	993,12	1 489 680	1 019,40	1 529 102
XS1112850125	PCLN 2.375% 23/9/24	500	500 000	99,06	990,63	495 315	1 066,25	533 123
XS1115479559	CS 1.375% 31/1/22	500	500 000	99,73	997,25	498 625	1 031,36	515 682
XS1116263325	GS 2.125% 30/9/24	200	200 000	99,80	998,04	199 608	1 048,64	209 729
XS1117452278	PLD 1.375% 7/10/20	400	400 000	99,83	998,34	399 336	1 015,41	406 164
XS1126183760	SNAM 1,5% 21/4/23	100	100 000	98,73	987,33	98 733	1 012,06	101 206
XS1128148845	CIT 1.375% 27/10/21	500	500 000	99,41	994,05	497 025	1 019,82	509 908
XS1130067140	WFC 1.125% 29/10/21	500	500 000	99,18	991,80	495 900	1 016,02	508 011
XS1130101931	GS FLOAT 29/10/19	1 000	1 000 000	99,85	998,51	998 510	1 003,93	1 003 930
XS1130127571	LPTY FLOAT 28/4/17	2 000	2 000 000	99,87	998,74	1 997 480	1 000,18	2 000 369
XS1132402709	HUWH 1.375% 31/10/21	200	200 000	99,75	997,48	199 496	1 013,88	202 775
XS1137512312	BACR 0.875% 14/11/17	1 000	1 000 000	99,97	999,73	999 730	996,96	996 961
XS1138360166	WAG 2.125% 20/11/26	500	500 000	99,21	992,13	496 065	1 022,60	511 298
XS1139091372	LLOYDS 1% 19/11/21	500	500 000	99,20	992,03	496 015	1 011,33	505 664
XS1139320151	MS FLOAT 19/11/19	1 000	1 000 000	99,85	998,51	998 510	1 000,02	1 000 022
XS1140478604	CS 0.625% 20/1/18	1 000	1 000 000	99,85	998,47	998 470	1 002,04	1 002 039
XS1146627473	AMSSM 0.625% 2/12/17	5	500 000	99,71	99 707,00	498 535	100 325,37	501 627
...								
sub-total		845 873	1 153 305 000			1 107 834 189		1 208 036 548
sub-total		3 819 784 336	1 478 885 000			1 400 412 401		1 555 942 988
2.3 - Derivados de negociação								
Swaps								47 074 772
Futuros								56 723
...								
sub-total		0	0			0		47 131 495
2.4 - Derivados de cobertura								
...								
sub-total		0	0			0		0
total		58 530 804 576	2 193 952 437			2 202 866 195		2 516 659 953
3.- TOTAL GERAL		58 966 812 214	2 441 387 360			2 448 497 633		2 785 718 181

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Valores em euros

Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>VIDA</b>	21 032 249	8 864 219	9 932 594	-2 235 436
<b>NÃO VIDA</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	14 052	18 234	3 614	7 796
INCÊNDIO E OUTROS DANOS				0
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL				0
- OUTRAS COBERTURAS				0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES				0
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL				0
CRÉDITO E CAUÇÃO				0
PROTECÇÃO JURÍDICA				0
ASSISTÊNCIA				0
DIVERSOS				0
<b>TOTAL</b>	14 052	18 234	3 614	7 796
<b>TOTAL GERAL</b>	21 046 300	8 882 453	9 936 207	-2 227 640

NOTAS:

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Valores em euros

Anexo 3

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos de prestação de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
<b>SEGURO DIRECTO</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	24 092	0	-9 509	14 583
INCÊNDIO E OUTROS DANOS				0
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL				0
- OUTRAS COBERTURAS				0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES				0
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL				0
CRÉDITO E CAUÇÃO				0
PROTECÇÃO JURÍDICA				0
ASSISTÊNCIA				0
DIVERSOS				0
<b>TOTAL</b>	14 052	18 234	3 614	7 796
<b>RESSEGURO ACEITE</b>				0
<b>TOTAL GERAL</b>	14 052	18 234	3 614	7 796

**DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS**

Valores em euros

**Anexo 4**

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos *	Prémios brutos adquiridos *	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de Resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	998 506	1 006 703	14 583	215 746	-223 712
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	0	0	0	0	0
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	0	0	0	0	0
- OUTRAS COBERTURAS	0	0	0	0	0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	0	0	0	0	0
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	0	0	0	0	0
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	0	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA	0	0	0	0	0
DIVERSOS	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>998 506</b>	<b>1 006 703</b>	<b>14 583</b>	<b>215 746</b>	<b>-223 712</b>
RESSEGURO ACEITE	0	0	0	0	0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>998 506</b>	<b>1 006 703</b>	<b>14 583</b>	<b>215 746</b>	<b>-223 712</b>

NOTAS:

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

Relatório e Parecer  
do  
Conselho Fiscal



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da **SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA (Companhia)**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2014.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão e a atividade desenvolvida pela **Companhia**, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como pela leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efetuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas, do Director Financeiro e ainda dos Directores de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e da Auditoria Interna do Grupo Santander Totta e obteve todos os esclarecimentos solicitados.
3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal, não tendo detetado situações de incumprimento, e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.
4. O Conselho Fiscal apreciou a documentação que lhe foi apresentada, relativa ao designado projeto Douro, de que resultou a constituição de duas novas companhias de seguros, a Aegon Santander Portugal Vida, Companhia de Seguros de Vida, S. A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, Companhia de Seguros S. A., participadas em 49% pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. e o reconhecimento de mais-valias de 31.850 milhares de euros.
5. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo.
6. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a Demonstração das variações do capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da **Companhia** no fim do exercício, e ao modo como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.
7. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

## PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da **SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA**, aprove:

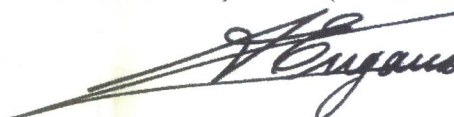
- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas do exercício de 2014;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 26 de Março de 2015

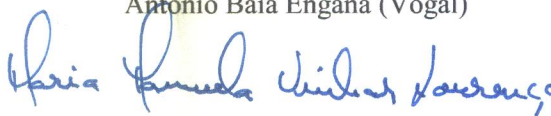
### O CONSELHO FISCAL



José Duarte Assunção Dias (Presidente)



António Baia Engana (Vogal)



Maria Manuela da Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)

Certificação  
legal  
de contas



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Companhia”), uma entidade detida integralmente pela Santander Totta – SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 que evidencia um total de 4.116.078.711 euros e capitais próprios de 174.931.380 euros, incluindo um resultado líquido de 10.200.039 euros, a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PA

**Opinião**

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2014, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador (Nota 2).

**Ênfase**

5. Os rendimentos gerados através do investimento do valor das prestações acessórias concedidas pelo acionista único da Sociedade não foram até à data suficientes, face ao desempenho dos ativos que adquiriu, para compensar as perdas verificadas num conjunto de produtos unit linked bastante afetados por desvalorizações das respetivas carteiras de ativos ocorridas maioritariamente em períodos de elevada perturbação nos mercados financeiros. Neste sentido, tendo por finalidade a proteção da sua base de clientes e como medida de carácter excecional, a Companhia decidiu suportar um custo de 1.100.000 euros correspondente à diferença entre os rendimentos indicativos comunicados aos clientes e o valor gerado pela carteira afeta a um produto que se venceu em dezembro de 2014, bem como proceder à constituição de provisões para fazer face a encargos prováveis de natureza similar com um conjunto de produtos ainda não vencidos em 31 de dezembro de 2014 e que estima poderem vir a ascender a 18.580.000 euros (Notas 12 e 16).

**Relato sobre outros requisitos legais**

6. É também nossa opinião que a informação financeira de 2014 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 26 de março de 2015

  
\_\_\_\_\_  
Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes

Relatório sobre a  
estrutura e Práticas  
de governo societário

## **RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO**

### **(SANTANDER TOTTA SEGUROS)**

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais.

1. O capital social da Santander Totta Seguros (STS) é detido na totalidade pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA, a qual é directamente dominada pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa Holding, SL, que nela detêm uma percentagem de 99,848%.

Por sua vez a Sociedade Santusa é totalmente dominada pelo Banco Santander SA que, assim, é, indirectamente dominante do Banco Santander Totta, SA.

2. As acções representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respectivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, consequentemente, acções privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das acções, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

3. Para que os accionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem proceder ao averbamento ou registo, conforme os casos, das acções nos registos da sociedade até oito dias antes da realização da reunião.
4. Tendo em conta o facto de o capital ser totalmente detido por uma única accionista, inexistem, consequentemente quaisquer acordos parassociais.
5. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 3º, nº 1 do Dec.-Lei nº 225/2008, de 20 de Novembro, com referência ao artº 2º, al. G) mesmo diploma e ao art. 278º, nº 1, al. A) do Código das Sociedades Comerciais.

Nos termos do artigo 407<sup>a</sup> do Código das Sociedades e ao abrigo do Estatuto da Sociedade, em 2013 o Conselho de Administração delegou a gestão corrente da sociedade no Administrador Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respectivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidos regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

6. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição accionista do Banco ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmem aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

## ***7. As principais áreas organizacionais da Seguradora são:***

- Técnica e de Gestão de Riscos - Assegura: a criação, a concepção, o desenho e a parametrização dos produtos de seguro do ponto de vista técnico, e a sua implementação no sistema informático da Seguradora, bem como promove a implementação da política de gestão de riscos de acordo com os princípios definidos pela Divisão Global de Seguros do Santander e Instituto de Seguros de Portugal. Também tem a responsabilidade da preparação da informação de gestão da Seguradora;
- Produtos - Área que tem como objectivo assegurar a concepção de Produtos de Seguro, desenho, parametrização, documentação e implementação, em articulação com as áreas do Banco Santander Totta (BST);
- Comercial - Promove a dinamização comercial junto da Rede, de produtos e de campanhas. Articula com as diversas Direcções do BST, o estabelecimento de objectivos, planos de incentivos e campanhas e promove o seguimento do cumprimento dos mesmos. Assegura a difusão de melhores práticas ao nível da

rede comercial do BST com vista à prossecução dos objectivos negociados e da melhoria das assimetrias;

- Financeira - Assegura a fiabilidade contabilística, a elaboração das demonstrações financeiras nas várias vertentes, os reportes contabilísticos e os reportes às entidades reguladoras. Assegura a elaboração e análise do orçamento e dos mapas de controlo de gestão orçamental, bem como a gestão de cobranças;
- Operacional - Nesta área é assegurado o adequado processamento das operações nas vertentes de subscrição, análise de risco e gestão de carteira e tratamento de sinistros, ou seja é efectuada toda a actividade operativa desenvolvida no Segurador;
- Controlo Interno – Coordena e promove a actualização permanente do Modelo de Controlo Interno (MCI) por mudanças organizativas, tecnológicas, normativas, novos produtos ou negócios, quer de acordo com os padrões previstos na Lei Sarbanes-Oxley (SOX) quer de acordo com os definidos pela Divisão Global de Seguros do Grupo Santander e pelo Instituto de Seguros de Portugal. Analisa e valoriza as incidências detectadas e efectua o seguimento dos planos de acção para a resolução das mesmas. Assegura o controlo interno dos riscos de mercado, de crédito e de liquidez;
- Qualidade – Promove a implementação e acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade, intervém nos processos com impacto na qualidade de serviço através de avaliações de satisfação de clientes, da qualidade de serviço prestada e dos níveis de serviço internos e externos. Controla o processo de Gestão de Reclamações.
- Clientes e Segmentos – Analisa e segmenta os Clientes com base nas suas necessidades, motivações de compra e valor ou potencial de rentabilidade, desenha acções, campanhas de marketing e planos de Acção Comercial para incrementar o valor do negócio, através de estratégias de captação, fidelização, retenção ou migração dos clientes para patamares adequados de rentabilidade. Define a estratégia de Marketing e de Comunicação com Clientes. Desenvolve e implementa estratégias de Retenção dos Clientes e Planos de Boa Venda, em articulação com as áreas de Qualidade e Comercial da Santander Totta Seguros, de forma a minimizar as anulações e reclamações dos Clientes.

#### **8. *O modelo global de governo da sociedade é o que consta nos pontos anteriores***

Destacam-se múltiplos Comitês de base interdisciplinar que fazem o seguimento e controlo de toda a actividade da companhia.

Indicam-se seguidamente os principais com a síntese das correspondentes funções.

### **Comité de Direcção**

Assegura a coordenação e dinamização da cooperação entre os vários serviços com competências em matéria de planeamento, estratégia e avaliação, procedendo ao seguimento e monitorização da actividade global da Companhia.

### **Comité de Compliance**

Procede ao seguimento, monitorização e controlo dos riscos de cumprimento. Promove o seguimento das relações com as Entidades de Supervisão, controlando a efectivação das recomendações que daí sejam provenientes.

### **Comité de Produtos**

Análise e avaliação de propostas de alteração ou de novos produtos a desenvolver e incorporar na oferta. Seguimento do processo de aprovação. Acompanhamento dos lançamentos e seguimento de eventuais incidências.

### **Comité de Riscos**

Analisa e controla os diversos riscos e cumprimento dos limites de exposição a cada risco, aprova os procedimentos e controlos para prevenir ou mitigar os riscos existentes.

### **Comité de Investimentos**

Monitorização da gestão das carteiras de investimento em função da estratégia de alocação de activos definida, limites e política de investimentos. Optimizar a gestão financeira e a rentabilidade dos capitais próprios.

### **Comité de Controlo Interno**

Monitorizar o cumprimento do normativo interno e externo. Identificar falhas no modelo de controlo e propor acções correctivas promovendo um ambiente de controlo e cumprimento.

### **Comité de Qualidade**

Análise dos diversos indicadores de Controlo Interno de Qualidade das principais áreas da Companhia. Identificar pontos de melhoria, bem como estabelecer Projectos de Melhoria de Qualidade e promover o seu seguimento.

### **Comité Operacional**

Estabelecer e acompanhar a implementação de medidas de controlo e mitigação do risco tecnológico e operacional.

9. **A STS cumpre integralmente a norma 14/2005-R de 29/11/2005 do ISP relativa aos Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno das Empresas de Seguros.**

O Conselho de Administração é o responsável máximo da Gestão de Riscos na Santander Totta Seguros. As suas responsabilidades nesta matéria são as seguintes:

- Definir a estratégia global de riscos tendo em conta a evolução dos negócios e os objectivos de rentabilidade desejados que são orientados de acordo com o binómio risco / rentabilidade;
- Definir o apetite pelo risco mediante o estabelecimento de níveis de solvência objectivos;
- Definir a estratégia de investimentos e a política referente à disposição e apetite pelo risco da mesma para a tomada de posições no mercado dos seus investimentos a respeito das suas obrigações de passivo a cada momento;
- Aprovar as diversas políticas de Gestão de Riscos e garantir a sua adequação às actividades desenvolvidas.

O Conselho de Administração deve sempre assegurar uma adequada organização dedicada à gestão de riscos transversal a toda a organização e assegurar que esta se encontra dotada com suficientes e apropriados recursos.

O Gabinete de Gestão de Riscos é responsável pelo desenvolvimento e seguimento da Política de Gestão de Riscos.

Os objectivos da Gestão de Riscos da STS são os seguintes:

- Assegurar a continuidade do negócio da STS: O risco é um factor intrínseco ao negócio segurador, por via dos riscos intermediados, riscos financeiros, riscos biométricos e pelos riscos latentes nas operações (risco operacional). É de vital importância o estabelecimento de uma política de Gestão de Riscos adequada, transversal a todos os processos e estruturas da organização, de forma a permitir realizar a utilização eficiente do Capital Económico com base no binómio risco / rentabilidade.
- Apoiar o processo de tomada de decisões a nível estratégico: encontra-se em implementação a normativa relativa à Solvência II, que permite a medição dos requisitos de Capital Económico com distintos níveis de agregação, mostrando os efeitos da diversificação entre os diferentes negócios, permitindo a tomada de decisões estratégicas em termos de risco e rentabilidade.

A política de riscos permite também:

- Construção eficaz do processo de criação de valor e optimização do uso do capital e sua rentabilidade: Nas actividades desenvolvidas estão implícitos riscos que não oferecem qualquer retorno, como é o caso dos riscos operacionais, os quais requerem práticas de mitigação eficientes.
- Assegurar a integridade da gestão de riscos nas nossas actividades e melhorar a eficiência mediante o estabelecimento e a monitorização de uma política de Gestão de Riscos.

Devido à elevada interligação entre sociedades do Grupo, com parte significativa das funções de medição e controlo de Riscos asseguradas por serviços centrais de âmbito transversal, o Grupo procedeu à adopção de uma óptica transversal e de serviço comum a todas as Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras directa ou indirectamente dominadas pela Santander Totta, SGPS, SA.



A STS, à semelhança do Banco Santander Totta e do Grupo Santander, procedeu à adaptação do seu Modelo de Controlo Interno (MCI) às exigências das Directivas Europeias de Solvência e da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), norma que a Securities Exchange Commission (SEC) tornou obrigatória para as entidades cotadas nos Estados Unidos e que é das mais exigentes ao nível dos requisitos de um adequado e fiável Modelo de Controlo Interno.

O Gabinete de Controlo Interno e o Gabinete de Qualidade asseguram que as actividades de negócio estão a ser desenvolvidas em conformidade com os standards definidos no Modelo de Controlo Interno.

Este modelo exige uma completa documentação dos processos operacionais, com a descrição detalhada desde o início destes até ao registo do reflexo contabilístico, e a sua permanente actualização. No Modelo de Controlo Interno promove-se um adequado e eficiente nível de controlo interno extensível a toda a organização, tendo em consideração os diferentes riscos envolvidos, nomeadamente, os riscos de Crédito, Mercado, Liquidez, Cambial, Taxa de Juro, Liquidação, Operacional, Tecnológico, Cumprimento, Reputacional e Estratégico, sem prejuízo de outros que em juízo da instituição se possam revelar materiais.

Em particular no que concerne à preparação e divulgação da informação financeira em ambiente de controlo interno financeiro prossegue-se ao estabelecimento e à promoção de uma atitude colectiva de forma a atingir um efectivo controlo interno dos estados financeiros e a elaboração de demonstrações financeiras credíveis.

O Departamento Financeiro é responsável pela preparação e divulgação da informação financeira. Este departamento acompanha o lançamento de novos produtos, as alterações dos normativos financeiros e contabilísticos e a publicação de novas normas.

Na preparação da informação financeira o departamento em conjunto com outras áreas da companhia tem implementado diversos procedimentos de controlo, nomeadamente, controlos de carteiras diários, processos de reconciliação de contas manuais e análise da informação financeira e de gestão.

Mensalmente são preparados reportes de informação financeira que servem de base para a elaboração de relatórios internos que são analisados pela Comissão Executiva do Grupo.

Anualmente é elaborado um relatório sobre o Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno, o qual contempla uma descrição detalhada do acompanhamento efectuado pela função de gestão de riscos e pela função de auditoria interna no decurso do exercício a que se reporta o relatório, identificando as principais falhas e/ou fragilidades detectadas e as medidas tomadas no sentido de melhorar os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno implementados.

A implementação e efectiva aplicação das estratégias, políticas e processos identificados que formalizam os princípios de gestão de riscos e controlo interno da empresa de seguros devem ser objecto de apreciação por um revisor oficial de contas no âmbito dos trabalhos efectuados para a elaboração do relatório de auditoria para efeitos de supervisão prudencial das empresas de seguros. Neste relatório o revisor oficial de contas inclui um parecer sobre a adequação dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, referindo eventuais falhas e/ou fragilidades detectadas e medidas tomadas no sentido de melhorar os sistemas implementados.

## **10. Função de Cumprimento**

A sociedade tem organizada, de modo autónomo, a função de cumprimento, através da qual procede ao seguimento e controlo dos riscos que se traduzem na contingência de incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar, bem como em prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, em resultado do incumprimento de quaisquer disposições normativas que lhe sejam aplicáveis, quer de índole legal, regulamentar ou regulatória, e ainda por decorrência da infracção de Códigos de Conduta ou procedimentos em desconformidade com padrões éticos ou boas práticas exigíveis.

A função de cumprimento é exercida de forma partilhada com as demais entidades que integram o Grupo que, em Portugal, é directa ou indirectamente dominado pela sociedade Santander Totta SGPS, SA, e está corporizada na Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Cumprimento (DCAIC) estruturalmente sediada no Banco Santander Totta. O responsável máximo é o Director de Cumprimento, Dr. João António Cunha Labareda, com as atribuições que lhe são próprias:

- A DCAIC é uma Direcção de primeira linha, que reporta directa e exclusivamente à Administração, autónoma de todas as outras áreas, nomeadamente das de negócio;
- A DCAIC está dotada de pessoal próprio, que integra os quadros do Banco Santander Totta e se encontra, exclusivamente, afecto ao exercício das funções transversais cometidas à Direcção de Cumprimento, hierárquica e funcionalmente dependente do respectivo Director;
- A DCAIC, no exercício das suas funções, tem livre acesso a todas as informações e elementos relativos à actividade da sociedade que solicite ou de que careça, bem como às suas instalações e equipamentos;
- A DCAIC comunica ilimitadamente com a Administração e, no âmbito das suas atribuições, executa, propõe e recomenda o que entende com vista à prevenção de riscos legais, reputacionais e de cumprimento e, sendo o caso, a reparação das incidências verificadas;
- A sociedade dispõe de um Código Geral de Conduta e de um Código de Conduta na Relação com os Clientes, que fixam os princípios éticos e procedimentos que

presidem à actuação das pessoas sujeitas e privilegiam a prevenção e resolução de conflitos de interesses.

- Estão instituídas políticas e procedimentos específicos para aprovação e comercialização de produtos, que visam garantir a verificação prévia de todos os requisitos necessários para que esta opere sem riscos legais, reputacionais e de cumprimento. Do mesmo modo, e no quadro dos procedimentos estabelecidos, procede-se também ao seguimento das incidências relevantes detectadas na comercialização dos produtos, em ordem a avaliar o seu significado e, sendo o caso, introduzir medidas de superação ou mesmo decidir a suspensão ou termo da comercialização se as circunstâncias o justificarem.

Sem prejuízo de outros procedimentos, o exercício da função concretiza-se de forma particularmente intensa através do Comité de Compliance, que reúne regularmente em base mensal, e que procede ao seguimento, monitorização e controlo dos riscos de cumprimento.

O Comité é presidido pelo Director de Cumprimento, nele participando a Administração da sociedade e diversas das suas áreas e também diversas áreas de controlo, auditoria e assessoria com competência transversal a todo o Grupo de sociedades acima identificadas, incluindo, consequentemente, a própria Seguradora.

Para além de diversas atribuições, o Comité promove, designadamente, a superação de incidências ou deficiências que se verifiquem, determinando ou propondo, conforme os casos, as medidas julgadas adequadas para o efeito e impulsiona e controla a efectivação das recomendações com origem nas entidades de supervisão e auditorias externa e interna.

Do mesmo modo acompanha o risco reputacional dos produtos que se comercializam.

## **11. Função de Auditoria**

A função de Auditoria Interna está corporizada na Direcção de Auditoria

A Auditoria Interna tem como missão supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno do Grupo, bem como a fiabilidade e qualidade da informação contabilística, actuando com independência e de forma permanente.

Os estatutos orgânicos de Auditoria Interna encontram-se aprovados pela Comissão Executiva do Banco Santander Totta e publicados, conferindo a autoridade ao desempenho da função de auditoria, salvaguardando a necessária objectividade e independência relativamente às restantes áreas funcionais.

Mantém a Administração regularmente informada das conclusões do seu trabalho, proporcionando informação sobre os principais aspectos detectados que, de algum modo,

possam pôr em causa o sistema de controlo interno existente, com detalhe das principais recomendações e seu adequado seguimento.

A política e funções da Auditoria Interna englobam-se numa perspectiva conjunta para todo o Grupo.

As funções básicas da Auditoria Interna são:

- Supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno do Grupo, assim como a fiabilidade e qualidade da informação contabilística. Para tal, verifica que os riscos inerentes à actividade do Grupo estão adequadamente cobertos, em particular, os riscos contabilístico, de mercado (que inclui risco de taxa de juro e de câmbio), estrutural de balanço (que inclui o risco de liquidez), de crédito, tecnológico, operativo, (incluindo o adequado arranque dos produtos), de branqueamento de capitais, regulatório e reputacional;
- Verificar que as Unidades responsáveis por exercer os controlos sobre os Riscos cumprem com as suas responsabilidades e respeitam as políticas determinadas pela Administração, os procedimentos e a normativa interna e externa que sejam aplicáveis. Do mesmo modo, analisa a estrutura organizativa das mesmas e o adequado uso dos recursos humanos e meios materiais afectos;
- Efectuar investigações especiais, tanto por iniciativa própria como por solicitação da Administração;
- Realizar todos os relatórios das unidades auditadas e comunicar-lhes as recomendações emitidas como resultado das auditorias, estabelecendo um calendário de implementação e realizar um seguimento para verificar a implementação de tais recomendações.

O responsável pela função de auditoria interna é nomeado pela Administração do Banco Santander Totta, que lhe confere todos os poderes necessários ao desempenho das suas funções de um modo independente, com livre acesso a toda a informação relevante.

O quadro de Auditoria está composto por 28 pessoas, distribuídas pelas áreas de Riscos Financeiros, Riscos de Crédito e Riscos Operativos, sendo que todos os elementos possuem formação académica superior.

A Matriz de Riscos prioriza as unidades do universo de Auditoria, em função do grau de risco que sobre elas recai.

Nesta matriz são avaliados os riscos de negócio implícitos às unidades durante o último exercício e outros factores (dimensão da Unidade, último “rating” obtido, grau de implementação das recomendações).

Com base na avaliação de todos estes factores, as Unidades do Universo são classificadas em Prioritárias, Preocupantes, A Vigiar, Normais e Não Preocupantes. Entre os requisitos

Regulatórios, realizar revisões do projecto Basileia II e DMIF, e seguimentos mensais das sociedades off-shore. Adicionalmente as revisões das unidades incluem a análise e verificação dos processos SOX.

Política de remunerações  
dos membros dos órgãos  
de administração e  
de fiscalização

## **1. Política de remuneração para 2014**

Por proposta da comissão de vencimentos, a Assembleia Geral, na sua reunião de 31 de Março de 2014 aprovou a declaração de política de remunerações a seguir exposta.

### **ACTA**

#### **DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS**

#### **DA SANTANDER TOTTA SEGUROS, COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA S.A.**

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2014, pelas quatorze horas, reuniu na sua sede social sita na Rua da Mesquita, n.º 6, em Lisboa, a Comissão de Vencimentos da Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida S.A., estando presentes neste local o Senhor Dr. Pedro Aires Coruche Castro e Almeida, a Senhora Dra. Maria Isabel da Silva Marques Abranches Viegas e a Senhora. Dra. Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos, tendo a seguinte ordem de trabalhos:

- ponto único: Aprovação da Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos Sociais para o ano de 2014.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e da Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (*Diário da República*, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010), é dever da Comissão de Vencimentos submeter, anualmente, à apreciação e aprovação da Assembleia Geral declaração sobre política de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da sociedade.

Neste contexto, a Comissão de Vencimentos delibera por unanimidade aprovar a Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos Sociais para o ano de 2014, anexa à presente acta, que será submetida a discussão e aprovação na próxima Assembleia Geral.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente Acta para que conste, que vai por todos ser assinada.

**POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE  
ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO  
DA SANTANDER TOTTA SEGUROS, COMPANHIA DE SEGUROS DE  
VIDA, S.A.**

Nos termos estatutários, compete à Comissão de Vencimentos da **SANTANDER TOTTA SEGUROS, Companhia de Seguros de Vida, S.A.** (a “Sociedade” ou a “Totta Seguros”), deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

A Comissão de Vencimentos foi eleita para um mandato de 3 anos na reunião da Assembleia Geral de 27 de março de 2013, tendo actualmente a seguinte composição:

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida;  
Maria Isabel da Silva Marques Abranches Viegas  
Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e da Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (*Diário da República*, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010), é dever da Comissão de Vencimentos submeter, anualmente, à apreciação e aprovação da Assembleia Geral declaração sobre política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade.

A política remuneratória da Totta Seguros enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém directa ou indirectamente mais de 99% do capital daquela Sociedade.

***I. Política do Grupo Santander***

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.



Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objectivos:

- assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas;
- incluir esquemas de remuneração de médio e longo prazo que promovam o desenvolvimento de carreiras sustentadas no Grupo Santander, através de planos de pensões, assim como de um plano de atribuição de acções indexada à evolução da valorização do Banco Santander em mercado regulamentado, que assegurem a plurianualidade de parte da compensação e a sua vinculação à sustentabilidade dos resultados e à criação de valor ao accionista.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

## ***II. Princípios Orientadores da Política de Remuneração.***

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhados com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência

- com os objectivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
  - d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
  - e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.

### **III. Componentes da Política de Remuneração**

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas directrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) O administrador responsável pela gestão corrente da sociedade, nos termos do número 3 do artigo 407 do Código das Sociedades Comerciais, é avaliado pelo Presidente do Conselho de Administração da Sociedade e pelo Responsável da área Corporativa de Seguros de Espanha.;
- c) Os administradores não executivos não auferem qualquer remuneração na Sociedade, que inclui o Presidente do Conselho de Administração, não são objeto de avaliação específica pelo exercício dessas funções; são-no, em termos globais, no conjunto das funções exercidas no grupo e concretamente nas sociedades onde desempenham funções executivas de qualquer natureza;
- d) Os membros do órgão de fiscalização apenas auferem Remuneração Fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal;

- e) Dado que as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornam de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não é possível apontar um limite máximo absoluto para a relação entre as componentes fixas e variáveis da remuneração do administrador responsável pela gestão corrente da sociedade. Por essa razão, apenas se indicará, relativamente ao ano de 2014, a percentagem estimada que cada uma das componentes representará na totalidade da remuneração anual, tendo em conta o que tem sido a prática em anos anteriores.

## **1. Remuneração Fixa Anual**

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa Anual dos administradores é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Vencimentos, não devendo representar, em 2014, uma parcela inferior a 51,4% da Remuneração Total Anual.

## **2. Remuneração Variável**

- a) A remuneração dos administradores comporta igualmente uma componente Variável, a qual pode ter, por sua vez, uma dimensão Anual e uma Plurianual, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) A Remuneração Variável é adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa Anual, não devendo a mesma representar, no conjunto das suas componentes anual e plurianual, uma parcela superior a 48,6% da Remuneração Total Anual;
- c) De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação de cada dimensão da Remuneração Variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos da Sociedade, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- d) A ponderação da consecução dos objectivos estratégicos definidos pelo Grupo e para a Totta Seguros, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da Remuneração Variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus accionistas;
- e) No caso de ser imputada à Sociedade, por accionistas ou por terceiros, responsabilidade por actos de gestão, a Remuneração Variável poderá, mediante

decisão dos accionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respectiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

### **2.1. Remuneração Variável Anual**

- a) A determinação do valor da Remuneração Variável Anual tem por base os seguintes critérios: i) resultados obtidos após impostos da Sociedade e do Grupo em que se integra, tendo estes últimos um peso relativo inferior; ii) cumprimento da eficiência no uso do capital (Return on Risk Weighted Assets); iii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação da Sociedade;
- b) A atribuição da Remuneração Variável Anual depende igualmente do grau de consecução dos objectivos anuais definidos;
- c) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano em função do grau de cumprimento dos objectivos, entre 0% e um valor que em 2014 se estima não superior a 150% do valor de referência definido anualmente pela Comissão de Vencimentos;
- d) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano em função do grau de cumprimento dos objectivos, entre 0% e um valor que em 2014 se estima não superior a 150% do valor de referência definido anualmente pela Comissão de Vencimentos;
- e) A Comissão de Vencimentos poderá decidir pelo diferimento do pagamento da totalidade ou parte da Remuneração Variável Anual em linha com as práticas do Grupo;
- f) O valor da Remuneração Variável Anual deve representar, em 2014 46,2% da Remuneração Total Anual.

### **2.2. Remuneração Variável Plurianual**

- a) Os administradores da Sociedade beneficiam, na sua concomitante qualidade de administradores de outras sociedades do Grupo e apenas nessa sede, de Remuneração Variável Plurianual, que é atribuída nos termos e condições definidos pelo Grupo;
- b) Como elemento da Remuneração Variável Plurianual, o Grupo implementou um plano de acções vinculado a objectivos, através do qual são atribuídas acções do Banco Santander;
- c) Esta parcela da Remuneração Variável é determinada em função dos resultados obtidos num período de três anos e sujeito à verificação cumulativa das seguintes

- condições: i) permanência na empresa durante um dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo Santander durante o triénio de referência; iii) não verificação de má gestão; iv) cumprimento da norma interna de riscos, aprovada anualmente pelo Grupo;
- d) O número de acções entregues depende igualmente da valorização das acções do Banco Santander em comparação com um grupo de referência constituído por um conjunto de entidades internacionais do sector, podendo, no limite não haver lugar a atribuição de quaisquer acções;
  - e) As acções são entregues aos administradores sem qualquer condição de manutenção e não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco;
  - f) O valor da Remuneração Variável Plurianual deve corresponder, em 2014, a 2,4% da Remuneração Total Anual.

### **3. Benefícios**

O administrador responsável pela gestão corrente da sociedade com contrato de trabalho com o Banco Santander Totta, S.A. e não obstante a suspensão do referido contrato, beneficiam de seguro de saúde e das vantagens resultantes da regulamentação colectiva aplicável aos trabalhadores, incluindo o recurso ao crédito à habitação.

### **4. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com a Totta Seguros**

Em 2013 não foram pagas aos Administradores quaisquer remunerações por outras sociedades que, tal como a Totta Seguros, estão em relação de domínio ou de grupo com a sociedade Santander Totta SGPS, S.A., situação que se espera manter em 2014

## **IV. Aspectos complementares**

Não foi posta em prática em 2013 nem se prevê para 2014, a atribuição de planos de opções.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

No ano 2013, não foram pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais, não sendo previsível à data que venham a ocorrer 2014.

#### **V. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pelo Instituto de Seguros de Portugal**

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular nº 6/2010, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo da Santander Totta Seguros.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das recomendações constantes do Capítulo IV. da referida Circular, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância da Sociedade ser totalmente dominada pela sociedade Santander Totta SGPS, S.A., e estar por essa via integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adopção das demais recomendações da Circular implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política da Totta Seguros em matéria de remunerações dos membros dos órgãos da administração e fiscalização se contenha nos presentes limites, sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das directrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridade nacionais competentes.

Lisboa. 24 de Março de 2014

## **2. Política de remuneração para 2015**

A política de Remuneração dos Membros dos Órgãos sociais e de Fiscalização da Santander Totta Seguros, para o ano de 2015, será objeto de deliberação na Assembleia Geral Anual, em cumprimento do artigo 2º, nº 1, da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho e da Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões nº 5/2010-R de 1 de Abril (Diário da República, 2ª série, de 13 de Abril de 2010).



---

SEGUROS